

NOVOS RUMOS

EDICAO PARA SAO PAULO

ANO II Rio de Janeiro, semana de 25 de nov. a 1º de dezembro de 1960 — Nº 91

Diretor Executivo — Orlando Bomfim Jr. Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Fragmon Borges

Dois cadernos

14 páginas

10

CRUZEIROS



Standard Oil Quer Fechar a Petrobrás:

RELATÓRIO SECRETO

NEGA A EXISTÊNCIA DE

PETRÓLEO NO BRASIL



Carvalho Pinto é o responsável pela crise na Fôrça Pública

AINDA não está de todo terminada a crise que eclodiu há duas semanas no seio da Fôrça Pública do Estado. A luta dos oficiais e praças da Fôrça Pública, é uma consequência lógica da tremenda carestia que invade todos os lares. Se ela resultou na crise por todos conhecida, deve-se exclusivamente a intransigência do governador do Estado. Na foto, suboficiais e sargentos, reunidos, hipotecam solidariedade aos oficiais presos. Reportagem na sexta página do 1.º caderno.

O prêmio do novo campeão

FOI mais difícil ganhar o beijo da Cidinha, do que jogar o Elbi à Iona. A vitória espetacular de Eder Jofre, em Los Angeles, conquistando pela primeira vez um título mundial de box, para o Brasil, foi efetivamente comemorada pelos brasileiros desde o princípio, principalmente pelos que viram a luta. Terminada, invadiram o ringue e proporcionaram espetáculo entre de entusiasmo. Reportagem gráfica, na sexta página do 2.º caderno.

Telefones: há uma solução nacionalista

SOMENTE em São Paulo e no Rio, cerca de meio milhão de pessoas esperam na fila o telefone que desejam assinar. Talvez em nenhum outro serviço a decantada eficiência dos trustes tenha revelado falência maior. A solução, segundo os trustes, consiste em que o público, além de pagar o serviço, financie sua instalação. Entretanto, há uma solução nacionalista, consubstanciada no projeto do deputado Lycio Hauer, de que tratamos na segunda página, do 2.º caderno.



APROVEITANDO a época de mudança de govêrno, o sindicato de trustes internacionais de petróleo está lançando uma nova ofensiva contra a Petrobrás. À frente do «rush», desta vez, vem o engenheiro norte-americano Walter Link, que presta serviços à Esso na chefia do Departamento de Pesquisas da Petrobrás, desde 1954. Mr. Link enviou à direção da empresa um relatório em que afirma, categoricamente, e baseado em supostos dados técnicos, a velha tese defendida pelo imperialismo, em nosso país: não existe petróleo no Brasil, além do que já havia sido descoberto na Bahia antes da instalação da Petrobrás. (Reportagem na 3.ª página do 1.º caderno.)

Os críticos discutem cinema brasileiro

REALIZOU-SE em São Paulo, nos dias 13, 14 e 15, a 1ª Convenção Nacional dos Críticos Cinematográficos. O certame, do qual participaram críticos de diversas cidades brasileiras, aprovou diversas resoluções concernentes à posição do crítico diante dos problemas da indústria de cinema no Brasil, assim como de ordem estética. Ariovaldo Matos, em reportagem que vai publicada na 4ª página do 1.º caderno, narra suas impressões sobre o certame.

Navios ianques ameaçam invadir Cuba

O GOVÊRNO norte-americano mandou às Antilhas dois porta-aviões e seus comboios militares para evitar a invasão cubana, enquanto que nos corredores da OEA os homens do Departamento de Estado apertam os laços latino-americanos para que endosseem suas manobras contra a Revolução Cubana de Fidel Castro. 7ª página do 1.º caderno.

EUA: livres so são

os poderosos

UM dos pontos mais utilizados pela propaganda reacionária é a defesa da «liberdade de imprensa». Em que consiste, na verdade, esta liberdade? Em que os que têm dinheiro em quantidade podem divulgar suas idéias e impedir os que não são magnatas ou agentes de propagar as suas. Isto é o que mostra Carleton Beals na imprensa ianque. (4ª página do 2.º caderno.)

A Perspectiva é de Novas Lutas

Artigo de RAMIRO LUCHESI na 6ª página

Ameaça Iminente

ORLANDO BOMFIM JR.

A PETROBRÁS está ameaçada. O relatório do técnico norte-americano Mr. Link representa, antes de tudo, o esboço de um plano de sabotagem audaciosamente preparado e levado à prática em todos os seus detalhes. Durante anos, o agente dos trustes utilizou-se de alto cargo que ocupava para ir conduzindo o trabalho de pesquisas de modo a chegar a um resultado antecipadamente determinado. Ele, na realidade, não procurava encontrar petróleo. Procurava, ao contrário, provar que não existia petróleo. E agora chega ao fim para estabelecer a conclusão que desde o princípio trouxera na sua bagagem, que é muito mais do que de espionagem. Nega a existência de petróleo no Brasil, a não ser o da recém-cavada baía, este mesmo considerado da exploração comercial muito limitada. Eis aí, sem dúvida, um belo exemplo da espécie de ajuda que os monopólios norte-americanos e o Departamento de Estado fazem ao nosso país em nos enviar sempre. E um criminoso dessa natureza tem sido tratado com tratamento de príncipe, recebendo da própria Petrobrás (vale dizer, dinheiro do nosso povo) mais de um milhão de cruzeiros por mês!

MAS, o relatório de Mr. Link não pode ser visto apenas sob esse aspecto. Ele se enquadra no plano geral da Standard Oil que tem como objetivo liquidar o monopólio estatal do petróleo. É um fio da trama. É a velha história que se tenta fazer ressurgir, agora, com foros de verdade científica. O petróleo não existe no Brasil. Para que monopólio? Para que novas pesquisas? Para que investir em alcançar a auto-suficiência? Nada disso. Paramos no meio do caminho. E continuamos a depender dos trustes, que devem ter mãos livres para agir à vontade, pois eles talvez não consigam o milagre de descobrir o que não existe.

AÍ ESTÁ, hoje mais sério do que nunca, a ameaça contra a Petrobrás. Os tempos agitados do imperialismo procuram tirar vantagens das incertezas e confusões do momento que o país atravessa, entre um

govêrno já moribundo e outro ainda não constituído. A Hanna está se atirando, por exemplo, encarnizada e acaladamente, rumo ao seu alvo de abacanhá o conteúdo do nosso minério de ferro. Já conseguiu levar à mesa do ministro da Agricultura sua pretensão de desmembrar a Cia. de Barra Velha, primeiro passo para desvencilhar-se da mineração de ouro. E tem lançado mão de todos os recursos para pressionar no sentido de uma solução imediata. De seu lado, os Frigoríficos, como se sabe, ultimaram a manobra preparada junto à COFAP, com apoio direto do govêrno, para a completa e oficial liberação da carne, submetendo assim os preços à sua discricão, já que não passa de conversa fiada falar-se em concorrência e lei da oferta e da procura onde existe monopólio. Assim, vai agindo os principais inimigos do nosso povo.

ISSO NÃO significa, evidentemente, que possam conseguir o que bem entenderem, já que contam com a colaboração governamental. A ação das massas, sempre que amada, unificada, firme, organizada e bem dirigida, representa a força decisiva. E o caso de se lembrar, nesta passagem, a vitória conquistada pelos produtores, pequenos e ferroviários. A prudência foi, afinal, vencida. E contra a luta dos trabalhadores tivemos os legatados os maiores obstáculos, acompanhados das mais graves ameaças. Mas tudo caiu por terra.

NOSSO POVO não acabou a Petrobrás como um processo de festa de aniversário. Deve que conquistá-la a qualquer preço. Existe muita luta e sacrifício, sangue e heroísmo, na história dessa conquista. O inimigo atacou a todos os processos. A mentira, o soborno e a calúnia foram armas de que se valeu e contou também, durante longo tempo, com o apoio declarado do govêrno, que fazia do terror policial seu método de ação. Mas acabou sendo batido. E agora, talvez, temos a certeza, igualmente batido, pois sua nova ofensiva deverá despertar toda a força do sentimento patriótico do nosso povo numa campanha capaz de afastar a ameaça imminente.

CARESTIA COMANDA O ESPETACULO

1 Milhão de Trabalhadores Foram à Greve Por Aumento de Salários

Cerca de um milhão de trabalhadores das mais diversas categorias profissionais foram a greve em todo o país, depois das eleições de 3 de outubro, reclamando melhoria salarial. A imprensa reacionária mostra-se preocupada com esses acontecimentos, e os homens do Governo chegam a desfaçatez de atribuir os movimentos grevistas a obediência de um plano subversivo de inspiração internacional.

Na verdade centenas de milhares de trabalhadores foram a greve nestes últimos 50 dias, e outros tantos poderão recorrer a esse recurso extremo e legal, com o único objetivo de defender os seus próprios salários, brutalmente reduzidos pela elevação cada vez mais acelerada do custo de vida.

E o próprio Governo, que não se peja de insultar os trabalhadores e de violar os seus direitos, intervindo nos sindicatos e promovendo prisões em massa de grevistas, como ocorreram nos Estados da Guanabara e de São Paulo, reconheceu a existência de uma situação calamitosa entre as massas trabalhadoras, tanto assim que decretou, em caráter excepcional, uma elevação geral de 60% nos níveis de salário mínimo, a partir de 18 de outubro do corrente. Não só o Governo, mas os próprios empregadores reconheceram essa situação, concordando, apesar de alguns protestos isolados, com a elevação salarial decretada.

Organização dos trabalhadores

O que se verifica, na verdade, é que as massas trabalhadoras alcançaram um nível de organização e de consciência de classe que determina, naturalmente, um comportamento mais consequente nas lutas reivindicatórias. Está ficando bem para trás a época em que o atendimento das reivindicações operárias dependia apenas da boa vontade do governo ou dos patrões. É esse fato, talvez, o que põe em desespero os rancorosos inimigos da classe operária. Com efeito, os trabalhadores, em grande parte, formulam as suas reivindicações, apresentam-nas aos empregadores, e concedem-lhes um prazo para que eles os atendam ou apresentem uma outra proposta. Embora partindo sempre do desejo de chegar a um acordo amigável, os trabalhadores, conscientes da diversidade de interesses que os separam dos empregadores, preparam-se para a utilização do recurso máximo e legal — o direito de greve. E tem sido apenas a intransigência patronal que tem levado as massas assalariadas a se utilizarem, em maior escala, desse recurso.

A greve dos estivadores

A primeira greve que se sabe realizada depois do pleito de 3 de outubro foi a dos 120 mil estivadores e portuários, iniciada às sete horas da manhã do dia 18 daquele mês. Essa greve revelou de maneira bem clara a existência das novas condições em que se encontram grandes setores das

massas trabalhadoras, onde avultam princípios de organização mais sólidos e uma consciência de classe muito mais elevada.

Pode-se afirmar que essa foi a primeira greve geral que os estivadores realizaram vitoriosamente em todo o país. Fato muito mais significativo, entretanto, foi a greve nacional de solidariedade, decretada pela Federação Nacional dos Portuários. Os 80 mil portuários nada tinham a reivindicar para si mesmos, mas paralisaram o trabalho em todos os portos, numa impressionante manifestação de solidariedade aos estivadores, cuja luta eles acompanhavam de perto. Essa mesma greve revelou, ainda, um outro fato bastante significativo da elevação do nível de organização e de sentimento de classe entre as massas assalariadas. Os estivadores cariocas, embora organizados em sindicato desde o ano de 1903, jamais haviam realizado uma greve geral no Pôrto do Rio de Janeiro, apesar de as suas condições de vida e de trabalho serem sempre muito ruins. Neste fim de ano, entretanto, os estivadores cariocas conseguiram fazer vitoriosas as suas reivindicações, juntando-se a greve geral que paralisou, por 24 horas, a atividade em todos os portos nacionais.

A greve na Carris

No dia seguinte a greve dos estivadores, exatamente no primeiro minuto do dia 20 de outubro, outra greve de grande significado na história do movimento operário brasileiro tinha início no Estado da Guanabara: era a greve dos sete mil trabalhadores em empresas de carris urbanos. Durante vários anos esses trabalhadores se viram forçados a recuar ante as imposições da Light e do Governo, que se lançavam contra eles com todo o seu poder de corrupção e de repressão. Várias vezes eles tentaram paralisar o trabalho sem lograr êxito. Acumulando experiências, aprendendo com a própria vida a necessidade de reforçar a sua organização, também os trabalhadores que movimentam os 800 bondes da Light na velha capital conseguiram promover a sua primeira grande greve, e conquistaram as suas reivindicações.

Gráficos e metalúrgicos paulistas

Já no fim do mês de outubro, na manhã do dia 31, eram os 300 mil trabalhadores metalúrgicos e gráficos de São Paulo que revelavam, através da paralisação do trabalho em mais de sete mil indústrias na capital bandeirante e na cidade de Santos, que o limite de paciência da classe operária vai se tornando cada vez menor. Todas as tentativas de entendimento para uma solução amigável caíram por terra, em consequência da intransigência dos patrões, que se negavam a concessão do reajustamento salarial mínimo de 40% que os trabalhadores pleiteavam. A greve tornou a sua reivindicação vitoriosa.

Também os 2.300 operários metalúrgicos do município de Mogi das Cruzes permaneceram em greve durante 11 dias, numa campanha plenamente vitoriosa.

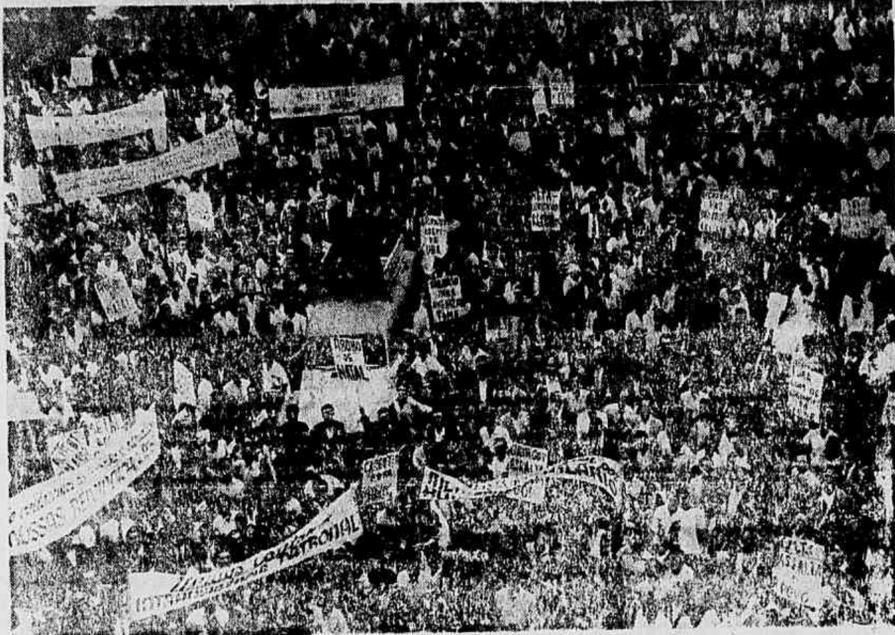
Na refinaria de Mataripe, na Bahia, eram os trabalhadores da Petrobrás que entravam em greve, também pela primeira vez, reclamando o recebimento de salários idênticos aos que recebem os seus companheiros da refinaria de Cubatão, em São Paulo. Os gráficos de Salvador, por outro lado, cruzavam os braços, deixando a cidade completamente sem jornais, exigindo a elevação dos seus salários.

Contra os frigoríficos

Enquanto na capital de São Paulo os açougues cerravam as portas dos seus estabelecimentos comerciais, protestando contra os preços abusivos que os frigoríficos lhes impunham, os trabalhadores cruzavam os braços nos frigoríficos Wilson, Armour, Swift, etc., numa greve total, que só se encerrou após a conquista de um aumento salarial de 40%, com um teto de 10 mil cruzeiros.

A greve pela paridade

A greve de maiores proporções realizadas nesse período, entretanto, foi a dos 300 mil marítimos, portuários e ferroviários, pela conquista da paridade de vencimentos com os militares. Obedecendo a um comando único das três categorias, que se organizaram em comum acordo em todo o território nacional, a greve pela paridade foi, talvez, o movimento que melhor refletiu essa sensível mudança que se vem verificando, no nível de organização e de consciência de classe das massas trabalhadoras. Descrentes e cada vez mais descrentes das promessas do Governo e dos políticos profissionais, os traba-



Vitória dos metalúrgicos

lhadores começam a exigir, de maneira mais enérgica, a solução dos seus problemas imediatos.

Desse modo, os ferroviários da Central do Brasil, regidos pelo Estatuto do Funcionalismo e, portanto, proibidos de fazer greve, mandaram às favas a proibição, e paralisaram o trabalho a zero hora do dia 8 de novembro. Também os funcionários autárquicos do Pôrto do Rio de Janeiro, em número de 8 mil, entraram em greve, pela primeira vez em sua vida, e só saíram dela atendendo a voz do comando grevista. Além de darem um grande exemplo de organização e de unidade, os marítimos, ferroviários e portuários deram um passo de grande importância para a conquista do direito de greve ao funcionalismo público.

Os metalúrgicos paulistas em greve concentraram-se diante da Assembleia Legislativa. Ao centro da foto, pode-se notar uma viatura da Fábrica de Biscoitos Almaré, em greve há mais de quatro meses. Os metalúrgicos chegaram ao fim do movimento paralista, conquistando uma grande vitória, com o aumento geral dos salários.

Até os militares

A maré montante do descontentamento das massas trabalhadoras e populares chegou a atingir os oficiais da Força Pública do Estado de São Paulo, que acabaram rompendo com a rigidez da disciplina militar, e dirigiram-se abertamente aos legisladores, solicitando-lhes reajustamento de vencimentos. A campanha dos militares paulistas alarmou as autoridades estaduais e federais. Os soldados e os sargentos, solidários com os oficiais que foram recolhidos ao xadrez, apresentaram-se também à prisão.

Ainda na primeira quinzena do mês corrente, os trabalhadores da Companhia Municipal de Transportes Coletivos, de São Paulo, deixavam a

cidade sem transporte, durante seis dias, sustentando uma greve heróica, contra a qual se voltaram as forças de repressão do Estado, que efetuaram a prisão de mais de 700 grevistas. Mas os bondes só voltaram a circular quando os trabalhadores tiveram asseguradas as suas reivindicações.

Assim foram esses 50 dias que nos separam do pleito eleitoral realizado em 3 de outubro. As massas trabalhadoras, abandonando cada vez mais a atitude de expectativa de quem espera os favores governamentais, e o cumprimento das promessas dos políticos, têm de acelerar o processo de sua organização e de lutar, sempre com mais energia, pela conquista efetiva de melhores condições de vida e de trabalho.

Paridade: Palavra Que Mobilizou os Ferroviários da Santos-Jundiaí

Quando tudo parecia indiferença — alheamento aos trabalhos desenvolvidos pelo Sindicato e Federação — surge a palavra mágica: Paridade

— que além de mobilizadora, alertou os ferroviários de ponta a ponta da linha para a luta e para a vitória. Compentredados da justiça de ori-

entação de seus órgãos de classe, os ferroviários, na hora previamente determinada, estancaram a ferrovia com o efeito do desligamento de uma chave elétrica. Magnífica foi a demonstração de unidade em todo o transeunte da greve. Espectacular e delirante foi o recebimento da anunciação da vitória. Fogos e passetas ensurdecedoras marcaram o fim da grande jornada que não será esquecida tão facilmente.

Derrota dos agentes da reação

De início, quando o movimento pela Paridade não estava suficientemente claro para as massas ferroviárias, nem tudo estava azul. Manchas negras surgiam aqui, ali e acolá, derramando as mais desencontradas contravérsias e boatos mentirosos, com o objetivo exclusivo de dividir a classe, impedir a luta e levar à derrota o movimento de melhorias salariais e de vida. Essas manchas negras que não são outras senão os mentores da chamada 'associação' — inimigos da unidade e da classe como realmente são, não tiveram escrúpulos em ligar ao movimento reivindicatório argumentos de ordem política que fugiam inteiramente da realidade. Lançavam aos quatro ventos que o movimento era político — que visava a prejudicar o sr. Jânio Quadros, recém-eleito Presidente da República — que o momento era inoportuno — que devia-se esperar a posse do sr. Janio Quadros — que o movimento visava a não posse do Presidente eleito, etc., etc.

Isto tudo está bem vivo na mente dos ferroviários e agora, após os fatos ocorridos, que observa-se? Observa-se que todos os boatos, todas as mentiras, emanavam do partido político que é a U.D.N. (ver editoriais do jornal 'Estado de São Paulo' daqueles dias) e que os mentores da 'associação' são homens ligados a esse partido.

Por outro lado, observa-se também que foi justamente a greve dos ferroviários em pacto de unidade com seus irmãos portuários e marítimos e a solidariedade das demais categorias profissionais e da opinião pública brasileira, que impediu qualquer medida do governo J.K., que viesse alterar o desenvolvimento democrático em nosso país.

Pelo terceiro aspecto, observa-se que a U.D.N., partido que 'governou' o país até 1930 — época que até então não existia leis de amparo ao trabalhador e que qualquer movimento reivindicatório era esmagado com patas de cavalo, precisa, na sombra do sr. Janio Quadros, tomar

as rédeas do país em suas mãos, e fazê-lo regressar aos velhos tempos em seus aspectos econômicos, políticos e sociais.

Parece-nos que enganam-se os sr.s da reação. Não só os ferroviários, como os demais trabalhadores e o povo brasileiro, não deixarão de lutar e lutarão cada vez mais unidos contra todos aqueles que pretenderem levá-los à miséria e à inanidade. Esta evidência está no fato ocorrido em Jundiaí, um dos setores-chaves da S.J. por ocasião dos festejos da vitória. Os ferroviários não titubearam em promover o enterro da associação simbolizada por dois de seus membros: Guierino Pierobom e João Mazone, homens ligados a direção da Estrada, que além de furarem a greve, cometeram o imperdoável crime de utilizarem viaturas do exército com homens armados e se dirigirem durante a noite e pela madrugada, às casas dos ferroviários, amedrontando suas esposas e filhos, a fim de romperem o movimento e levá-los a derrota.

A generalização desse exemplo é o alerta candente a todos aqueles que pensam enganar e trair as massas e ficar impunes. Os trabalhadores e o povo brasileiro não é o mesmo de 1930: evoluiu e muito.

Sindicatos e estudantes contra o aumento nos ônibus

BELEM — (Do correspondente) — Diante do aumento nas passagens dos coletivos de Belém pretendido pelos proprietários de ônibus, dez entidades se manifestaram contrárias. Os estudantes iniciaram o movimento através da União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Pará que logo em seguida recebeu total apoio de grande número de sindicatos de classe, inclusive da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Pará que considera «a majoração dos preços das passagens dos ônibus um atentado contra a balsa do povo e que quem mais sofrerá se tal vier acontecer é a classe dos trabalhadores».

Os estudantes já realizaram um comício e ameaçam lutar até o fim para impedir que tal aumento seja concedido.

A luta dos estudantes e trabalhadores é baseada em dados que comprovam a não necessidade do aumento. Ao mesmo tempo, os estudantes pedem abatimento de 20 a 50% em suas passagens. Os órgãos do governo no momento estão inapetentes para resolver o problema.



Centenas de ferroviários percorreram em passetas as ruas de bairros populares, como Vila Arens e Vila Progresso, comunicando ao povo a vitória, ao mesmo tempo que faziam o cortejo fúnebre dos traidores.

O enterro dos traidores

Líderes Querem Reunir o Conselho da CNTI

Dirigentes de 14 sindicatos de trabalhadores na indústria no Estado da Guanabara, entre os quais os dos metalúrgicos, marceneiros, gráficos, têxteis, alfaiates, sapateiros e moageiros, reuniram-se na semana passada, na sede do Sindicato dos Gráficos, para estudar a adoção de medidas destinadas a fazer funcionar, normalmente, o Conselho Regional Consultivo da CNTI.

Anteriormente, 17 presidentes de sindicatos haviam solicitado ao sr. Ari Campista, presidente do Conselho, que convocasse uma reunião para tratar de interesse dos trabalhadores na indústria da Guanabara. Passou-se mais de um mês sem que os dirigentes sindicais vissem o seu pedido atendido. Os líderes Benedito Cerqueira e Giovanni Romita, secretários do Conselho, deliberaram, então, promover a reunião que o sr. Ari Campista se negou a convocar.

As resoluções

Na citada reunião foram adotadas as seguintes deliberações:

- 1) manter o Conselho Regional Consultivo da CNTI no Estado da Guanabara;
- 2) censurar o sr. Ari Campista, delegado Regional da CNTI e presidente do CRC da entidade, pelo abandono de suas funções, em prejuízo dos interesses dos trabalhadores e da organização sindical do país;
- 3) reclamar a aplicação da verba destinada aos gastos da Delegacia Regional da CNTI e do seu Conselho Consultivo Regional, e a apresentação dos balancetes;
- 4) caso perdure a atual situação do Conselho, será solicitada à presidência da CNTI a substituição imediata do seu presidente, por um outro dirigente sindical que mereça o acatamento dos trabalhadores;
- 5) os líderes sindicais Benedito Cerqueira e Giovanni Romita, que convocaram a reunião, receberem um voto de lauro e ficaram autorizados a coordenar a próxima reunião.

Nota Sindical

As Resoluções do III Congresso

As resoluções do III Congresso Sindical Nacional parece que estão sendo guardadas como reliquia histórica. Pelo menos essa é a impressão que se tem, quando sabemos decorridos quatro meses daquele importante acontecimento, e não vemos ninguém se mexer para levar à prática o seu programa de atividades.

Ora, as resoluções do III Congresso Sindical Nacional foram o resultado de um longo período de lutas da classe operária brasileira, durante o qual uma soma incalculável de experiências foram se acumulando e amadurecendo na consciência de cada dirigente operário. Esses homens construíram idéias e moldaram as suas conclusões no calor das lutas diárias por mais pão e melhores condições de trabalho. No Congresso, toda essa soma de experiências de líderes dos mais diferentes pontos do país foi submetida a dois dias de debates intensos e transformada em resoluções.

Dentre essas resoluções encontra-se aquela que constituiu um dos pontos altos dos debates no III Congresso, justamente porque contrariava e continua contrariando a todos aqueles que pretendem opor todas as formas de resistência ao avanço do movimento operário no Brasil. Trata-se da criação da Comissão Executiva para o IV Congresso Sindical Nacional, constituída de 11 membros efetivos e de 11 membros suplentes, integrantes das entidades sindicais de âmbito nacional, que foram eleitos e empossados na sessão solene de encerramento do conclave.

Essa comissão, entretanto, pouco ou quase nada tem feito para cumprir com a sua função de órgão coordenador e impulsor das decisões do III Congresso. Enquanto isso, os prazos estipulados pelo conclave para que fossem realizadas inúmeras tarefas começam a ser passados para trás. A Comissão Permanente Técnica, por exemplo, ficou de apresentar, dentro de um prazo de 120 dias, que já se extinguiu, um estudo sobre a instituição do salário profissional.

E certo que as lutas reivindicatórias se intensificaram desde a realização do III Congresso até os dias atuais, e que os dirigentes sindicais estiveram assobrados com as tarefas específicas dos seus próprios setores de trabalho. Mas a verdade é que as tarefas gerais continuam reclamando solução, e exigindo, para tanto, a ação coordenada dos trabalhadores de todo o país.

Nilson Azevedo

PREPARADO O ASSALTO CONTRA A PETROBRAS

Relatório de Mr. Link Nega a Existência de Petróleo no Brasil!

Antes de entregar seu cargo à direção da Petrobrás — o que deve fazer em princípios do próximo ano — o engenheiro norte-americano Walter Link enviou um relatório ao cel. Sardenberg, presidente da empresa, em que afirma categoricamente a não existência de petróleo no país, além do que já está sendo explorado na Bahia. Mr. Link, neste documento, declara que todas as possibilidades de existência de petróleo no Brasil já foram testadas, com resultados negativos, e recomenda que a Petrobrás cesse inteiramente as suas atividades de pesquisa, passando a aceitar, como definitiva, a necessidade de importar óleo bruto.

O relatório de Mr. Link está sendo causa a uma das mais sérias crises já ocorridas, internamente, na direção da Petrobrás. Segundo o técnico ianque, o Brasil deve se conformar com a condição de país importador de petróleo; os campos de petróleo do Recôncavo Baiano, diz ele, são os únicos comercialmente produtivos do país, e não podem ser explorados num ritmo superior ao limite de 100 mil barris diários, sob pena de rápido esgotamento. Dessa forma, os restantes 200 mil barris diários necessários ao consumo nacional, nos próximos anos, deverão ser comprados no exterior, na forma bruta, para serem processados nas refinarias da Petrobrás.

Liquidação do monopólio

Os parlamentares nacionalistas, em Brasília, já advertiram sobre o conteúdo de tal relatório, e os técnicos mais combativos da Petrobrás interpretam a iniciativa de Mr. Link como o sinal de partida para uma nova e furiosa ofensiva contra a empresa do monopólio estatal. Por um lado, existem numerosas razões para duvidar da

autenticidade das "conclusões" de Mr. Link, como chefe do Departamento de Pesquisas da Petrobrás; por outro lado, seu relatório surge como uma edição atualizada da velha campanha dos trustes ianques em torno do "não existe petróleo no Brasil" — e há diversos indícios de que ele corresponde a uma vasta campanha, já em curso em outros setores, visando à liquidação da Petrobrás.

Muitas denúncias já vieram a público, com efeito, sobre a direção imposta por Mr. Link aos trabalhos de pesquisa da Petrobrás. Soube-se mesmo da existência de relatórios enviados por departamentos regionais da direção da empresa, acusando o fato de que Mr. Link sistematicamente evita descobrir poços produtivos, e dá ordens terminantes para o fechamento de um poço tão logo se encontrem indícios de existência de jazida petrolífera no local. Além disso, diversas regiões que, antes de ser constituída a Petrobrás, foram objeto de pesquisas, com resultados positivos — é o caso, especialmente, da zona do Pantanal, no Mato Grosso, da beira do Rio Madeira, etc. — foram insistentemente evitadas pelas pesquisas dirigidas por aquele técnico ianque.

Procurando cercar-se unicamente de técnicos e empresas ianques, e esforçando-se por centralizar em suas mãos todo o controle das pesquisas da Petrobrás, Mr. Link jamais gozou da confiança e da simpatia dos técnicos brasileiros da empresa. Centenas de laudas de denúncias sobre a sua ação lesiva à Petrobrás já foram publicadas na imprensa. Por todas essas razões, e mais pelo absurdo que em si representa a afirmativa de que nos vastíssimos territórios compreendidos por 19 Estados brasileiros não existe petróleo — declaração que nenhum técnico ho-

nesto ousaria fazer, em relação a país algum do mundo — o relatório de Mr. Link não merece qualquer fé. E cabe ainda salientar que o único campo produtivo de petróleo já descoberto no Brasil foi antes de ser constituída a Petrobrás. Não fosse isso, e talvez a Bahia ainda hoje estivesse incluída entre os Estados que não têm petróleo, pois Mr. Link fez questão de não descobrir um só poço produtivo de óleo, nos seis anos em que dirigiu as pesquisas da empresa.

Falsa identidade

Tudo leva a crer que este relatório de Mr. Link se prende a uma nova articulação do sindicato de trustes internacionais que opera no mercado do petróleo, contra a Petrobrás, seja para prendê-la às empresas ianques e associadas que vão explorar o óleo boliviano, seja para imobilizá-la, até que venham mais favoráveis ao imperialismo, em nosso país, permitissem a entrega da exploração de petróleo a algumas filiais da Esso — aí, então, poderiam finalmente descobrir petróleo no Brasil... De uma forma ou de outra, o "documento-bomba" de Mr. Link tem o claro propósito de desmoralizar a Petrobrás, e de minar o ânimo com que nosso povo defende o monopólio estatal.

Deve-se salientar também que Mr. Link não tem qualquer autoridade moral e profissional para dar opiniões desse tipo. É versão corrente, na Petrobrás, que sua contratação se deveu a um triste e, mesmo, ridículo equívoco do sr. Neiva Figueiredo. Este ex-diretor da Petrobrás, quando contratou, nos Estados Unidos, estava à procura de seu irmão, Theodore Link — este sim, geólogo mundialmente famoso. Não conhecendo entre-

tanto a existência de dois Link, e ignorando o primeiro nome daquele a quem procurava, o sr. Neiva Figueiredo contratou o Walter, pensando que falava com o Theodore. E voltou para o Brasil certo de que havia firmado compromisso com um técnico famoso em todo o mundo, quanto tratou apenas com um irmão deste — o qual, por coincidência, era também geólogo, mas dos mais incompetentes, e completamente desconhecido. Mr. Walter Link, no entanto, ficou mais do que contente com o equívoco, que lhe permitiu ganhar um contrato fabuloso, de 100 mil dólares anuais — o que corresponde a mais de um milhão de cruzeiros por mês, livres de qualquer despesa com impostos, viagens (inclusive aos Estados Unidos, todo ano, e com a família), acomodações, etc.

Mr. Walter Link, no entanto, de forma alguma se mostrou incompetente no trabalho de sapa em que se ocupou na Petrobrás. Suas idéias sobre a inexistência de petróleo no país já estão sendo veiculadas nos meios políticos e militares brasileiros, pelos esperotizados agentes de que dispõe o imperialismo entre nós. É o caso, por exemplo, do sr. Glycon de Paiva, que se apressou em divulgá-las, em forma de conferências, na Escola Superior de Guerra. Elas se ligam, também, aos planos anunciados meses atrás pelo grupo Roberto Campos, que pretendia limitar à Bahia as atividades de produção e pesquisa da Petrobrás, deixando o resto do país como reserva para a Esso.

Mr. Link deu a saída para toda uma perigosa trama contra a Petrobrás, que cabe agora ao movimento nacionalista descascarar e desarticular.

Panorama Dois Meses de Luta Para o Povo

Tudo o noticiário de imprensa, durante a semana, veio confirmar a "manchete" de nosso jornal, na semana passada. Centralizado no Ministro da Justiça, Armando Falcão, atua dentro do governo um pequeno — mas influente e audacioso — grupo de conspiradores golpistas que procuram a todo custo instalar no país, através do estado de sítio, um regime de terror policial, voltado contra os trabalhadores e os nacionalistas.

As divergências só aparecem quando se trata dos objetivos do grupo. O «Correio da Manhã», por exemplo, insiste que os golpistas sejam «descontentes» com os resultados do último pleito, que estariam procurando impedir a posse de Jânio. Tal versão, no entanto, é desmentida pelo fato de que a direção udenista, principalmente durante a greve dos marítimos e ferroviários, alinhou-se aos conspiradores; e não se pode dizer que setor algum da UDN tenha interesse hoje em anular os resultados das urnas.

Já a «Última Hora» leva a questão para outro terreno, acreditando que Falcão e sua tropa de choque querem apenas evitar que o Congresso, como se anuncia, venha a aprovar alguns projetos de conteúdo nacionalista e popular, neste fim de governo. Isso é, contudo, apenas uma parte da verdade.

Os golpistas do governo e da oposição estão visando a todo o movimento nacionalista e democrático, e não apenas aos representantes deste movimento no Congresso. Agrupando precisamente os elementos mais reacionários do PSD e da UDN — e, por isso mesmo, os que saliram mais desmoralizados do pleito — esse clube dos amigos do sítio está alarmado com o grande ascenso do movimento sindical e democrático, que já desponta hoje como a grande força política que irá atuar durante o próximo governo. O golpe do sítio é, para eles, uma tentativa de evitar a esponsorizada compulsória que os espera, a partir de 31 de Janeiro, bem sucedidos, eles apareceriam diante de Jânio como donos do país.

Fracassando em seus objetivos durante a greve recente, Falcão e seus amigos agora ficam em atitude de guarda, esperando e estimulando condições de crise para agir. E a ameaça que representam é tanto mais grave quanto eles praticamente tomaram conta do conjunto do governo, neste fim de mandato do sr. Kubitschek.

Diante do ascenso da luta de massas, dirigida contra a política econômica de estufamento do povo posta em prática por seu próprio governo, Kubitschek e seus ministros tinham duas alternativas: procurar minorar o sofrimento do povo, com medidas contra os que especulam com a carestia, ou confiar na ação da polícia. A liberação do preço da carne pela COFAP, no momento mesmo em que a carne se torna um prato de luxo e proibitivo para a maioria dos trabalhadores, e quando a ação monopolizadora e espoliadora dos frigoríficos estrangeiros já é conhecida de toda a opinião pública, foi a maneira revoltante e, mesmo hipócrita que o governo encontrou para marcar a sua escolha entre aquelas duas alternativas.

Ameaçando pela sucessão e crescimento das greves e protestos dos trabalhadores, o governo se transformou num campo ideal de manobras para inimigos jurados do povo, como Falcão. E não apenas a política interna do governo fica dominada por esta versão caselista do fascismo, que é o «falco-nismo»; também a política externa ficou inteiramente entregue à mais furiosa reação. Toda a atividade do Itamaraty passou a obedecer sem qualquer vergonha ou restrição ao comando de Washington e isso é também uma maneira de mostrar quem são os verdadeiros beneficiários dessa ofensiva oficial contra as liberdades democráticas e contra o movimento operário.

A nota assinada pelo sr. Horácio Lafer, a prefeito de tomar posição sobre o golpe ocorrido em El Salvador, mas, na realidade, dirigida contra a revolução cubana e destinada a apoiar a intervenção imperialista norte-americana em Cuba, bem como a apreensão, pela polícia, de folhetos pertencentes à Embaixada de Cuba, contendo discursos de Fidel Castro e a «Declaração de Havana», são as demonstrações mais recentes da febre reacionária e entreguista que se apossou do governo Kubitschek, também em sua política externa. Hoje, o governo brasileiro mostra uma singular coerência na política de estar sempre contra os povos, e sempre a favor dos opressores, estejam eles onde estiverem: no Paraguai, em Portugal, na Argélia, em Cuba, ou aqui mesmo.

Faltam apenas dois meses para Kubitschek e sua esculha desocuparem o lugar; para o povo entretanto, eles se anunciam como dois meses duros e longos. Dois meses de luta mas de luta vitoriosa, pois os exemplos das últimas greves, em São Paulo, no Rio e em todo o país, não deixam dúvida sobre a invencibilidade do movimento sindical e democrático brasileiro, em nossos dias.



CONVENÇÃO NACIONAL DOS COMUNISTAS:

Solidariedade à Revolução Cubana

A Convenção Nacional dos Comunistas brasileiros, reunida nesta Capital em setembro último, aprovou a seguinte resolução de apoio à revolução cubana:

A grandiosa revolução popular cubana converteu-se numa causa comum de todos os povos da América Latina, identificados pelas mesmas aspirações de independência e liberdade na luta contra o imperialismo norte-americano e as forças reacionárias que impedem o nosso progresso econômico e social.

Com a vitória das forças revolucionárias sobre a ditadura sanguinária de Batista e a realização de transformações radicais na estrutura econômica e na vida política do país, abriu-se uma nova etapa não apenas na história de Cuba mas na história de toda a América Latina. Iniciou-se e desenvolve-se vitoriosamente uma profunda revolução antiimperialista e antifeudal de caráter avançado. Sob a direção do grande líder do povo cubano — Fidel Castro — estabeleceu-se em Cuba o regime mais democrático da América, apoiado nos camponeses, na classe operária e nas massas populares, regime em que o povo dispõe de efetiva liberdade, tem assegurados os direitos sociais e influi decisivamente na vida política do país.

Enfrentando com firmeza as causas fundamentais do atraso e da pobreza do seu povo, o governo revolucionário cubano empreendeu transformações econômico-sociais de caráter profundo. A reforma agrária radical liquidou o sistema latifundiário e as formas de exploração semifeudal, eliminou o domínio das companhias açucareiras norte-americanas e libertou a massa de assalariados agrícolas e camponeses do desemprego e da miséria. Foram adotadas medidas para extirpar totalmente o domínio dos monopólios imperialistas sobre a economia cubana, medidas que golpearam fundo os interesses monopolistas dos Estados Unidos no país irmão, libertaram o comércio exterior cubano do estrangulamento e criaram condições para o florescimento da indústria nacional e a diversificação da agricultura.

Pela primeira vez, na América Latina, um povo consegue libertar-se da dependência política e econômica aos Estados Unidos e estabelecer relações estreitas de amizade e cooperação com os países socialistas — especialmente com a União Soviética e a China Popular —, dispostos a apoiar

com a sua ajuda fraternal para defender-se da ameaça de agressão militar planejada pelo Pentágono, assim como da agressão econômica e política promovida pelos imperialistas ianques.

Pela primeira vez, na América Latina, o governo revolucionário cubano realiza uma política de desenvolvimento econômico efetivamente nacional, popular e progressista, que tem como objetivo a independência econômica do país e a elevação do nível de vida das grandes massas populares, distinguindo-se assim, radicalmente, dos governos que orientam sua política econômica para o enriquecimento exclusivo de uma minoria de exploradores ligados aos monopólios imperialistas.

A revolução cubana representa a primeira brecha aberta no sistema imperialista na América Latina e influi, com a força irremovível do seu exemplo, no sentido de impulsionar a luta pela libertação nacional e pelo progresso social em todo o continente. Por esse motivo, contra ela se mobilizam todos os interessados na opressão e na exploração dos povos latino-americanos, desde os círculos governantes dos Estados Unidos até os governos de capitalistas e latifundiários que realizam uma política de submissão aos monopólios norte-americanos. Aceleraram-se os preparativos dos imperialistas norte-americanos e dos mercenários a seu serviço para uma agressão militar direta contra a gloriosa pátria de Martí. Uma grave e iminente ameaça se ergue não apenas contra a revolução cubana, mas contra os interesses de todos os povos latino-americanos.

Os comunistas brasileiros consideram que a defesa da revolução cubana é um dever citado pelo internacionalismo proletário aos trabalhadores do Brasil. A planejada intervenção militar dos Estados Unidos em Cuba constitui uma séria ameaça à paz mundial, um atentado às conquistas realizadas pelo povo cubano e um golpe contra o movimento operário e as forças progressistas de todo o continente. Sentindo-se derrotado em inúmeras batalhas na Ásia, na África e na Europa, o imperialismo norte-americano — principal inimigo dos povos — esforça-se por assegurar sua retaguarda na América. Aos trabalhadores cabe, em primeiro lugar, a responsabilidade histórica de não permitir que isto aconteça.

A defesa da revolução cubana é um dever patriótico de todos os nacionalistas e democratas do Brasil. Não podemos consentir

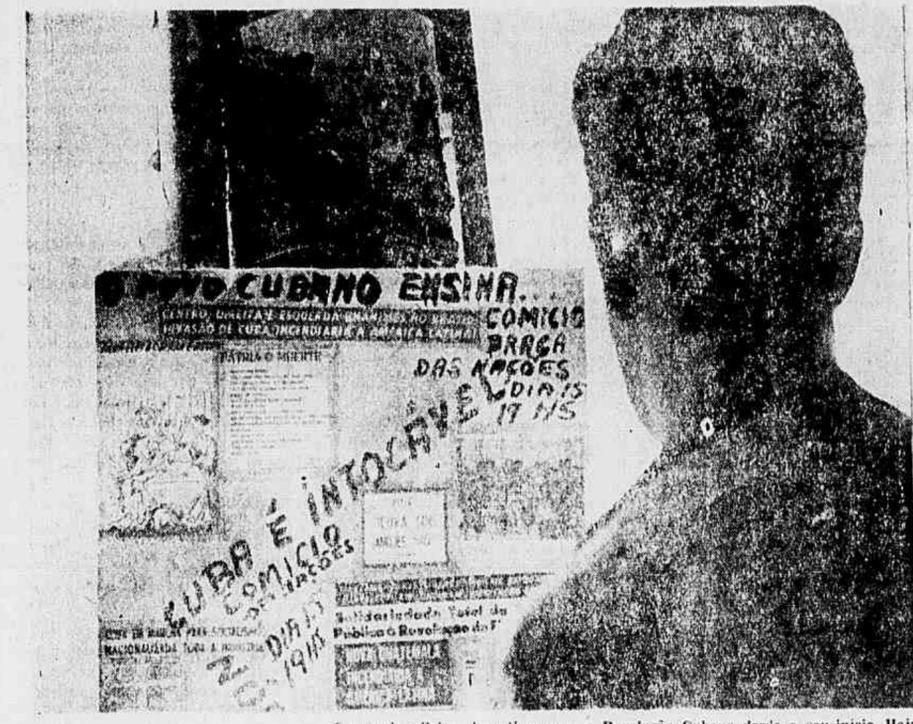
que o Imperialismo ianque — opressor de nosso país e de todos os países do continente — golpeie o povo irmão de Cuba, reimplantando o seu domínio na ilha heróica que nos aponta o caminho da libertação. Nosso destino, o destino de todos os países latino-americanos, está indissolvelmente ligado à causa do povo cubano. Sua luta pela independência nacional é também a nossa luta. Sua vitória será também nossa vitória.

A convenção nacional dos comunistas apela a todos os brasileiros — sem distinção de posição política — para que manifestem sua solidariedade decidida para com a revolução cubana. Existe algo comum que deve unir todos os patriotas do Brasil em defesa da causa de Cuba, mesmo aqueles que possam discordar de um ou outro aspecto da revolução cubana — é o sagrado direito de Cuba à autodeterminação, o reconhecimento de que o povo cubano tem o direito de escolher o caminho que julgue melhor.

A convenção nacional dos comunistas conclama os brasileiros a manifestarem o seu vemente protesto contra a vergonhosa decisão da VII Conferência dos Chanceleres Americanos que, a pretexto de condenar uma suposta ingerência dos países socialistas na América Latina, acelerou a agressão econômica, política e militar que os Estados Unidos já desencadearam contra o povo cubano. Os comunistas brasileiros, certos de interpretar os sentimentos de nosso povo, denunciam a conduta indiana da delegação brasileira dirigida pelo ministro Rogacío Lafer, que não serviu aos interesses de nossa pátria, e às suas extenuantes dúvidas pelo Departamento de Estado norte-americano.

A convenção nacional proclama solenemente o apoio dos comunistas brasileiros à Declaração de Havana, aprovada em sessão pública a 2 de setembro pela Assembleia Geral Nacional do Povo Cubano, e exorta a todos os patriotas e a todos os organizadores democráticos brasileiros a conhecerem também o histórico documento, que necessita chegar ao conhecimento de todo o povo do Brasil.

A convenção nacional dirige um apelo especial aos comunistas para que multipliquem seus esforços no sentido de esclarecer o povo brasileiro sobre o que se passa em Cuba, e para que organizem, juntamente com outros patriotas e democratas, comissões de ajuda e solidariedade do povo cubano.



Solidariedade a Cuba

Fora de Rumo

O sr. Horácio Lafer, a propósito das relações do Brasil com o novo governo de El Salvador, fez declarações aos jornais falso sobre nossa responsabilidade, no que toca à "salvaguarda dos princípios nacionais e tradicionais estabelecidos"; sustentou que devemos obediência, em virtude do convênio internacional, a uma doutrina que define o que seja regime democrático, doutrina estabelecida na Conferência de Chanceleres de Santiago; afirmou que devemos engregar esforços a fim de que "míseras audiências não imponham aos países americanos orientações contrárias ao seu sentimento religioso, ao seu desejo de tranquilidade social e de melhoria de suas condições materiais e espirituais de vida".

Seria de toda conveniência que o Chanceler Horácio Lafer esclarecesse a que princípios tradicionais referimos nos nossos discursos. A partir da descoberta deste continente nossa tradição vem dando valentes "ambalhos". A princípio era a mancha de índios, logo seguida de uma tradição também muito formosa, a da pega de escravos na África, seu

transporte, sob algemas, em porões de navios negreiros e sua venda como gado humano, em mercados estabelecidos nestas bandas do Atlântico. Tivemos e ainda temos, no Norte, no Centro ou no Sul do Continente, modalidades diversas de exploração colonialista. Somos tradicionalmente os explorados e os oprimidos.

Será no entanto que o sr. Lafer alude ao que há de mais positivo na história de nossos povos, isto é, a tradição de luta contra a escravidão, contra os massacres de índios ou contra a opressão colonial ou semi-colonial? Certamente não é a essa tradição que o Chanceler e homem de negócios do Grupo Klabin se refere. Suas declarações a respeito de El Salvador estão pechadas de alusões a Cuba. E Cuba, em nossos dias, é o país representativo da rebelião americana, da melhor tradição de luta de nossos povos, contra as diversas formas de dominação estrangeira. Em Cuba, esta sendo definida, na prática, o que deve ser democracia cubana: confiscam-se as propriedades dos trustes internacionais, divide-se a terra, que é entregue aos camponeses, varre-se do país a "tradi-

ção" de domínio estrangeiro. "Cuba, ayer española, hoy americana", transformou-se em terra independente.

Será que ao se referir a minorias audiências que impõem a países do continente, orientações contrárias aos seus sentimentos, o sr. Lafer, alude à minoria audienciosíssima dos tubarões de Wall Street, que levantou ainda agora a bandeira da produção guerreira, impedindo a Cuba um desejado bloqueio naval, para impedir que o país, ameaçado de invasão por parte de mercenários e piratas imperialistas, reciba ajuda econômica e militar dos países do campo socialista?

Somos inclinados a dar a pior interpretação ao que está explícito ou implícito nas declarações do ministro do Exterior, responsável pelas mais recentes demonstrações de servilismo e passividade do Itamaraty, hoje transformado em grossa dependência do Departamento de Estado e por isso mesmo, ainda agora, entregue a um homem de negócios do padrão do sr. Lafer.

GOVERNO, COFAP & FRIGORÍFICOS CONTRA O POVO

História Das Manobras Para Liberação do Preço da Carne

O Governo cedeu à pressão do fruste da carne e mandou a COFAP oficializar a liberação total dos preços do produto, que já existia, de fato, há tempos. Cumpriu, assim, a promessa que fizera em dezembro do ano passado, aos representantes da Swift, Armour, Wilson e Anglo, de liberar os preços em todas as fases de comercialização, em duas etapas: primeiro, ficariam livres de qualquer controle o boi de corte, na fonte de produção, ou seja, nas invernadas, que em grande parte pertencem às empresas frigoríficas, e os tipos de carne de primeira qualidade, do atacadista ao varejista e deste ao consumidor; em seguida, seriam liberados os preços dos demais tipos de carne, que passaram a ser considerados como de segunda qualidade, desaparecendo a denominação de terceira, que sempre existiu.

Caberia à COFAP o papel de enganar o povo, para o que seria preciso dar-lhe um presidente como o sr. Guilherme Romano, que sabe «enrolar» ou «embolar», como se diz na linguagem viva da gíria carioca. E o enrolador, logo de saída, quando se liberou a carne de primeira, explicou que a coisa era boa porque o consumidor de baixo poder aquisitivo iria encontrar, por preços baixos, a carne de segunda, que seria vendida dentro de uma faixa de Cr\$ 38,00, Cr\$ 65,00. Ocorreu, porém, que esses preços ficaram no papel, na portaria da COFAP, por que foram fixados em dezembro do ano passado e o Governo já prometera a liberação total a partir de janeiro deste ano, em reunião no Palácio do Catete, de que participaram os srs. Sette Câmara, então chefe da Casa Civil da Presidência, e o senador Felinto Müller, que representou

o sr. Juscelino Kubitschek, e os representantes do fruste da carne.

A COFAP não tinha, pois, nenhuma autoridade para fazer cumprir a sua própria portaria. Mas o seu presidente continuou a enrolar, a ganhar tempo, a anunciar fiscalização no mercado de varejo, uma vez que nem por manobra poderia falar em fiscalização de atacadistas, para não expô-los perante o público como os responsáveis pela alta, mediante a prática do «câmbio-negro». A manobra seria desviar a atenção da opinião pública para os varejistas, que também exploram, mas constituem força menor perante o Governo.

As empresas frigoríficas, entretanto, não ficaram satisfeitas com a liberação total de fato, e exigiram uma decisão oficial, para a qual contaram com os bons serviços do Governo de São Paulo, Estado em que fizeram sua base, inclusive para fugir da ação da Justiça, como demonstrou o promotor Maurílio Bruno. As precatórias expedidas para ouvir os senhores da carne, no processo a que respondem por crime de sonegação, neste Estado, não tinham andamento em São Paulo.



Manobra

Recebida do chefe do Governo a ordem para liberar oficialmente os preços da chamada carne de segunda, o sr. Guilherme Romano encontrou duas dificuldades: explicar ao público que tal decisão seria benéfica e conseguir o número legal de conselheiros da COFAP para tal decisão. Saiu da primeira, contando com a colaboração da presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Carnes Verdes do Estado da Guanabara, sr. Osvaldo Pacheco, que é uma espécie de pelego de sua classe. Para o sr. Pacheco pouco importa que os preços subam demais e que, por isso, o consumo se reduza, pois realiza grandes fornecimentos, que garantem o seu negócio. O pelego dos açougues anunciou nos seus açougues preços fictícios, cotando a alcatra a Cr\$ 220,00 o quilo, e comunicou à COFAP que liberados os preços da carne de segunda, seriam reduzidos em trinta cruzeiros os preços da de primeira. Seus colegas, nos subúrbios e até nos bairros da zona sul, continuaram vendendo o produto liberado dentro de uma faixa de Cr\$ 150,00, Cr\$ 180,00 por quilo e não irão reduzir trinta cruzeiros. Mas o sr. Romano gostou da ideia do pelego e chegou a anunciá-la. Todavia, a queda de preço somente se verificará na tabela fictícia dos açougues do Pacheco.

A liberação total, em caráter ofi-

Vitória na Praça

Uma semana após a manifestação gigantesca que realizaram em defesa do salário mínimo de 9.600 cruzeiros, os candangos de Brasília, reunidos na praça do Palácio do Planalto, viram o presidente da República assinar o decreto que invalidava o mínimo anteriormente estabelecido e concedendo o novo nas mesmas bases de vigente no Estado da Guanabara. Mais de 4 mil trabalhadores participaram na concentração e, apesar das fortes chuvas que caíram sobre a ca-

pital durante a manifestação, não arredaram pé do local até o momento em que o presidente assinou a lei. A luta vitoriosa dos trabalhadores de Brasília pela conquista do salário mínimo de 9.600 cruzeiros, foi orientada pelo Sindicato da Construção Civil que, com esse sucesso, viu suas fileiras e seu prestígio crescerem mais ainda. Na foto, aspecto da concentração de candangos na praça do Palácio do Planalto.

O Cinema Brasileiro e os Críticos

ARIOVALDO MATOS

A preocupação dominante das que participaram da Primeira Convenção da Crítica Cinematográfica, realizada em São Paulo, de 12 a 16 deste mês, foi a de denunciar à Nação a incorreta e anti-patriótica política do governo (tanto do Legislativo quanto do Executivo) em relação à indústria do cinema em nosso país. Um dos convenções, o sr. Cavalheiro Lima, membro do Grupo de Estudos da Indústria Cinematográfica, afirmou que toda a orientação governamental, em essência, se dirige sistematicamente em favor dos produtores estrangeiros, permitindo-lhes retirar do Brasil, em quatro anos — de 1954 a 1957 — nada menos de 50 milhões de dólares. «Pagou-se a peso de ouro, em divisas fortes — disse — cerca de dois mil filmes importados».

As discussões revelaram também, que o governo não se limita a permitir que os produtores estrangeiros — os de Hollywood, em particular — joguem soltos no mercado nacional de cinema (que tem cerca de quatro mil salas). Permite-lhes, ainda, o domínio completo desse mercado e, simultaneamente, concorda em que realize uma concorrência desleal ao cinema brasileiro. Dêsse modo um filme americano, por exemplo, ao entrar no país, exige unicamente uma despesa global da ordem de 400 dólares (800 quando são fitas coloridas), enquanto o custo médio de uma película brasileira de longa metragem atinge em média 7 milhões de cruzeiros, aproximadamente. São, assim, cerca de 150 mil cruzeiros (400 dólares), pagos pelo filme estrangeiro já exibido em outros mercados contra 7 milhões do filme brasileiro, de baixa qualidade e com mercado limitado. Se se levam em conta, ademais, a carga publicitária dos que precedem os filmes estrangeiros, as deformações do gosto popular antecedentemente impostas e outros fatores, ter-se-á uma visão aproximada da pressão quase esmagadora realizada contra o cinema nacional.

É verdade que existem disposições legais aparentemente destinadas a defender o nosso cinema ainda nascente. Uma delas, a famosa 8 a 1. Outra, a de exigir — e esta é recentíssima —

cobertura cambial para a importação de filmes impressionados, as fitas comuns. Mas são, em resumo, uma e outras medidas isoladas, que, por isso não resguardam o mercado com a energia necessária e não estimulam — o que deveria ser fundamental — a produção brasileira. Inclusive porque, ainda hoje, o filme virgem, ao ser importado, custa mais caro que qualquer película preparada em Hollywood, seja ela de alta qualidade (e são raras neste caso) ou seja um simples «western» de terceira categoria.

Denúncias, portanto, da maior seriedade foram agitadas no curso da Convenção, mas, lamentavelmente, as resoluções finalmente aprovadas não refletiram, devidamente, esse aspecto. Sugestões em quantidade e as mais disparatadas ali apresentadas foram aprovadas em bloco, ao invés da fixação de um número restrito de objetivos, entre os quais limita à importação de filmes estrangeiros e medidas práticas de estímulo à produção nacional.

Oh! sob esse aspecto — a denúncia contra a política governamental — a Convenção mostrou-se, entretanto, débil na discussão dos problemas específicos da crítica cinematográfica. Duas importantes teses apresentadas — a de Walter da Silveira sobre o papel vanguardista da crítica e a de P. E. Sales Gomes sobre o típico da produção nacional — não sofreram sequer discussão. Comissões e plenário aprovaram-nas simplesmente e não foram, dêsse modo, enriquecidas no processo de um exame mais demorado.

Em parte a subestimação dos problemas específicos resultou de não posicionar, ainda, um cinema nosso, nacional, que se expresse e se realize com uma linguagem própria. Em geral a produção brasileira é de chanchadas mais ou menos inossas, mais ou menos pornográficas. Um tal cinema não exige ainda — e isto é um erro que os críticos ou os que desejam vê-lo o estudassem seriamente, apontando direções que mudem ou colaborem para mudar o quadro atual. Em parte, a dissociação que se verifica entre os críticos e o cinema brasileiro, resulta de um compadrimo e de uma complicitade

que se mostraram evidentes durante a Convenção. O cuidado de não ferir vaidades de diretores e atores presentes marcou todos os trabalhos. Ainda mais: os críticos brasileiros em geral habituarão-se a desejar uma absurda transposição de realidades cinematográficas estrangeiras à nossa realidade tipicamente brasileira. O fã de Claudot gostaria imensamente que Lima Barreto e repetisse. Ou esforça-se para repeti-lo. Diferente não é a exigência formulada pelo fã de Fellini. Ou ainda daquêle que considera Akira Kurasawa algo de insólito e de permanente, válido para tudo, no cinema contemporâneo. Certamente os grandes mestres e diretores do cinema de ontem e de hoje devem ser estudados, mas o que se quer, o que se exige não poucos críticos, é a subordinação, a imitação total. Em nenhum momento foi discutida a tese de Walter da Silveira sugerindo aos críticos a pesquisa de uma linguagem cinematográfica autenticamente brasileira, o exame desse problema, a conexão que deve existir do cinema com outras manifestações artísticas já predominantemente nacionais.

Final, a Convenção deixou claro que os críticos ainda não se voltam, com a audácia necessária, para discutir o cinema brasileiro como um todo único. Separaram, quase sempre, com extremo cuidado, o aspecto econômico do aspecto cultural. Examinam o primeiro (e alguns nem com esse aspecto se preocupam) e abandonam inteiramente o segundo, dissociando-os. A falta, portanto, de uma visão de conjunto, ocasiona as maiores prejuízos.

O simples fato de ter sido possível essa verificação e terem sido formuladas denúncias contra a política impatriótica do governo autorizam afirmar que a Primeira Convenção Nacional da Crítica Cinematográfica poderá exercer — e certamente exercerá — benéfica influência no ulterior desenvolvimento das discussões sobre tais assuntos. De certo modo, igualmente, o contato entre os críticos, favorecido pelo conclavo, permitirá o equacionamento de outros problemas resultantes das discussões estabelecidas e do exame das lições

Coluna do Lector

FALTA DE ASSISTÊNCIA

Recebemos de Iramaia, no Estado da Bahia, um abaixo-assinado com 207 assinaturas de passageiros de um trem que ficou retido na localidade durante 5 dias, por ocasião da greve pela paridade. O documento foi endereçado ao prefeito e demais autoridades da localidade, em virtude do fato de os passageiros, a maioria sem recursos, terem ficado no local relegados ao mais completo abandono. A medida surtiu efeito, pois imediatamente foram providenciados os meios necessários para garantir a estada dos mesmos na cidade durante o período em que durou a greve. O povo da cidade também prestou sua colaboração, enviando gêneros alimentícios e fornecendo roupas e abrigo para os passageiros. Tais fatos, assim como a cópia do abaixo-assinado foram nos relatados pelo sr. José de Souza Alves, da Guanabara.

ELEIÇÕES EM SERGIPE

Nery Reis, Aracaju. — Recebemos sua carta, mas infelizmente não podemos atender sua sugestão. Esperamos que o prezado amigo envie um artigo fazendo a análise das eleições presidenciais em Sergipe, cuja experiência deverá ser de muita utilidade para os nossos leitores.

JÂNIO E O TRUSTE

«Foi financiado pelos grandes grupos internacionais que o sr. Jânio Quadros conseguiu ser eleito para o mais alto posto de mandatário da Nação, com o fim exclusivo de aumentar cada vez mais o domínio do truste sobre o Brasil e explorar as nossas riquezas através das companhias estrangeiras. Mas o povo brasileiro está vigilante e atento e aguarda a concretização desta afirmação, para repudiá-la na primeira investida... O nacionalismo pregado e defendido pelos verdadeiros nacionalistas na campanha do marechal Lott, continua vivo, atento e disposto a marchar cada vez mais forte, fiscalizando rigorosamente a administração do sr. Jânio Quadros, para que ele não faça com o Brasil o que fez com São Paulo».

O trecho acima é de um artigo enviado pelo leitor Damiano Trajano da Silva, de Sousa, na Paraíba. As dificuldades de espaço levaram-nos a não aproveitá-lo na íntegra.

COMO ESTUDAR NA URSS

José Santana, Jundiapéba, São Paulo. — As informações que o prezado leitor solicita foram publicadas no número 62 de NOVOS RUMOS. Para maiores detalhes é preciso escrever para a UNIVERSIDADE DA AMIZADE DOS POVOS, Moscou, Rua Kalinin, 16.

APOIO A CUBA

Da seção mineira da Juventude Socialista, recebemos um impresso que divulgaram amplamente naquele Estado, de apoio à revolução cubana. Em carta que acompanha o avulso, os jovens socialistas dizem da sua satisfação por poder prestar uma singela ajuda ao povo cubano na sua luta contra a prepotência.

REVOLTA CONTRA O CHEFE DE POLÍCIA

Do leitor V. Vasconcelos, de Teresina, no Piauí, recebemos um artigo sobre a conduta do chefe de polícia do Estado e da reação popular contra as arbitrariedades por êle cometidas. Entre outras coisas diz o artigo o seguinte:

«Terezina sacode dos ombros a poeira do indiferentismo à causa pública. O povo da capital, em gesto de resoluta altivez, impôs ao governador Chagas Rodrigues o afastamento do dr. Válder Alencar do cargo de chefe de Polícia. Durante o tempo em que êle exerceu o cargo, os habitantes do Estado passaram um mau período de aflição e insegurança. Enquanto o dr. Válder foi chefe de Polícia, Terezina serviu de palco para cenas e comédias bem desagradáveis: invasão da residência do desembargador Sálio e um sem número de acontecimentos lamentáveis. Felizmente Válder deixou a cadeira e o trôno da maldade».

CUBA

Cuba ergueu sua bandeira E' das nações a primeira Aes povos a elevar seu grito De liberdade aos ares infinitos

Proclamando a luta contra a opressão Contra os que comandam a escravidão A revolução se estende convocando (bravos Todos unidos libertando escravos.

Do leitor Frederico de Melo Pita, da Guanabara, são os versos que transcrevemos acima. Enviou-nos um poema dedicado a Cuba, o qual não podemos aproveitar na íntegra em virtude da absoluta falta de espaço.

COLUNA DO CAMPONESE

Do leitor Alfredo Aristides Zoras, vereador e vice-prefeito de Quintana, no Estado de São Paulo, recebemos carta sugerindo a criação, em NR, de uma coluna destinada a tratar dos problemas do campo. A sugestão está sendo apreciada com a devida importância que merece.

SOLIDARIEDADE A CUBA

Segundo nos informa o leitor Petala, de Ourinhos, São Paulo, a Câmara

Municipal daquela cidade aprovou por unanimidade um requerimento de solidariedade a Cuba que lhe fora enviado por moradores da região. Decidiu também o legislativo ourinense enviar moções a Fidel Castro, de apoio, e a JK, protestando contra a intervenção americana no Caribe.

ELEIÇÕES

Do leitor Antônio dos Santos Pires, de Santos, no Estado de São Paulo, recebemos carta com algumas apreciações sobre a posição dos comunistas diante das eleições, assim como um pedido de publicação de artigos referentes às razões que levaram os comunistas a apoiar a candidatura do marechal Lott.

Durante a campanha, NOVOS RUMOS, publicou numerosas matérias sobre o assunto e, logo depois do pleito, no número 85, publicou uma entrevista do líder comunista Luiz Carlos Prestes sobre os resultados das urnas.

CANDANGOS DEFENDEM CUBA

De Brasília, DF, recebemos carta do leitor Nicodemes Ferreira da Silva, acompanhada de um abaixo-assinado de operários da construção civil em apoio à causa do povo cubano e contra a intervenção americana no Caribe.

PICHAMENTO E DEBATE

No cidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, informo-nos o leitor José Pacheco, um grupo de patriotas realizou um pichamento de paredes com frases de solidariedade à luta do povo cubano e de apoio a Fidel Castro. O fato, conta o leitor na carta, provocou acalorados debates na cidade e trouxe como consequência uma violenta pregação do padre durante a missa dominical. Também na imprensa o caso foi exaustivamente tratado.

BIBLIOTECA

Da Associação Gonçalense de Estudantes, de São Gonçalo, no Estado do Rio, recebemos pedido para o envio regular de NOVOS RUMOS à entidade. A solicitação já foi encaminhada à gerência, que está tomando as providências necessárias.

ESTUDANTES PORTUGUESES

Da União Portuguesa dos Estudantes no Brasil, recebemos missiva comunicando a eleição da nova diretoria da entidade. São os seguintes os novos diretores: presidente, Henrique Barbosa dos Santos Bento; primeiro-vice, Jorge Ribes Soares; segundo-vice, Carlos Alberto da Costa Monteiro; secretário-geral, Saul da Silva; primeiro-secretário, Antônio José Costa da Silva; segundo-secretário, Manuel Alberto Gonçalves Marques, Tesoureiro, Manuel da Silva Ferreira.

O MEDO

«O medo de ser despedido de uma firma constitui o mais grave problema de nós operários. Como combatê-lo?»

O leitor Gilberto Paulo, de São Paulo, enviou-nos colaboração sobre o tema acima enunciado, dando sua opinião sobre um dos problemas mais sérios na luta da classe operária. Por absoluta falta de espaço deixamos de publicá-lo.

«Aspectos da China atual»

Sob os auspícios da Sociedade Cultural Sino-Brasileira, o professor Henrique Miranda pronunciou, no próximo dia 28, às 20 horas, no auditório do 9º andar da ABI, conferência subordinada ao tema «Aspectos da China Atual». A entrada será franca para os interessados.

Diretor	Mário Alves
Diretor Executivo	Orlando Bomfim Júnior
Redator Chefe	Fragmon Borges
Secretário	Luiz Fernando Cardoso
Gerente	Guttemberg Cavalcanti
Redatores	
Renato Arena, Paulo Motta Lima, Nilson Azevedo, Fausto Cupertino, Rui Facó, Solon Pereira Neto	

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7844
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

SUCURSAL DE S. PAULO
Rua 15 de Novembro, 228
8º andar — S/827
Tel: 37-52 64

Endereço telegráfico —
"NOVOS RUMOS"
ASSINATURAS

Atual	Cr\$ 500,00
Semestral	" 250,00
Trimestral	" 130,00
Área anual, mais	" 200,00
Área semestral, mais	" 100,00
Área trimestral, mais	" 50,00
Número avulso	" 10,00
Número atrasado	" 18,00

Muita Lamúria

Sempre gostamos — neste país — de chorar nossas mágoas. Aliás, sem abrir parênteses, declaramos que somos lamurientos e chorões no Brasil porque é o meu país, aqui vivo, aqui conheço os problemas, mas o fato de ocorrer em muitos outros países. Choramos sempre, choramos muito.

Doentes contam doenças que muitas vezes começam pela do narrador e acabam naquela que matou sua bisavó. Desastres também. Experimente contar, num grupo, um desastre que você sofreu, amigo leitor. Veja o resultado: todos os presentes também viveram o seu e, se por acaso algum for virgem de desastre, terá, com certeza, alguém na família ou um amigo que tenha sido vítima de queda simples, atropelamento ou coisa mais complicadas.

Agora, nos dias que correm, nossa lamúria cresce, se avoluma e tem razão de ser. Nosso choro também, se bem que choro e lamúria sózinhos nada adiantem. Como gosto de conversar com pessoas do povo, muito tenho ouvido. Outro dia um chefe de taxi perguntou-me se acho que com a mudança de governos iremos melhorar. Disse-lhe que não, mostrei-lhe a verdade deste momento e do futuro mais próximo; ele ficou meio desesperado e contou:

— Mas então o Jânio não vai diminuir o preço da carne? Imagine que lá em casa somos muitos e para que eu possa comer um bife pequenino é necessário comprar para a família quatro quilos de carne. Cento e setenta e oito o largato; duzentos e tantos o filé. Quem pode? Então minha mulher mata uma galinha, com ela inventa pratos e dá festa!

Dá festa. Antigamente um dos melhores sintomas da beleza de uma festa era a galinha. Agora as galinhas dão festa porque a carne é privilégio de poucos.

Muito posso contar sobre lamúrias e choros. Pergunto a uma doméstica, trabalhando de cozinheira numa casa e que me conta o quanto anda difícil explicar à patroa que o dinheiro das compras não dá:

— O pobre mesmo, esse que ganha pouquíssimo, como vive?

— Vive nada, respondeu ela. Só se roubar.

Enquanto isso e até parece anedota; o governador da Guanabara (e esta malamada cidade) foi visitar Formosa, entrevistar-se com Chan-Kai-Chek. Chega a provocar risos. Todo mundo, mesmo os mais reacionários sabem que em Formosa, uma ilhazinha muito besta, o que existe é um grupo de ladrões, de prostitutas, de gente que foi expulsada da China, a verdadeira, aquela que está em período de reconstrução e que em onze anos de revolução deu não um salto à frente, mas vários saltos na indústria, na cultura, na agricultura. Desta vez foi uma formosa empregadinha do comércio que me disse:

— Não entendo mais nada. Me explique por favor, por que o presidente Jânio Quadros foi organizar em Paris o seu futuro ministério? Então o Brasil não é tão grande? E Carlos Lacerda o que foi fazer em Formosa?

O segundo foi apanhação-se: Formosa é uma boa escola. O primeiro começa as palhaçadas. Mas de tudo isso o que podemos felizmente sentir é que nos lamurando e chorando já começamos a ver e analisar fatos políticos. O choro continuará, mas também se chora de raiva.

Enredo

UM LIVRO SOBRE CUBA

BRIQUET DE LEMOS

As perspectivas de libertação que a Revolução Cubana, como exemplo de luta anticolonialista, oferece a todos os povos coloniais e, principalmente, as nações da América Latina, perifericas da economia norte-americana, por si só explicam o profundo interesse e a repercussão que tem entre nós tudo o que se publica sobre o movimento que é "um dos grandes acontecimentos históricos e proféticos de nossa época".

O que foi posto entre aspas, acima, pertence ao livro que reitorça o nosso interesse pela Revolução Cubana: *Cuba, anatomia de uma revolução*, por Paul M. Sweezy e Leo Huberman. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1960, 209 págs. Cr\$ 220,00.

Em Cuba se está realizando aquilo que os jovens de todo o mundo sonham e gostariam de fazer" (pág. 120). E a Revolução Cubana saltou dos marcos regionais da ilha e passou a constituir um acontecimento de significação mundial. Significação que é condicionada pela existência de uma série imensa de países que lutam denodadamente pela sua libertação, e para os quais a Revolução Cubana representa muito mais do que um alento de esperança: um modelo de realizações revolucionárias concretizadas em caracteres totalmente novos, numa prova de espírito criador, numa prática revolucionária diferente, que acarreta novas formulações teóricas.

O livro de Sweezy e Huberman (ambos, marxistas norte-americanos, o primeiro, ex-professor da Universidade de Harvard, autor de *Socialismo e A teoria do desenvolvimento capitalista*, o segundo, ex-chefe do Departamento de Ciências Sociais do New College, da Universidade de Columbia, autor de várias obras de política e economia) situa a Revolução Cubana dentro do contexto histórico do país, analisando o processo de surgimento e desenvolvimento do Movimento 26 de Julho, o papel desempenhado pelo exército rebelde, bem como as forças que o compõem, chegando ainda a tratar do primeiro ano de realizações do governo revolucionário.

E na composição do exército revolucionário que Sweezy e Huberman encontram o principal grupo de forças que fizeram e que garantem a Revolução. Por uma decorrência da situação de refugiados de Sierra Maestra, em que se tornava necessário o contacto do pequeno grupo de treze homens, que haviam sobrevivido à malograda invasão vinda do México, com os camponeses da região, os rebeldes, egressos em sua maioria das camadas médias da população, passam a angariar o respeito e a admiração daqueles que tinham sido sempre espoliados ou abandonados pelos diversos governos da ilha. Aos poucos, os camponeses e assalariados agrícolas se vão identificando com o

exército rebelde, sentindo que as suas aspirações eram comuns e que podiam atuar lado a lado pela sua concretização.

O agente da Revolução foi o exército rebelde, que a organizou, que a manteve durante dois anos, que traçou seus objetivos futuros e que se delineou uma linha de conduta invariável em defesa dos interesses de Cuba. Sweezy e Huberman observam que "o caráter do exército revolucionário foi determinado pelo curso da revolução", querendo com isso dizer que a participação de classes dentro das fileiras não obedeceu à precorinância, por exemplo, do grupo inicial de Sierra Maestra, mas que, por força de o movimento ter crescido no interior do país, no campo, houve um considerável influxo de forças de camponeses e assalariados agrícolas que lutavam por reivindicações específicas, as quais, após alcançadas, passaram a ser um dos aspectos mais característicos do governo revolucionário.

Pela leitura do livro, desfazem-se inúmeros preconceitos ou concepções errôneas inculcadas por obra e graça das notícias desvirtuadas com que as agências telegráficas norte-americanas abastecem as páginas de nossa imprensa de aluguel. Divulgou-se muito que a Revolução Cubana carecia de amplitude de idéias, que não possuía uma espinha dorsal de pontos teóricos, de elementos de interpretação e análise, que for-

mariam, por assim dizer, a sua ideologia revolucionária. O livro Cuba, anatomia de uma revolução, contribui para mostrar que o grupo de rebeldes sabia pensar, tinha uma linha ideológica, a qual muito devia ao seu líder, a quem os autores consideram "um gênio político e um dos maiores líderes revolucionários".

Ja durante o seu célebre julgamento pelo tribunal de Batista, em 1953, Fidel Castro dá um exemplo cabal da profundidade de seus conhecimentos, de sua oratória brilhante e fustigadora. Por certo que as páginas do livro *A história me absolverá* constituem-se num dos documentos mais importantes para a composição não apenas da personalidade de Fidel, mas, ainda, da própria ideologia revolucionária. Como se pode verificar pelos trechos selecionados por Sweezy e Huberman, encontram-se na defesa de Castro os principais pontos que formariam mais tarde a plataforma programática do governo revolucionário. Lá está a denúncia do latifúndio e das péssimas condições de vida dos guajiros, as mazelas da monocultura açucareira e da dependência aos interesses norte-americanos, a precariedade de domicílios, o sistema educacional insuficiente e retrógrado, a corrupção em que cavalgavam as bestas desoladoras da ditadura de Batista, semeando a miséria e a morte, as perseguições e os crimes, os roubos e as iniquidades.

Os autores do livro dedicam a segunda metade da obra à análise da Revolução no Poder. Ressalte-se que o livro foi escrito em março de 1960, quando ainda não tinham sido realizadas as grandes expropriações de bens norte-americanos, nem quando os Estados Unidos haviam cortado as quotas de açúcar e as companhias petrolíferas se negado a refinar óleo soviético, quando não haviam sido firmados os acordos para construção de inúmeras indústrias pesadas pelos países socialistas. No entanto, já podem concluir, os autores, que o governo revolucionário deu provas cabais do acerto de seus princípios e de sua capacidade construtiva, especialmente na exploração coletiva da terra, na educação e na política habitacional.

São bastante interessantes e dignos de nota os esforços dos autores no sentido de procurar caracterizar em funções de que classes atua a Revolução, e se a mesma se traduz em capitalismo, socialismo ou comunismo.

Sweezy e Huberman concluem que a Revolução Cubana é uma revolução camponesa e uma revolução socialista. "As medidas são adotadas por estarem evidentemente no interesse das massas ou por serem necessárias para complementar outras medidas já adotadas, e não porque se enquadrem nalguma estrutura teórica" (pág. 178). A Revolução é camponesa pela participação da classe dos camponeses e assalariados agrícolas no exército rebelde e pelas modificações que introduziu na estrutura agrária do país. É socialista pelo crescente aumento da propriedade estatal dos meios de produção, pela adoção de formas de exploração coletiva da terra, pela nacionalização de bens privados pertencentes a estrangeiros e nacionais, enfim, pela introdução e aplicação de um programa de planejamento econômico.

O livro tem considerações sobre o futuro da Revolução e a atitude dos E.U.A. em relação à mesma. "Há ainda tempo para os homens de boa-vontade, dentro e fora dos Estados Unidos, convencerem os responsáveis pela política de Washington que uma agressão contra Cuba e a Revolução Cubana não seria apenas um crime contra a humanidade, mas também um passo na direção da autodestruição."

"Enquanto isso, a Revolução Cubana continua avançando, ganhando força e confiança, inspirando os jovens e os oprimidos em todo o mundo pelo seu exemplo magnífico, ajudando a abrir um novo caminho para a humanidade, para um futuro socialista mais brilhante" (pág. 209).

São estas as palavras finais do livro mais importante já aparecido entre nós sobre a Revolução Cubana. Livro de análise, de simpatia construtiva, de otimismo para com um dos mais importantes movimentos revolucionários de nossos tempos, e que se alinha no mesmo nível da Revolução Socialista de Outubro e da Revolução Chinesa, revolução que não é apenas de Cuba, mas de toda a América Latina.

Tópicos Típicos

O testemunho do poeta Augusto Frederico Schmidt sobre o nosso tempo deve ser apreciado dentro de um plano de conjunto que inclua as suas atividades como político e homem de negócios. So assim, o talento de Schmidt adquire suas reais dimensões e a sua poesia deixa de ser um encadeamento de suspiros e vaguidões metafísicas ou uma série gratuita de quadros reveladores de diferentes estados d'alma. Só assim, vista em seu todo, a personalidade do homem da OPA e da Orquima assume sua feição mais nitida e mais expressiva.

Por outro lado, é claro que os poemas de Schmidt não devem ser julgados através dos mesmos critérios com que se deve julgar a sua ação no campo da política e dos negócios. Da mesma forma como não teria sentido explicar as manobras do capitalista como resultantes de inspirações poéticas, não tem sentido ver em toda a sua poesia um esforço direto e consciente para servir a seus interesses pessoais e objetivos políticos. As manobras do político-financeiro e a composição de versos correspondem a diferentes necessidades individuais.

Há, contudo, uma conexão entre o alto grau de politização do "business man" e a refinada sensibilidade do lírico. Essa conexão — é evidente — resulta da unidade de pessoa: um único sujeito para duas manifestações distintas; e em ambas, o ser social condicionando o pensar. O mesmo ser social transparecendo em duas expressões de natureza diversa, embora relacionadas uma à outra pela própria gênese comum. Mas, passemos ao exame direto da conexão, tal como ela pode ser localizada nas POESIAS COMPLETAS (1928-1955) de Augusto Frederico Schmidt, editadas em livro pela José Olympio.

A um primeiro contacto com a obra, salta-nos aos olhos uma impressão geral de tristeza e aniquilamento. Vejam-se os títulos de alguns poemas: "A Tristeza da Tarde", "As Rosas estão quase mortas", "Cairrel de Joelhos", "Canção Fúnebre", "Casa Vazia", "Ceu Escuro", "Desaparição da Amada", "Felizes os que Partiram", "O massacre dos Inocentes", "Poema de Finados", "Tristeza Desconhecida", "Senhor, a Noite vem descendo", "Quando eu morrer", "Rolar da Morte", "Quanto Mortos", "Se eu morrer primeiro", "Sentimento da Morte", "Vazio", "Vem, ó doce Morte", etc.

Com referência ao próprio Schmidt, poderiam ser considerados aqueles versos iniciais do soneto XXVI: "Cada vez mais na morte te aprofundas / Cresces na morte e nela te enraizas..."

Dir-se-a, entretanto, que o desencanto do poeta não há de ser tão grandioso, já que ele proclama a crer em Deus. Com efeito, invocamos a todo instante e amiúde se refere a Ele. Em seu primeiro poema, escrito em 1928, o "Canto do Brasileiro", Schmidt cita o nome de Deus quinze vezes, e nos "Cantos do Libertado", da mesma época, dez vezes. É verdade que, naquela ocasião, o poeta não tinha trinta anos ainda, e hoje, com mais de 50, não nomeia mais com tanta frequência em seus versos o Criador. Ainda assim, todavia, em "Meditação sobre o Mistério da Ressurreição" e "Um Homem passa cantando", ou "Mar de Sargaços", todos de 1953, seu misticismo se consubstancia em repetidas referências à divindade.

O Deus de Schmidt, porém, sempre foi mais propenso a distribuir dores do que alegrias. Pelo menos, e nesse sentido que o crente se atreve a dirigir-lhe seus apelos: "Meu Deus, envia o sofrimento aos homens / o sofrimento bom e purificador". E em outra passagem: "Sofro, é bem certo, mas o sofrimento / é bom conforto para os que creem". Onde se infere que a aprofundação fe do vale não altera o panorama geral de derrotismo da sua obra...

Outra evidência da falta de perspectivas revelada na poesia do Frederico Schmidt: a constância da noite. A 7 de seus poemas, deu o título de "Noturno". No "Canto do Brasileiro", referiu-se à noite 13 vezes. Na "Súplica do Filho Pródigo" (1950), oito vezes. Está claro que qualquer um pode encantar-se pela noite, que é digna de todo encantamento, mas a noite do Schmidt "desce chorando sobre a terra". E ele aprende: "A noite desceu, tudo é tristeza". Porque a sua é "a noite do exílio, longa e dura".

Veja-se, mais, a frequência dos adjetivos "escuro" e "triste" nos versos do poeta. E a frequência do substantivo "pranto", do verbo "chorar" e das ideias afins. E a insistência com que aparece o tema da solidão. Agora, pergunte-se: como deixar de relacionar esse pessimismo pessoal, essa melancolia do poeta, à situação da sua classe? As linhas gerais doloridas do seu estro são ditadas pelas mesmas condições concretas, objetivas, que o integram em sua classe social e que lhe condicionam a consciência. O capitalista chora porque o capitalismo está morrendo.

Há alguma dúvida? Pois então deixemos que o próprio Augusto Frederico Schmidt, falando, não mais como poeta e sim como político, nos diga como sente o problema: "Esse sentimento de que vivemos os últimos anos de um mundo que amamos e a que estamos tão ligados não é facilmente suportável. (O GLOBO, 12-7-1960)

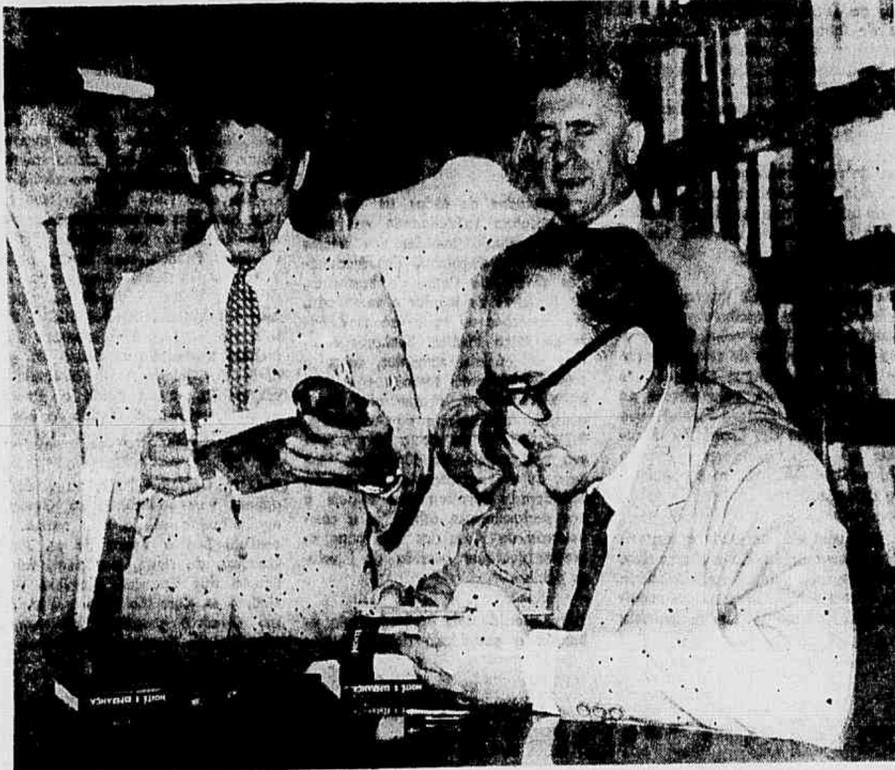
Pedro Severino

Dai, as lágrimas — sinceras, aliás, E compreensíveis.

Autógrafos na Livraria São José

Sexta-feira, dia 25 de novembro, mais uma tarde de autógrafos animará a casa de Carlos Ribeiro, na Livraria São José. Desta vez, o convite é feito pela Livraria Progresso Editora, juntamente com a Casa da Bahia e a Livraria

São José. Com o início marcado para as 17 horas, a festa lançará três livros: "O médico S. Francisco" (2.ª edição) de Wilson Lins, "Homens, livros e idéias" e "Ensaio, História e Economia", de Pinto de Aguiar.



MILTON PEDROSA AUTOGRAFOU «NOITE E ESPERANÇA»

Dezenas de jornalistas, escritores, radialistas e populares compareceram ao coquetel de lançamento do livro "Noite e Esperança", na Livraria São José. A festa realizada na tarde do dia 19 último, foi patrocinada pela Editorial Vitória, responsável pela edição do li-

vro. O autor, o festejado escritor Milton Pedrosa, durante várias horas atendeu à solicitação de autógrafos, e na foto ele é visto, na ocasião, quando assinava uma dedicatória a um leitor. "Noite e Esperança", que traz um prefácio de Astrojildo Pereira, retrata as

lutas e a vida de trabalhadores e militantes comunistas, na época da mais dura repressão policial ao movimento operário e democrático. É uma obra corajosa e bela, e seu autor recebeu por isso muitos cumprimentos e elogios, na festa de lançamento do livro.

CANÇÃO DO GUERRILHEIRO TORTURADO

RUY GUILHERME BARATA (Belém — Pará)

Ai general De Gaulle!
Ai general Salan!
Vossos bravos me torturam na rosa luz da manhã.
Vossos heróis sem Marengo...
Vossas águias sem Wagram...
Ai general De Gaulle!
Ai general Salan!

Paraquedista que pairas — rosa aberta em solidão — por que nos ventos colheste a raiz da maldição?
Por que não trazes da França de seu céu como lembrança um colar de nuvens brancas doirados sóis em botão?
Por que não trazes a estrela na palma de tua mão?
Por que não pediste à lua o amor sem remissão?
Há uma Argélia nascendo na ponta de teu ferrão e uma França que perece na mais negra humilhação.

Ai general De Gaulle!
Ai general Salan!
Vossos bravos me torturam na rosa luz da manhã.
Vossos heróis sem Marengo...
Vossas águias sem Wagram...
Ai general De Gaulle!
Ai general Salan!

Argélia teu nome cresce nos meus gemidos de dor e uma França desfalece por onde meu pranto fór.
Não a França de Joana mas a França do impostor essa França que se afoga no seu próprio desamor.
França que morre na usura das palavras sem valor que se pego liberdade da-me lições de terror.
França de extinta ventura.
França de triste figura.
França aos pés da sepultura.
Morre França por favor

Ai general De Gaulle!
Ai general Salan!
Vossos bravos me torturam na rosa luz da manhã.
Vossos heróis sem Marengo...
Vossas águias sem Wagram...
Ai general De Gaulle!
Ai general Salan!

Paraquedista de França — mensageiro da aflição — que queres de minha boca que não saibas de antemão?
Que à noite perfiro o dia?
Que detesto a servidão?
Que morte é melhor que vida quando vida é podridão?

Que é melhor ser torturado que sorrir na escravidão?
Que nas dores que padeco não germinem traíção?
Que se livre fosse agora voltaria ao batalhão?
Tudo tu sabes de sobra não precisa confissão.

Ai general De Gaulle!
Ai general Salan!
Vossos bravos me torturam na rosa luz da manhã.
Vossos heróis sem Marengo...
Vossas águias sem Wagram...
Ai general De Gaulle!
Ai general Salan!

Ai noite sempre comprida!
Ai saugrento despertar!
Ai cefa de desespero!
Ai chicote a me buscar!
Ai pudor de ser despido!
Ai vergonha de apanhar!
Ai morte me procurando!
— E morte não quer me achar —
Ai meu orgulho ferido!
Ai ferida a latejar!
Ai meu braço dolorido!
Ai dolorosa manha!
Ai guerreiro pervertido!
Ai soldado sem Wagram!
Ai general De Gaulle!
Ai general Salan!

A Perspectiva é de Novas Lutas

DAMIRO LUCHESI

Uma das características mais importantes, atualmente, da situação política nacional, é o ascenso das lutas reivindicatórias que se desenvolvem em todo o país. Os trabalhadores voltam-se contra a política posta em prática pelo governo de Juscelino, cujos efeitos agravam dia a dia as condições de vida do povo, com o aumento espantoso e inaceitável dos preços, reduzindo o poder aquisitivo dos salários. E contra essa exploração crescente que as massas trabalhadoras vêm lutando e conquistando vitórias, como se verificou entre os ferroviários, marítimos, portuários e outros.

Nessas lutas, é justo assinalarmos ao lado das vitórias econômicas as vitórias de caráter político. No fogo da batalha por melhores salários, os trabalhadores derrotaram momentaneamente as tentativas do governo no sentido da decretação do Estado de Sítio, da aplicação do fuzilamento 9070 (antigreja), a anunciada intervenção em sindicatos, fortalecendo-se para novas e mais amplas lutas. O proletariado saiu assim revigorado, com mais confiança em suas próprias forças e a natural elevação de sua consciência política, compreendendo, pela prática, a necessidade de um governo que aplique uma política nacionalista e de respeito aos direitos democráticos.

Por sua vez, o povo paulista, tendo à sua frente a classe operária, está também em grande movimentação. Desde as formas mais simples de luta e de protesto, como os memoriais — por exemplo — aos movimentos grevistas de intensa e duradoura repercussão, todas as ações são promovidas pelo povo paulista contra a atual política federal e estadual. Os metalúrgicos, os gráficos, os ferroviários da Santos-Jundiaí, os trabalhadores em colchões, os químicos, e muitas outras categorias, sofrendo os efeitos da política federal e também as consequências da política desenvolvida pelo sr. Carvalho Pinto, de estímoreo do povo, lançaram-se à luta. O governador de São Paulo, em resposta aos justos anseios dos operários, usou a violência policial, prendendo sempre, culminando com o encarceramento de cerca de 600 trabalhadores da CMTC, pelo DOPS. O Plano de Ação do sr. Carvalho Pinto, apresentado como capaz de resolver em pouco tempo os problemas do povo, para este fica claro como um instrumento de propaganda do grupo que detém o poder hoje em São Paulo. Na realidade, o governo do sr. Carvalho Pinto constrói e amplia a riqueza de uns poucos à custa da miséria das massas, como se pode verificar facilmente com a situação dos ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana, Mogiana, Força Pública, funcionários civis do Estado. E quando as massas, sem outra saída, passam à luta, a resposta do sr. Carvalho Pinto é a violência, a prisão, as ameaças. Os funcionários públicos, por exemplo, estão sendo constantemente ameaçados de represálias por parte do Governo caso insistam em comparecer à Assembleia Legislativa para reclamar melhores vencimentos. No caso da Força Pública vimos centenas de militares presos por culpa exclusiva da intransigência do sr. Carvalho Pinto. Em face da ameaça da greve nas ferrovias da Paulista e da Sorocabana, o governador já mandou fazer o policiamento ostensivo das estradas, procurando com isso intimidar os trabalhadores. O caráter do governo do sr. Carvalho Pinto é assim tornado mais claro para todo o povo: esfomeador, perseguidor, reacionário.

Não serão porém as medidas policiais que atenuarão o ânimo da luta dos trabalhadores e do povo de S. Paulo. Os trabalhadores já demonstraram sua capacidade de organização e de luta, sua alta consciência política e a compreensão de que, com a unidade inquebrantável de suas fileiras, derrotarão as medidas de coação do governo.

Isso indica que temos pela frente novas lutas, pois mesmo aqueles setores que já obtiveram suas reivindicações, continuam batalhando contra a carestia, a fim de que seus salários possam comprar alguma coisa. Na defesa dos aumentos de salários, pelo pagamento dos atuais níveis de salário mínimo e do reajustamento (em 3, em vez de 5 zonas), contra a elevação dos impostos, taxas e tarifas, pela intervenção nos frigoríficos, pela redução do preço da carne, pela aprovação do projeto de lei (na Câmara Federal) que limita a remessa de lucros para o Exterior, em defesa das liberdades democráticas e sindicais, não resta dúvida de que os trabalhadores e o povo empreenderão novas lutas. E a unidade das forças democráticas e populares assegurará a vitória contra a miséria e a opressão.

O caminho das ações de massas mais uma vez comprova a sua eficiência. Através delas os trabalhadores e o povo conquistarão melhores dias, libertarão o patriota Joffre Correia Neto, manifestarão sua firme solidariedade à revolução cubana e aos povos em luta contra o imperialismo norte-americano, abrindo para o nosso país as perspectivas de um governo nacionalista e democrático.

PATRAO MESQUINHO E ODIENTO

Carvalho Pinto Responsável Pela Crise na Força Pública

A onda da greve, em São Paulo e em todo o país, de iniciativa dos trabalhadores na indústria, além da marítimos, ferroviários e outros, revelando a insatisfação popular diante da elevação do custo de vida, veio juntar-se ao movimento da oficialidade da Força Pública de São Paulo reivindicando melhores vencimentos e condições de trabalho em correspondência com a especificidade de suas funções (entre as queixas dos militares está a de que delegados de polícia exibiram de suas funções desprestigiando com isso a oficialidade da Força). Uma comissão de oficiais esteve na Assembleia Legislativa pleiteando dos deputados medidas junto ao governador. Um médico, componente da Comissão, denunciou aos parlamentares as inaceitáveis condições em que vivem cabos e soldados, a maioria residindo em favelas, obrigados ainda, nos momentos de folga, à atividade estranha à profissão, a fim de ganharem mais um pouco, para a manutenção da família, ainda assim em condições precaríssimas. Um oficial-general do Exército, solicitado pelo governador ao ministro da Guerra, assumiu o comando da Força Pública, enquanto dezenas de oficiais apresentavam-se presos aos quartéis de Sorocaba, Taubaté e outros municípios, em solidariedade aos membros da Comissão, recolhidos disciplinarmente à cadeia. Sargentos, cabos e soldados, por sua vez, manifestaram solidariedade pública aos oficiais, muitos deles apresentando-se também presos, com recusa sistemática do comando, ou promovendo concorrida assembleia.

Deputados de todas as legendas emprestaram solidariedade aos militares, partindo também dos setores operários e populares, dos funcionários civis e do Corpo de Bombeiros, de prefeitos do interior e vereadores, manifestações de apoio ao movimento da Força Pública. Senhoras e filhos de oficiais, sargentos, cabos e soldados visitaram também a Assembleia Legislativa reclamando providências. A presidente da Assembleia, D. Conceição da Costa Neves, por sua vez, repeliu os termos de uma nota do anterior comando da milícia, considerada injuriosa aos oficiais e aos parlamentares, afirmando a competência da Casa dos Leis para apreciar qualquer questão de interesse público.

Do ocorrido saiu profundamente abalada a autoridade do governador



General dá explicações

Carvalho Pinto. O Chefe do Executivo é o comandante geral da milícia paulista, nos termos das leis que regulam a matéria. O protesto coletivo dos militares resultou no descrédito do sr. Carvalho Pinto que não teve sequer condições de superar a crise com elemento saído das próprias fileiras da Força Pública, indo buscar no Exército o elemento apaziguador da situação. Voltando depois de alguns dias à atividade, aqueles oficiais distribuíram uma nota à imprensa que, embora traduzindo confiança no general que interinamente comanda a corporação, revela ainda a preocupação da classe no sentido de que o governador atenda mesmo as reivindicações apresentadas.

O sr. Carvalho Pinto, na verdade, apenas vem realizando no Governo aquilo que constituiu uma norma de conduta sua à época do sr. Jânio Quadros, de quem, por sinal, foi o homem das finanças. Naquela ocasião, o sr. Carvalho Pinto e o sr. Jânio Quadros demitiram centenas e centenas de funcionários públicos, à

No momento agudo da crise, quando dezenas de oficiais da Força Pública de São Paulo apresentavam-se voluntariamente à prisão, nos quartéis de Sorocaba, Taubaté e outros municípios, o governador Carvalho Pinto solicitou ao ministro da Guerra um general do Exército sendo para lá enviado o general Franco Ferreira, que assumiu o comando da milícia.

pretexto de economia. Mas a verdade é que muitos outros foram admitidos por motivos políticos, com elevados vencimentos, atestando-se dessa forma, na prática, a inconsistência da «moralização» apregoada pelo governador, e também da tão decantada poupança.

No caso atual, o sr. Carvalho Pinto aparece como o único responsável pela situação. Não sabe atender em tempo hábil as reivindicações dos militares, conduzindo-os, pela insatisfação, à deflagração do movimento reivindicatório, com prisões e outros contratempos. O governador, revelando-se um patrão mesquinho e odientto, apesar do sorriso macio das fotografias oficiais, tem apenas para oferecer aos militares um aumento de 21,6%, incapaz de satisfazê-los. O mínimo obtido pelos trabalhadores da indústria em São Paulo, por força dos movimentos grevistas, foi da ordem de

35% sobre os salários atuais. Categorias como a dos metalúrgicos obtiveram 40% e os bancários em luta estão reclamando dos patrões cinquenta por cento. O sr. Carvalho Pinto que chefia um governo como o de São Paulo — cujo orçamento anda na casa astronômica dos CENTO E SEIS BILHÕES DE CRUZEIROS e cuja Caixa Econômica empresta dinheiro ao governo de outras unidades da federação — tem apenas para os servidores militares a irrisória percentagem de 21,6%! Promove assim o governante paulista aquela política denunciada na campanha eleitoral passada: escorcho do povo, perseguição aos funcionários, repressão violenta aos movimentos operários (600 empregados da CMTC foram presos pela DOPS por ocasião da greve, da última semana) e política do mais absoluta «pão-durismo» quando se trata de atender aos pequenos servidores do Estado.

Químicos de Cubatão Fazem a Primeira Greve: Arrogância Dos Trustes Foi Derrotada

Pleiteando equiparação salarial com os servidores da PETROBRAS no setor petroquímico, o pagamento dos adicionais de periculosidade e insalubridade, de 20%, sobre os serviços de turno, do salário-família, da hora de refeição trabalhada em dobro, do reajuste para os que não foram atingidos pelo último aumento, bem como o início de conversações para a elaboração de um contrato coletivo de trabalho, os 1.200 operários das indústrias Cia. Brasileira de Estireno, Petroquímica, Albin, Union Carbide e Copebrás (todas norte-americanas) deflagraram, na noite de 14 do corrente, uma greve geral da categoria, a primeira realizada no jovem município industrial de Cubatão.

Durante os entendimentos anteriores, os patrões haviam adotado a tática de zombar das advertências dos li-

deres operários. Na iminência da greve, resolveram esperar para ver se os trabalhadores decidiam-se mesmo pela paralisação. Quando viram que a disposição dos seus empregados era defender a dignidade de seu nível de vida, enviaram propostas de aumento — também reivindicação dos trabalhadores — mas em bases de 15 a 20%, muito inferiores portanto à majoração do custo de vida.

Provocação policial

Os trabalhadores, entretanto, cansados de esperar e irritados com o deslize da proposta de aumento, iniciaram a «paredê», paralisando inúmeras das quatro empresas. Os piquetes que

se movimentaram através de Cubatão pela primeira vez quase não tiveram trabalho, pois a adesão ao movimento foi total.

Assustados com o vigor da greve, os empregadores recorreram ao dissídio coletivo na Justiça do Trabalho, manobrando para tornar a greve ilegal, como se pudesse ser legal a luta por direitos já reconhecidos aos trabalhadores em todo o país. A pressão dos representantes operários, todavia, levou a que o presidente do TRT de São Paulo formulasse uma proposta conciliatória, que favorecia as principais reivindicações dos grevistas, a qual foi aceita em assembleia, como verdadeira vitória.

Entretanto, enquanto na sede de seu Sindicato os grevistas demonstravam sua serenidade, transgindo em alguns pontos para encontrar uma solução, a polícia do governador Carvalho Pinto, a exemplo do que fez em São Paulo com os trabalhadores em ônibus (encarcerando 600), do que fez em Santa Fé do Sul (prendendo líderes camponeses que lutavam pela posse da terra para os que nela trabalham), seguindo, enfim, a tradição dos governos entreguistas e reacionários da UDN e do FDC, prendia nas ruas de Cubatão os grevistas que procuravam interceptar um caminhão que levava colchões aos engenheiros da Union Carbide, obrigados a trabalhar dentro da firma e impossibilitados de dormir fora, com medo de algum «corretivo» dos piquetes que rondavam a fábrica.

Solidariedade

O delegado de Cubatão, entretanto, apesar de toda a sua prepotência policial, apoiada nos carões,

revólver e cassetetes dos milicianos, soltou logo os operários detidos, após os entendimentos com os líderes sindicais. A solidariedade aos presos foi levada por centenas de operários, que se concentraram ao redor da Delegacia, bem como por dirigentes do Sindicato dos Operários Portuários, Sindicatos dos Empregados na Administração do Porto, Sindicato dos Gráficos e Sindicatos dos Trabalhadores em Petróleo, que se achavam na assembleia.

Vitória

A arrogância da polícia do governo do Estado, que assim agindo se colocava claramente ao lado dos empregadores, como não poderia deixar de ser, não quebrantou o ânimo dos trabalhadores. E, como réplica, conquistavam eles a anuência dos patrões, no dia seguinte, para um acordo onde se garante o seguinte: 40% de aumento sobre os salários vigentes em novembro de 1959; pagamento de um abono equivalente a uma hora, em cada jornada de oito horas de trabalho contínuo; pagamento dos adicionais noturnos (20%), periculosidade e insalubridade (30%) nas férias e folgas remuneradas, de conformidade com a legislação em vigor; vigência do acordo por um ano, pago o aumento a partir de 1^a de novembro de 1960; nenhuma punição aos grevistas e possível pagamento dos dias de greve.

Na reunião do dia 18, quando resolveram voltar ao trabalho, os químicos de Cubatão decidiram também prosseguir em assembleia permanente, até que seja cumprido integralmente o acordo. Como comemoração da vitória de sua primeira greve, realizou grandioso passeata.



Operários derrotam policiais

Em sua primeira greve, os operários das indústrias químicas e farmacêuticas de Cubatão derrotaram as violências dos batedores chamados a defender os interesses dos donos das empresas petroquímicas.

Está nas Livrarias
NOITE E ESPERANÇA
de
MILTON PEDROSA
«uma novela que se pode sem hesitação classificar de obra-prima»...
«uma genuína obra de arte» (Astrojildo Pereira)
Preço Cr\$ 160,00
Pedidos pelo reembolso postal para
Editorial Vitória Ltda
Caixa Postal 165
Rio de Janeiro — Est da Guanabara



São Paulo Ficou Sem Transportes

A partir de zero hora do dia 15 do corrente, motoristas e cobradores de ônibus e bondes da CMTC deflagraram uma greve reivindicando aumento de salários. Da «paredê» participaram os metalistas e cobradores das empresas particulares. A intransigência das empresas foi superada nas discussões havidas na DRT, e com o acordo de 40% obtido, os trabalhadores voltaram ao trabalho.

No setor de bondes da CMTC a greve prosseguiu em virtude de motoristas e condutores não terem re-

cebido os salários que lhes eram devidos pela empresa. A greve nesse setor só veio a terminar depois que a CMTC se comprometeu a pagar os atrasados.

Deve-se ressaltar que, durante a greve, a polícia do governador Carvalho Pinto cometeu uma série de violências, prendendo mais de 600 trabalhadores, entre eles o sr. Cneo Dantas, presidente do Sindicato da categoria. Na foto, um aspecto da assembleia da vitória, realizada na sede do sindicato.

FURACAO ANTIIANQUE PERCORRE AS ANTILHAS

O porta-aviões norte-americano "Wasp" reuniu-se ao "Shangri-la" e os cinco cruzadores que já se encontravam "patrulhando" o mar das Antilhas. Ao mesmo tempo, o Departamento de Estado publicava um comunicado em que apontava o "perigo" representado pela suposta concentração maciça de armas e munições em Cuba e os moços de recado da OEA começavam a receber instruções para convocar uma conferência de chanceleres para estudar a "agressão" cubana à Nicarágua e à Guatemala. Agindo como sempre unilateralmente para depois exigir que os países latino-americanos endossassem sua política, os Estados Unidos iniciaram a operação de bloqueio naval contra Cuba e deram ordem para que os governos dependentes de Washington começassem a se mexer.

Como era de se esperar, o sr. Horácio Láfer não se fez de rogado. Em declaração oficial, o ministro do exterior brasileiro, referindo-se à junta revolucionária que derrubou a ditadura "constitucional" de El Salvador, disse que o governo de nosso país não irá reconhecer "ditaduras de direita ou de esquerda". O sr. Láfer, evidentemente, não se referiu à ditadura sanguinária de Stroessner no Paraguai, que ele mesmo prestigiou e que o sr. Kubitschek, vai reforçar com sua próxima visita. Stroessner, Trujillo, Ydigoras, Somoza, Frondizi e companhia podem perseguir os democratas e abafar as liberdades quanto quiserem que o Departamento de Estado e seus lacaios latino-americanos, entre eles os que servem ao governo brasileiro, não dirão uma palavra sequer. Mas quando se trata de um governo popular, revolucionário e nacionalista como

o do primeiro-ministro Fidel Castro, então as coisas são outras. Argentina, Brasil, Chile, Peru e Colômbia disputam às ditaduras do Paraguai, Nicarágua, Guatemala e República Dominicana as honras de melhor defensor do imperialismo.

A outra unidade

Se existe uma certa unidade entre os governos entreguistas latino-americanos, outra unidade, muito mais forte, é mostrada pelos povos do continente. Somente na semana que passou, o embaixador norte-americano na Bolívia foi vaiado e pôsto a correr pelo povo de Cochabamba, milhares de operários, camponeses e estudantes se reuniram nas ruas de El Salvador para apoiar a junta de governo e condenar a atitude dos Estados Unidos e seus seguidores no continente que procuram pressionar o novo governo do país ameaçando-o com o não reconhecimento, o povo da Guatemala e da Nicarágua se levanta contra as ditaduras reacionárias, chegando na Guatemala a ocupar a cidade de Puerto Barrios por alguns dias, grande número de protestos são feitos na Costa Rica contra a conivência do regime do presidente Mário Echandi com as ditaduras ameaçadas, e assim por diante.

Ydigoras Fuentes, "eleito" na Guatemala pelos mesmos homens que foram pagos pela "United Fruit", dona da maior parte das terras cultiváveis, das estradas de ferro e dos portos do país, para derrubar o governo de Jacobo Arbenz, teve que apelar para os patrões norte-americanos para poder abafar a revolta. Aviões fornecidos pelos Estados Unidos lançaram

bombas norte-americanas sobre cidades guatemaltecas, enquanto que o exército de mercenários armados pelos ianques reprimia o povo. Embora os revolucionários que invadiram a Guatemala e a Nicarágua, tenham partido de Honduras e da Costa Rica e seja absolutamente impossível impedir a eclosão de levantes e revoltas enquanto persistirem as ditaduras, as duas rebeliões foram imediatamente aproveitadas para acusar o governo cubano de estar promovendo a revolução na América Latina. Os governos da Guatemala, Nicarágua e da Costa Rica, que a eles se associou, disseram que podiam demonstrar a intervenção cubana. As "provas" que fabricaram, entretanto, eram tão evidentemente falsas que os próprios diplomatas da OEA tiveram que reconhecer que não havia qualquer base para a acusação.

Gangsterismo ianque

Um fato ocorrido nos últimos dias em Cuba serve bem para mostrar em que consiste a luta do "mundo livre" contra a revolução cubana. Um funcionário da todopoderosa embaixada norte-americana, cujo poder em Cuba era absoluto, disse ao gerente de um restaurante no qual tinha comido que não pagava sua conta com os pesos cubanos porque se tratava de "dinheiro comunista". Ato contínuo, chamou um fuzileiro naval ianque que se encontrava à sua disposição e passaram os dois a agredir o gerente, até que um oficial cubano interviu e acabou com o carnaval. Os regimes anteriores, até 1934, tinham que contar com a aceitação dos Estados Unidos, de acordo com a própria Constituição imposta pelos ianques ao povo cubano, e depois desta data continuaram a depender do "vizinho do norte" por outros meios. O governo revolucionário de Fidel Castro com este estado de coisas, nacionalizou as companhias açucareiras e os bancos que exploravam o país, liquidou com a vassalagem em relação à embaixada ianque. Daí a oposição norte-americana ao regime defendido pelos cubanos.

Antes da revolução cubana havia no país cerca de seiscentos e cinquenta mil desempregados, mais de um quarto do total de trabalhadores cubanos. Enquanto isto, importava-se até mesmo produtos fabricados com matérias-primas exportadas pelo país. A indústria era pequena e não se desenvolvia, a agricultura se limitava quase que exclusivamente ao açúcar, ao passo que edifícios luxuosos eram construídos em Havana e outras grandes cidades, automóveis de último tipo rodavam pelas ruas de Cuba e a ditadura de Batista dava dois milhões de dólares para a construção de um clube de granfinos em Havana. Hoje tudo isto acabou e, portanto, os lucros dos ianques e seus amigos cubanos foram por água abaixo.

Tratados e agressões

A história das relações entre os Estados Unidos e a América Latina, desde o início do século passado, está caracterizada pela sucessão de acordos e tratados impostos pelos norteamericanos pa-



Mulheres também lutam

ra justificar suas intervenções e seu domínio. Em particular, as reuniões interamericanas de presidentes e chanceleres têm servido para organizar golpes militares contra os regimes populares latino-americanos. Em 1948, em Bogotá, quando se realizava a X Conferência de presidentes, foi assassinado o líder nacional Jorge Eliezer Gaitán e poucos meses depois estavam os golpes militares de Odría no Peru e Jimenez na Venezuela precedendo a invasão da Guatuzela. A famosa conferência de Caracas precedeu a invasão da Guatemala e a agitação entreguista que levou ao suicídio de Getúlio Vargas. Inúmeras vezes o exército e os fuzileiros navais ianques foram enviados para reprimir os povos do México, de Cuba, da Nicarágua, de Porto Rico, da República Dominicana, do Haiti e de outros países.

O objetivo da Conferência de São José da Costa Rica não foi outro senão o de preparar a invasão de Cuba. O vasto movimento de protesto contra as ameaças ianques que se estendeu desde o México até à Argentina e o Chile, entretanto, fez com que os chefes do Pentágono e do Departamento de Estado esfriassem. Eles sabem perfeitamente que encontrarão em Cuba uma feroz resistência da maioria esmagadora da população que enfrentará a invasão com ou sem armas, ao lado do exército revolucionário e dos 250 mil milicianos camponeses, operários, estudantes e intelectuais armados e treinados pela revolução.

Fracassada a primeira investida, anuladas as tentativas de dobrar ou derrubar o regime revolucionário pela agressão econômica e diante da solidariedade ativa dos países socialistas, no plano militar como no econômico, o imperialismo norte-americano tenta agora

As mulheres e os jovens cubanos uniram-se aos operários, camponeses, funcionários e intelectuais nas milícias populares, que já contam com duzentas e cinquenta mil milicianos armados. E' contra esses homens e mulheres, jovens e velhos que os invasores norte-americanos terão que se defrontar se desembarcarem em Cuba. O clichê mostra-nos um grupo de jovens cubanos durante um desfile em Havana.

voltar à carga, simulando defender "países amigos" de uma intervenção cubana. Para os Estados Unidos esta é a oportunidade que tanto procuraram: ao mesmo tempo que defendem as ditaduras cambaleantes da Guatemala e da Nicara-

gua, servem-se da revolta popular como pretexto para tentar justificar uma agressão a Cuba. As manobras ianques, entretanto, são muito claras e não é difícil que sejam obrigados a adiar mais uma vez sua aventura bélica.

Nota Internacional

As Eleições Japonesas

As agências imperialistas estão procurando fazer das recentes eleições no Japão uma vitória da reação contra as esquerdas. Chegou-se mesmo a falar em "derrota do neutralismo" e apoio popular ao Pacto Militar com os Estados Unidos. A realidade, entretanto, é bastante diversa. Em primeiro lugar, os socialistas, que defendem uma política externa de neutralidade, coexistência pacífica e relações amistosas com a URSS e a China Popular, ganharam 23 cadeiras, passando de 122 a 145 e os comunistas passaram de uma a três cadeiras. Com isso, o bloco de esquerda conta agora com quase um terço das 467 cadeiras da Câmara dos Deputados do Japão. Para se compreender o significado verdadeiro desta vitória, é preciso saber que o sistema eleitoral japonês foi confeccionado exatamente para evitar o reforço das tendências esquerdistas, baseando-se no voto majoritário, e não nas legendas. Deste modo, tanto os socialistas como os comunistas podem obter um número de votos muito maior do que outros partidos e fazerem menos representantes.

Muito mais significativo ainda foi a derrota fragorosa sofrida pelos social-democratas, que apoiaram a política militarista de Kishi e atualmente defendem o gabinete reacionário e pró-ianque de Ikeda. Os social-democratas, que contavam com 40 deputados, foram reduzidos a 17. Também os independentes e outros grupos conservadores perderam vários mandatos. A tão apregoada vitória do Partido Liberal Democrata, de Kishi e Ikeda, que ganhou 13 cadeiras transformou-se assim numa derrota geral, em benefício da esquerda. Outro elemento que é preciso levar em conta, e que os resultados conhecidos até agora não permitem julgar, é a forma como se dividiram os votos dados às várias facções do partido governista. Os liberais democratas estão fracionados em oito alas cuja política interna e externa varia muito, indo desde o fascismo aberto até tendências antimilitaristas e liberais. Estes aspectos da questão naturalmente não são destacados pelas agências imperialistas interessadas em deturpar os fatos, mas os próximos dias virão revelá-los, quando se conhecer as votações de cada partido e a composição do parlamento.

A outra interpretação das eleições japonesas, segundo a qual o povo rejeitou a política de neutralidade e coexistência pacífica, reelegendo o governo que firmou o pacto nipo-norte-americano, é tão falsa como a primeira. Se o militarismo japonês, apesar de todo o aparelho de propaganda e repressão utilizado em massa desde as manifestações contra o pacto militar que fizeram abortar a viagem de Eisenhower, não conseguiu evitar o grande avanço das esquerdas, isto ocorreu porque a luta pela paz e contra os monopólios reinstalados no poder pelos norte-americanos já ganhou as grandes massas populares. Servindo-se da Constituição elaborada por Mac Arthur, chefe das tropas de ocupação ianques, da máquina do Estado e dos meios de informação, a grande burguesia nipônica ainda consegue se manter no poder, mas suas vitórias contra o povo são cada vez mais difíceis.

Fausto Cupertino



Exército rebelde na frente

A frente do povo cubano, na defesa da revolução, estão os soldados do Exército revolucionário, que além de abrir estradas, construir casas e fábricas, treinam o povo para barrar o passo aos invasores.



Congo: ONU continua na encruzilhada

A vacilação da ONU em tomar uma atitude firme e clara em relação à luta do povo congolês contra o colonialismo belga e seus aliados da OTAN está transformando o Congo num país inteiramente conflagrado. Apesar da pressão exercida pelos afro-asiáticos e socialistas, continua a predominar, pelo menos nos escritórios centrais de Nova Iorque, a tendência a preservar o coronel Mobutu e o presidente Casavubu, testas-de-ferro do imperialismo.

Enquanto isto, no próprio Congo, as manobras do secretário geral Hammarskjöld têm que ser mais cautelosas, porque o grosso dos contingentes da ONU é constituído por soldados africanos, que não estão dispostos a fazer o jogo de seus inimigos contra seus irmãos congolezes. Isto foi o que ocorreu quando o coronel Mobutu quis expulsar à força o embaixador de Gana, Wellbeck. Os colonialistas ainda não se convencem de que é impossível consolidar qualquer regime contra a vontade do povo, que apóia firmemente o primeiro-ministro Lumumba.

Se URSS apóia, Ocidente fica contra...

O delegado da Inglaterra na ONU, David Ormsby-Gore, deu recentemente um novo e ótimo exemplo do que é a lógica do imperialismo. Um grupo de países afro-asiáticos apresentou à Comissão Política um esboço de acordo para o desarmamento geral e completo em sete pontos, levando em conta as propostas soviéticas e ocidentais. Posteriormente, o delegado da URSS, Valerian Zorin, aplaudiu a iniciativa e se declarou pronto a colaborar com todos os interessados para chegar a uma solução conveniente.

Segundo Ormsby-Gore, entretanto, esta tomada de posição soviética tira do projeto afro-asiático seu caráter conciliador. O Ocidente, disse o delegado inglês, não pode aceitar qualquer proposta que a União Soviética apóie. O fato da proposta neutralista incluir as principais exigências dos membros do bloco militar da OTAN, segundo o imperialismo, não quer dizer nada. O importante é que se trata realmente de um plano de desarmamento e, por isso, é inaceitável...

No Laos, OTASE entrou pelo cano

O governo neutralista do Laos entrou em acordo com os guerrilheiros comunistas do Paté Laos para a formação de um gabinete de coalizão e a pacificação do país, segundo o espírito e a letra dos acordos de Genebra, que puseram fim à guerra da Indochina.

Como era de se esperar os governos e as agências imperialistas gritaram imediatamente. A conferência do bloco militar da OTASE foi um dos focos de agitação utilizados. O comandante da VII Esquadra norte-americana, apoiado principalmente pela ditadura pró-ianque da Tailândia, ameaçou mesmo intervir no Laos.

A reviravolta no Laos, que já começa a se consolidar definitivamente, representa uma derrota fragorosa para os planos do imperialismo na Ásia. O golpe militar fracassado contra a ditadura de Ngo Dim Diem no Viet-Nam do Sul não foi apenas um movimento de oficiais paraquedistas como disse a imprensa. Nêle tomou parte importante a própria população de Saegon. É isto que apavora os homens da OTASE.

Assembléia de Mineiros Faz o Julgamento da Hanna

Reportagem de RUY FACÓ
(Enviado especial de NR a Minas Gerais)

Havia receio evidente de que a assembléia fracassasse. Fora convocada para domingo, 13 de novembro, e depois transferida por não terem regressado de Brasília os componentes de uma comissão dos mineiros de Morro Velho que fora falar com o presidente da República. Marcada para o feriado seguinte, dia 15, não pôde realizar-se devido ao desastre de ônibus de domingo, em que perderam a vida pessoas queridas dentre os mineiros de Nova Lima. Era, portanto, justificado o receio de malogro da nova convocação.

Alguém me confessou a razão principal do possível fracasso: a assembléia não ia discutir um assunto de interesse econômico imediato, como aumento de salários, algumas das quais tinham conseguido arregimentar uma boa parcela dos mineiros de Morro Velho.

Mas, para surpresa minha, não havia um lugar vazio no amplo salão do Teatro Municipal de Nova Lima.

Todas as cadeiras tomadas e muitas pessoas em pé, num total superior a mil. Eram os operários da mais famosa jazida de ouro do Brasil, explorada há mais de século e meio. Ali estavam reunidos, em seus trajes domingueiros, homens simples, sérios, de fisionomia sofrida.

E quem disse que o assunto da ordem-do-dia não lhes interessava de maneira vital, tanto ou mais do que a luta por aumento de salários ou qualquer outra reivindicação econômica?

O decorrer da assembléia foi o julgamento impiedoso da nova senhora de Morro Velho, a sucessora da St. John d'El Rey Mining Company: a empresa norte-americana Hanna Corporation, ou simplesmente a Hanna.

A ordem-do-dia proposta constava de um ponto único: a posição dos mineiros de Morro Velho ante a ameaça de fechamento da mina de ouro, em função da qual cresceram e vivem duas cidades conjugadas:

Nova Lima e Raposos, unidas pelo morro que as divide. São cerca de 30.000 pessoas direta ou indiretamente ligados à mineração.

Constituído a mesa da assembléia, abertos os trabalhos, foi pedido um minuto de silêncio em memória de um mineiro que acabara de falecer vítima da silicose — a doença profissional causada pelo trabalho insalubre.

Missão a Brasília

Existe entre os presentes ansiedade geral pelo resultado de um contacto da Comissão do Sindicato dos mineiros de Morro Velho enviada a Brasília para entender-se com o presidente da República sobre a entrada da Hanna e a ameaça de fechamento da mina de Morro Velho.

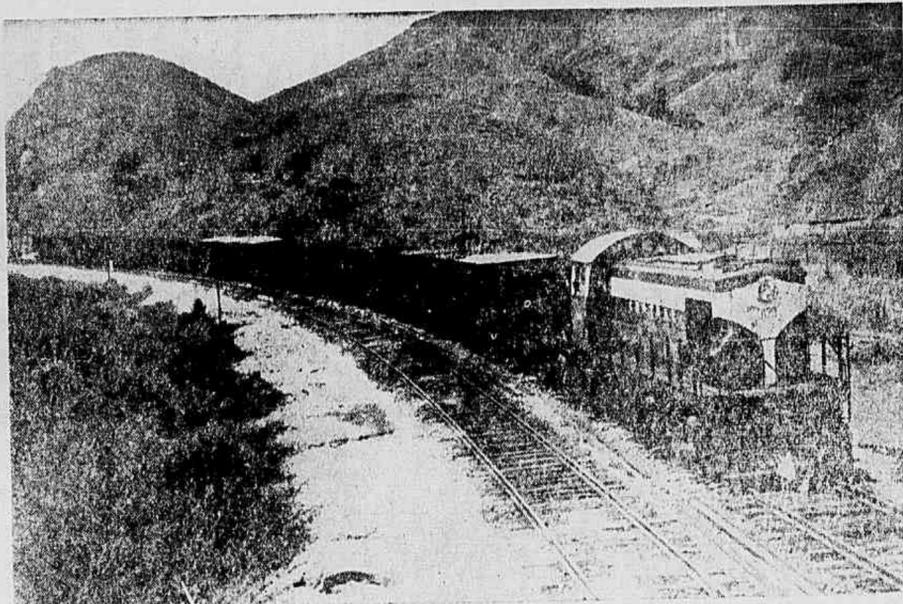
Desfilam ao microfone os membros da Comissão. O presidente do Sindicato, Alberto Lemos, informa terem entregue ao chefe do governo cópias de documentos em que juridicamente os mineiros reclamam garantias. Também por meios legais exigiram e obtiveram vistas do processo em que a Hanna desmembra a antiga St. John d'El Rey, deixando à parte a mina de Morro Velho. Relata que a Companhia pretendeu que os mineiros desistissem das vistas ao processo. O próprio presidente do Sindicato foi chamado por um dos diretores da Companhia estrangeira e censurado em tom de ameaça.

Mas, os mineiros não se intimidaram. Não só prosseguiram, tentando salvaguardar seus direitos inalienáveis — o próprio direito à sobrevivência como trabalhadores da mina — mas foram adiante: exigiram que a Companhia depositasse em Banco a quantia correspondente à indenização, para o caso de ser fechada a Morro Velho.

Na sua conversa com o chefe do governo, os operários se referiram à proteção escandalosa dada pelo governo à Hanna, concedendo-lhe uma subvenção que monta a 28 milhões de cruzeiros por mês.

Alegou o sr. Kubitschek que julgava estivesse assim ajudando os trabalhadores.

— Não, Excelência, replicaram os mineiros. Com esse dinheiro a Companhia paga indenizações aos operários que demite em massa com oito anos de serviço para não adquirirem estabilidade. É uma «ajuda» contra os mineiros.



Montanhas carregadas

As exigências dos mineiros

O objetivo da Comissão ao procurar o presidente da República, em nome do Sindicato dos Mineiros de Morro Velho, era:

— exigir garantias aos trabalhadores da mina ameaçada;

— e que a Companhia venda obrigatoriamente o ouro extraído ao Banco do Brasil, em vez de exportar.

O presidente da República respondeu que não permitiria, de forma alguma, que a Companhia encerrasse suas atividades em Morro Velho.

Outro membro da Comissão, Sebastião de Oliveira, fez um apelo aos mineiros para se manterem unidos ante a ameaça da Hanna e de seus testas-de-ferro. E mais ainda: exigiram da Companhia um abono de Natal.

Um terceiro membro da Comissão, José Gomes Pimenta (Dazinho), informa que estiveram também com o deputado Gabriel Passos. Falaram-lhes de sua luta atual pela preservação da mina, cuja liquidação seria o fim de duas cidades. O parlamentar nacionalista contestou-lhes que não era possível permitir-se que os estrangeiros, que há mais de século a meio exploram Morro Velho, saiam agora pelas portas do fundo. Era necessário que os operários prosseguissem sua luta, continuassem a insistir junto ao presidente da República, o atual como o futuro.

Dazinho demonstra confiança na vitória final dos trabalhadores desde que haja unidade. Relata que em Brasília assistiram à passeata de rua dos operários locais pelo aumento de seu salário mínimo. As repetidas ameaças lançadas contra eles não os intimidaram. Era um exemplo a seguir.

— Não abdicaremos dos nossos direitos, acrescentou.

Em Minas Gerais, explora-se minério por toda parte. A construção de estradas está em grande parte subordinada aos interesses dos grupos de mineiros. O projeto das companhias estrangeiras — em particular da Hanna — e terem seus próprios meios de transporte para mais facilmente drenarem a grande riqueza mineral, mesmo com sacrifício do nosso futuro. E conseguem-no, com o consentimento do governo.

Advertiu que os homens da Hanna e seus agentes estão alertas contra os movimentos dos mineiros. Mesmo a Comissão saindo em sigilo de Nova Lima para Brasília, ali encontraram um representante da Hanna, que «vasculhava o Palácio».

A advertência no mesmo sentido foi repetida pelo mineiro Felix Feliciano, ao informar que um diretor da Hanna ia diariamente ao gabinete do Sr. Renato Azeredo, no Alvorada, para saber o que estava fazendo a Comissão dos mineiros de Morro Velho. Só havia portanto uma decisão: unidade cada vez mais firme em torno do Sindicato dos Mineiros de Morro Velho para assegurar a vitória de sua causa.

Falam ainda outros oradores: o presidente da Federação dos Mineiros, José Alexandre; o prefeito de Raposos, antigo mineiro, hoje barbeiro, Benigno Azevedo; um representante do Sindicato dos Marceneiros de Belo Horizonte, Alcides de Oliveira, que leva aos mineiros de Nova Lima e Raposos a solidariedade de sua categoria profissional.

«Temos que tirar daqui inglês e americano»

Do meio da assembléia levantou-se uma voz pedindo a palavra. Era de um homenzarrão, de gestos largos e fisionomia decidida. Chamava-se Antônio Simões, velho mineiro do subsolo, em plena atividade. Era homem que engulia poeira de pedra diariamente. Mas ali estava, sólido e firme.

Seu tom não era comedido. Foi direto: contra esses gringos que nos exploram de geração em geração! Atacou rijamente «inglês e americanos».

— Há 20 anos — disse — o «Estado de Minas» (grande jornal da burguesia mineira) publicava em letras grandes: «Inglaterra, rainha dos mares». Que são hoje esses ingleses? Não passam de piratas! Piratas do mar, piratas da terra, que vieram aqui roubar o nosso ouro há mais de um século! Não aguentam mais, agora são substituídos pelos americanos. Temos que tirar daqui inglês e americano! Comerciar com eles, sim. Mas não deixar que eles nos explorem!

Há ordem em suas palavras. A assembléia em pé os aplaude. Esse homem simples traduz um estado de espírito que se vai generalizando: contra o explorador estrangeiro e seus testas-de-ferro.

Pelo funcionamento da comissão de inquérito

O último orador da assembléia dos mineiros de Morro Velho foi o

advogado do Sindicato: Wilson Virgali. Faz um resumo da situação que antecedeu as atuais gestões dos mineiros. A Hanna, que adquiriu a St. John d'El Rey Mining Company, procura agora transferir a um testa-de-ferro a mina de Morro Velho (exploração de ouro). O processo foi às mãos das autoridades e dele tomarão conhecimento os advogados do Sindicato dos Mineiros.

Dado o alarme, constituiu-se uma Comissão parlamentar de inquérito para estudar e opinar sobre a transação. Mas, até agora, a Comissão não funcionou. Na entença, sua atuação é imprescindível. O não funcionamento da Comissão de Inquérito significa deixar as mãos livres à Hanna e a seus apauçados. Assim, propõe que a assembléia dos mineiros de Morro Velho telegrafe à Câmara Federal reclamando o funcionamento imediato da Comissão para que fiquem salvaguardados os direitos dos trabalhadores de Morro Velho.

Foi a decisão unânime da assembléia. Que funcione a Comissão parlamentar de inquérito para estudar o caso da Hanna — é a exigência dos mineiros de Nova Lima e Raposos. Eles não querem — e estão decididos firmemente — a não permitir que se feche a Morro Velho, que milhares de operários e suas famílias sejam lançados à miséria, à fome, ao desespero.

Os mineiros estão vigilantes

A assembléia dos mineiros de Morro Velho, realizada domingo em Nova Lima, foi a melhor demonstração de que eles estão unidos e decididos a lutar pela sobrevivência.

Os jornais de todo o País discutem há meses o «caso Hanna». Artigos sucessivos, matérias pagas, palestras e conferências em torno do famigerado monopólio norte-americano de mineração. Há tendências, dentro do governo, de tirar os interesses nacionais nesta questão de magna importância. A Hanna não perde tempo, movimento seus bonecos, move cordões invisíveis, lança mão do fácil processo da corrupção e do suborno. Mas, de qualquer forma, nesta assembléia dos mineiros de Morro Velho neste provado núcleo de combatentes operários da velha guarda está um dos mais fortes baluartes contra a Hanna. A Comissão de Inquérito é importante, a campanha da imprensa nacionalista é importante, a atuação dos parlamentares patriotas é importante. Mas assembléias como esta é que decidirão, no fim de contas, o «caso da Hanna» — que é uma questão de afirmação da soberania nacional ameaçada por um poderoso truste estrangeiro.

Hanna Volta à Carga Com Apoio de Kubitschek

Depois de esperar, durante alguns meses, que se acalmasse a campanha de esclarecimento da opinião pública feita contra ela, a «Hanna» volta agora à carga, em sua manobra para liquidar a Companhia Vale do Rio Doce e obter o monopólio da produção e exportação de minério de ferro brasileiro. Está sobre a mesa do ministro da Agricultura, para ser aprovado, o processo da liberação da primeira etapa, e a mais importante, da manobra: o desmembramento da «Saint John Del Rey Mining Co.» em duas novas empresas, uma para produzir ferro, outra para produzir ouro.

Com esse desmembramento, a «Hanna» visa a jogar sob os encargos do Estado os encargos da empresa de mineração de ouro — da passagem, ela deixa ao elasmear milhares de operários da «Saint John» e suas famílias — e a reservar para si a parte rica do negócio, que são as imensas reservas de ferro da área entregue à «Saint John», em Morro Velho.

Dias atrás, na Câmara Federal, o deputado mineiro Milton Reis denun-

ciou a carta depositada sobre a mesa do ministro Barros de Carvalho, solicitando a fato de que o governo não deve tomar qualquer decisão sobre o assunto, enquanto a Comissão Parlamentar de Inquérito que examina o caso não publicar suas conclusões. Revelou ainda o representante de Minas que o Departamento Nacional de Produção Mineral deu um parecer contrário ao processo da «Hanna» por considerá-lo prejudicial aos interesses do país. O parecer foi assinado pelo dr. Moisés Sacramento, diretor do DNPM, e encaminhado ao ministro da Agricultura.

Para fazer frente a grande pressão que é exercida pelo sr. Kubitschek e membros da sua governação sobre o ministro da Agricultura, no sentido de não publicar o documento da «Hanna», os parlamentares mais combativos do País estão insistindo junto ao ministro Barros de Carvalho, que também perante aquele Partido, para que ele não capitule, e saiba preservar os interesses nacionais, não dando registro oficial à manobra da «Hanna».



O operário da mina

Esta é uma das categorias profissionais que mais cresce no Brasil de hoje: os mineiros. Em Morro Velho, há mais de século e meio eles fazem a riqueza de um poderoso grupo internacional de mineração.



Demonstração de força

A assembléia dos mineiros de Morro Velho (Nova Lima e Raposos) domingo, 20 de novembro, foi uma poderosa demonstração contra a Hanna. Uma prova de amadurecimento político dos mineiros da antiga St. John d'El Rey Mining Company. Mais de 1.000 mineiros reclamaram o imediato funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Hanna. Enquanto a Comissão não funciona, os mineiros permaneceram vigilantes e atentos às suas manobras, decididos firmemente a não permitir que os interesses do País sejam traídos em proveito de um truste internacional avassalador.

O "Escândalo Lage": "O Globo" é Arma de Chantagem Para Marinho Ganhar Milhões

Os leitores habituais de «O Globo» ficaram intrigados, na semana passada, com a súbita interrupção da violenta e insistente campanha que este jornal vinha empreendendo contra a Câmara de Vereadores carioca. Cada dia, o jornal aparecia embaldreado com longos editoriais e reportagens contra os vereadores, para os quais reclamava, não apenas a cassação de seus mandatos, mas até a anulação de todos os seus atos ocorridos depois de 21 de abril passado. De repente, os repórteres receberam ordens para «poupar» os vereadores, e a campanha contra estes foi substituída por uma campanha em favor da urbanização do Parque Henrique Lage, pedida ao Jardim Botânico, cujo «abandono» passou a ser energeticamente criticado pelo jornal.

Só os íntimos do sr. Roberto Marinho, proprietário de «O Globo», e dos vereadores compreenderam logo as razões daquele silêncio e a estreita vinculação existente entre aquelas duas campanhas, aparentemente desconexas. Os vereadores prenderam «O Globo» pela perna, ao locarem numa das mais formidáveis negociações de que já foi vítima o povo carioca: o escândalo do espólio Lage. Uma negociação de bilhões, em que estão envolvidos, ao lado do sr. Roberto Marinho, principal interessado, alguns dos maiores figurões do regime.

A lei não funciona para os Marinho

A coisa pode ser resumida em poucas palavras: o vasto Parque Henrique Lage, que pertence ao chamado «pulmão verde» da cidade e estava incluído por lei, entre os locais vedados à especulação imobiliária, foi especialmente «destombado» pelo governo, com infração a diversos dispositivos legais, para ser dado de presente a um grupo imobiliário integrado por dois figurões da UDN — Adauto Lúcio Cardoso e Arnon de Mello — e pelo sr. Roberto Marinho.

A história detalhada, entretanto, é longa e intrincada. Começou vários anos atrás, quando o sr. São Freire Alvim era Prefeito do Rio. Para fazer jus ao apoio entusiasta que recebia diariamente de «O Globo», o sr. São Freire concordou em baixar um decreto, derrubando os portões e muros que fecham o Parque Henrique Lage, para entregá-lo ao grupo Marinho, para que este construísse ali uma cidade de apartamentos e uma estação de televisão.

Mas a situação do terreno e o vulto do escândalo tornavam o negócio muito difícil. O Parque Henrique Lage, com seus 300 metros de frente, para a rua Jardim Botânico, e suas várias centenas de metros de fundo, que sobem até o Carcovado, encontraria facilmente quem desse por ele 800 milhões de cruzeiros, desde que fosse aberto à especulação imobiliária. E a maior dificuldade do negócio estava precisamente aí.

Por um Decreto-Lei baixado em 30 de junho de 1937, o Parque Henrique Lage foi incluído no Patrimônio Histórico e Artístico do Brasil, e por isso retirado da área urbana à disposição dos negociantes com apartamentos. Só poderia ser adquirido por quem se dispusesse a tê-lo como residência particular, ocupando o antigo solar dos Lage, hoje abandonado e invadido pelo matagal. Além disso, o Parque pertencia ao espólio Lage, hipotecado ao Banco do Brasil, como garantia da dívida deixada neste Banco por uma empresa daquela família — a Companhia Nacional de Navegação Ceilense.

O golpe do grupo Marinho era adquirir o Parque ao Banco do Brasil, por um preço ínfimo (apesar de valer 800 milhões, o Parque era avaliado em apenas 80 milhões, dada a proibição de construir nele), com a segurança de que depois da compra o Decreto-Lei de 1937 seria derrubado. Durante mais de um ano o grupo se empenhou no sentido de conseguir do Prefeito Freire Alvim a garantia de que a lei seria derrubada, enquanto «O Globo» tecia diariamente fartos elogios à «digna administração» municipal.

A negociação, entretanto, não pôde ser concluída no âmbito municipal. Por mais que Freire Alvim se esforçasse — um decreto ordenando à Secretaria da Viação a «urbanização» do Parque chegou a ser assinado e enviado ao «Diário Oficial», mas, à última hora foi retirado das máquinas e rasgado

— ele não conseguiu vencer o fato de que a lei proibitiva era federal, e só poderia ser revogada em Brasília.

Falcão e Mazzili entram no negócio

Barrado na Prefeitura, o grupo Marinho voltou-se para o governo federal. Teve lugar então uma verdadeira conspiração do grupo com o ministro da Justiça e com o presidente da Câmara Federal. Conseguindo interessar no negócio os srs. Armando Falcão e Ranieri Mazzili, o grupo conseguiu que este último, aproveitando-se de sua rápida passagem pela presidência da República, endossasse um ato do Ministério da Justiça, revogando o dispositivo da lei de 30 de junho de 37. Ficava assim completada a negociação, pois, meses antes, o Parque já havia sido comprado ao Banco do Brasil.

Contudo, dias depois de concluída a conspiração em Brasília, em 12 de julho passado, a negociação iria sofrer um novo abalo. Ignorando o caso, o governador Sette Câmara baixou um Decreto, com data de 22 de julho de 1960, considerando «de utilidade pública» o Parque Henrique Lage, o que implicava na sua desapropriação, e anunciando o objetivo de construir ali um parque botânico.

Teve lugar então uma formidável demonstração de força corruptora do grupo Marinho-Adauto-Arnon. Em menos de quatro dias, lançando uma furiosa ofensiva de bastidores, o grupo conseguiu modificar a decisão do governo do Estado. No dia 26 de julho o decreto saía republicado no «Diário Oficial», mas com uma alteração: o que era considerado de utilidade pública não era mais o Parque todo, mas apenas o que ficava acima «da cota 100», ou seja, a parte montanhosa acima de 100 metros do nível do mar; o «filé mignon» do Parque, a vasta extensão de terra plana na zona mais valorizada do Rio, ficava à disposição dos especuladores. Abaixo desta segunda versão do Decreto, vinha a notificação hipocrita: «republicado para retificação»...

Apesar da perícia e do poderio demonstrado pelo grupo Marinho, entretanto, sua negociação está colidindo frontalmente com vários dispositivos legais. O Ministério da Educação, ao

qual está subordinado o Patrimônio Histórico e Artístico, não faz ouvido, como devia, ao ser «destombado» o Parque Lage. A compra do terreno ao Banco do Brasil foi extremamente irregular. Pela lei (Decreto-Lei 3.886, de 29.11.41), o Banco estava obrigado a oferecer o terreno, pelo mesmo preço oferecido pelo pretendente a comprador, à União e depois ao Estado; só no caso de desinteresse manifestado pelos dois últimos, a operação de compra e venda poderia ser concluída. Isso, entretanto, não foi feito, e o § 2º do Art. 22 daquele mesmo Decreto-Lei que determina a obrigação acima, declara nula a operação de compra e venda realizada sem obediência a tal procedimento.

Contra-ofensiva dos vereadores

Bastariam as irregularidades mencionadas para que a negociação fosse anulada. O «affaire», no entanto, tomou um novo rumo, quando os vereadores cariocas descobriram o caso. Um deles, o sr. Jair Martins, aproveitou-se então de um projeto de lei que está em regime de urgência e pronto para a aprovação do Plenário da Câmara, desapropriando um terreno para ser construída nele a sede da Escola de Samba Império Serrano, para acrescentar ao projeto um artigo (Substitutivo 411), que desapropria todo o Parque Lage, com o objetivo de levantar no terreno uma escola e transformar o local em parque de repouso. O preço a ser pago, na desapropriação é o mesmo pago pelo grupo Marinho ao Banco do Brasil.

Imediatamente depois de apresentar o seu substitutivo, na semana passada, o vereador Jair Martins, que era uma das principais vítimas da campanha de «O Globo» contra a Câmara, passou a ser bem tratado por este jornal e a receber propostas de todo tipo, com compensações pela retirada do Artigo «incômodo». Diversos outros vereadores também receberam propostas tentadoras, para rejeitarem o substitutivo do sr. Jair Martins. Este, entretanto, negou-se a dar o dito por não dito, e afirma ter confiança em que seus colegas aprovarão o projeto, para preservar o patrimônio do povo carioca, e uma das peças vitais do «pulmão verde» do Rio.



Um bom lugar ou um bom negócio

Quando for limpo e «retocado», o Parque Henrique Lage poderá ser transformado num dos mais belos lagos públicos do Rio — e isso não é pouca coisa! Mas o sindicato negociista da UDN quer arrancá-lo ao Estado, para derrubar o mato e construir apartamentos. Ganhará com isso, às custas do povo, algumas centenas de milhões.

NOVOS RUMOS

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 25 de novembro a 1º de dezembro de 1960

Nº 91



Ameaçado o «pulmão verde»

Antigamente eram os jardins da aristocrática residência dos Lage. Hoje, é um vasto matagal que o grupo Marinho quer transformar, através de uma escandalosa negociação, numa fabulosa fonte de lucros. Alguns vereadores, entretanto, atravessaram no negócio, achando que o patrimônio do povo deve ser preservado, e que a saúde das crianças deve ser defendida, mantendo-se o local como próprio do Estado e como peça vital do «pulmão verde» da cidade. O projeto do vereador Jair Martins, que pode ser aprovado pela Câmara ainda hoje, transforma o Parque Henrique Lage em local de repouso e de formação cultural para a população carioca. Para ser aprovado, contudo, o projeto deve ser escorado pela coragem dos vereadores — coragem para enfrentar as campanhas de «O Globo».

Lycio Hauer Apresenta Solução Nacional Para o Problema Dos Telefones

Dicionário

Abastecimento de mão-de-obra escrava

A medida que se desenvolvia o modo de produção escravista, também aumentava a demanda de escravos. Isto se dava porque o trabalho humano era ainda muito pouco produtivo, cada escravo produzia apenas pouco mais que o necessário para a própria manutenção; o produto suplementar era pequeno. Devido a isto, a economia escravista só podia oferecer vantagens se houvesse exploração em massa do trabalho escravo; e, além disso, se os escravos fossem baratos. De outro lado, a brutal exploração a que os escravos eram submetidos, acarretava o seu rápido esgotamento físico. Era preciso estar sempre renovando os contingentes de escravos. Em face mesmo da rapidez da exploração, a reposição dos escravos mediante sua reprodução natural, não era suficiente, sem falar no fato de que os escravos não tinham direito de possuir família, numa série de lugares: o senhor de escravos não admitia a ideia de ter que sustentar os filhos dos seus escravos na idade em que eles não podiam ainda trabalhar.

Como, então, assegurar a reposição dos contingentes escravos que se desfaleciam? O caminho para isso era geralmente a guerra. No antigo Oriente, os Estados escravistas travavam guerras permanentes com o fim de conquistar outros povos. A história da velha Grécia é cheia de guerras entre as diferentes cidades-Estados que a compunham, entre as metrópoles e as colônias e entre os Estados gregos e do Oriente. O mesmo sucedeu a Roma: guerreou ininterruptamente, tendo chegado a conquistar uma grande parte do mundo então conhecido. E não apenas os guerreiros vencidos eram feitos escravos; também numa série de casos uma grande parte da população da região conquistada era escravizada.

Outra fonte de abastecimento de mão-de-obra escrava eram as praias e colônias, que forneciam aos senhores de escravos «mercadoria viva». Um dos ramos comerciais mais vantajosos era o tráfico de escravos. Da mesma forma que hoje se organizam feiras e exposições para a venda de produtos industriais, também na antiguidade havia famosas feiras de escravos, as quais concorriam compradores e mercadores vindos de longínquos países.

A concentração de grandes massas de escravos em mãos do Estado escravista e de alguns grandes senhores de escravos tornava possível utilizar em larga escala a cooperação simples do trabalho. Se não tivesse havido tal cooperação jamais teriam existido as pirâmides do Egito, os jardins suspensos de Babilônia, o farol de Alexandria, os sistemas de irrigação da Ásia Média, as estradas, pontes, as fortificações militares, os monumentos culturais e outras maravilhas do mundo antigo.

Também a divisão social do trabalho realizou grandes progressos na escravidão. Esta divisão refletia-se na especialização da produção agrícola e artesanal, que criava condições para a elevação da produtividade do trabalho. Na Grécia, o trabalho escravo foi amplamente empregado na produção artesanal. Surgiram grandes oficinas, os ergastérios, onde trabalhavam dezenas de escravos. Também na construção, na mineração do ferro, da prata e do ouro tinha largo emprego o trabalho escravo. Em Roma, a agricultura repousava essencialmente sobre o trabalho dos escravos. A aristocracia romana possuía extensas propriedades, os latifúndios, nos quais se ocupavam centenas e mesmo milhares de escravos.

Não é apenas no Rio ou em S. Paulo que a população se vê às voltas com o problema dos telefones. Hoje em dia, em quase todas as capitais e grandes cidades brasileiras a obtenção e a utilização de aparelhos telefônicos constitui um dos mais sérios problemas para o povo. E certamente não é casual que essa deficiência coincida com o fato de que aí a exploração dos serviços telefônicos esteja enfiada nas mãos dos dois grandes trustes estrangeiros de eletricidade enquistados no Brasil — a Light e a Bond & Share. Dessa maneira, a solução do problema das comunicações telefônicas — e também das telegráficas — comporta uma consideração nacional. E foi partindo dessa circunstância que o deputado Lycio Hauer apresentou ao Congresso, em princípios deste mês, um importantíssimo projeto de lei que poderá resolver o problema por um longo período.

nico desvirtuá-lo na prática, «deixando de corresponder à sua finalidade social, para transformar-se apenas em meio de lucro». E, ainda: «Se qualquer instalação de aparelho solicitada por pretendente a assinatura deixar de ser atendida dentro do prazo improrrogável de seis meses».

Sómente este último dispositivo bastaria para consagrar o projeto do deputado Lycio Hauer diante de centenas de milhares de brasileiros que solicitaram a assinatura de aparelhos telefônicos às companhias estrangeiras e esperam há anos, na fila, por incapacidade das concessionárias, que só aspiram a lucros, o atendimento dos seus pedidos.

Exploração pelo governo

O projeto apresentado pelo deputado Lycio Hauer foi elaborado, como indica na justificativa àquela parlamentar, com a colaboração do funcionalismo do Departamento dos Correios e Telégrafos, em particular do técnico Alcery Cauduro, e contém uma sólida fundamentação dos objetivos preconizados. Isto se verifica não apenas pela extensa legislação nacional e estrangeira em que se apóia e também no conjunto de medidas indicadas para resolver o problema das telecomunicações do Brasil.

Assim, de acordo com o projeto de lei, a exploração das ligações telefônicas interestaduais deve ser entregue ao Departamento dos Correios e Telégrafos, com a condição de que seja estabelecida a obrigação do tráfego mútuo com as concessionárias que realizam o serviço local. Para isto, o projeto traça uma nítida linha demarcatória entre os serviços telefônicos dentro de um município, por exemplo, e entre municípios, ou dentro de um Estado e entre Estados e, ainda, dentro do país e as comunicações para o exterior.

Aparelhamento do DCT

Ao mesmo tempo em que atribui esta nova responsabilidade ao Departamento dos Correios e Te-

légrafos, o projeto indica os meios e recursos para que o DCT possa desincumbir-se dela a contento. Assim, prevê a criação, junto ao DCT, da Escola Superior de Telecomunicações, na qual cidadãos brasileiros se familiarizarão com a técnica e o instrumental dos serviços telefônicos, em todos os seus aspectos, de maneira a poder realizar corretamente as suas diferentes atribuições que vão desde o funcionamento prático dos serviços de telecomunicações, até a fiscalização das atividades das concessionárias.

Prevê, ainda, o projeto, além do preparo de pessoal altamente qualificado — ainda hoje praticamente um monopólio dos trustes — a produção no Brasil de todo o equipamento para serviços telefônicos e telegráficos em suas diferentes modalidades. A fabricação desses equipamentos, nos termos do projeto, ficará a cargo do Departamento de Produção de Aparelhos de Telecomunicações do Departamento dos Correios e Telégrafos. Tanto a Escola como o Departamento «têm como atribuição privativa comum coordenar e manter sob sua direção técnica um Grupo Executivo da Indústria Telefônica, cuja finalidade consiste em fomentar o desenvolvimento da indústria correspondente no Brasil e padronizar os diferentes serviços telefônicos no país, de maneira a garantir a intercomunicação dos serviços nas várias cidades do país.

Crédito de 5 bilhões

Para a execução dos dispositivos referidos no projeto, prevê o mesmo a abertura pelo Poder Executivo de um crédito de 5 bilhões de cruzeiros a ser distribuído ao Departamento dos Correios e Telégrafos e a ser aplicado pelo Plano Postal Telegráfico, com as seguintes finalidades específicas:

— 500 milhões de cruzeiros para construção ou aquisição e instalação do edifício sede dos Correios e Telégrafos na cidade do Rio de Janeiro;



Pessoal habilitado

— 500 milhões para a instalação e manutenção da Escola Superior de Telecomunicações e do Departamento de Produção de Aparelhos de Telecomunicações, situados naquele edifício sede;

— Finalmente, 4 bilhões de cruzeiros para reequipamento telefônica e radiotelefônica do DCT para rápida execução dos serviços intermunicipais, interestaduais e internacionais.

Liberdade de informação

Ao mesmo tempo em que vincula os serviços telefônicos aos requisitos da segurança nacional, o projeto também cuida de assegurar a plena liberdade nas telecomunicações, dando termo aos frequentes abusos e arbitrariedades que se praticam. Nesse sentido, o projeto cria a Comissão Parlamentar de Fiscalização Política, constituída no começo de cada legislatura por deputados e senadores, observado o disposto no parágrafo único do artigo 40, relativo à participação proporcional dos partidos nas comissões parlamentares que se organizem no país.

Além de velar pelo respeito à liberdade nas telecomunicações, a Comissão Parlamentar também tem a atribuição de sugerir às autoridades competentes providências para a melhoria do serviço e reprimir os abusos de grupos econômicos nacionais ou internacionais que dificultem o livre desenvolvimento das comunicações mantidas e exploradas pela União.

Um dos pontos mais importantes do projeto do deputado Lycio Hauer é a formação de pessoal altamente técnico e capacitado a dirigir os serviços telefônicos em todas as suas fases, desde a produção do aparelhamento.

Proibição do autofinanciamento

Outro importante mérito do projeto Lycio Hauer consiste em que pelo mesmo fica proibido o chamado sistema de autofinanciamento para os serviços telefônicos e de telecomunicações, em geral, exceto para as cidades de menos de 100 mil habitantes. Justificando essa posição, afirma o parlamentar do PTB que a apresentou por considerador tal sistema «como subvertedor de toda a tradição brasileira de concessão de serviço público, como altamente danoso aos usuários do serviço».

Como se vê, os trustes estrangeiros, notadamente a Light (Companhia Telefônica Brasileira), desenvolvem intensa campanha no sentido de que os próprios usuários custeiem a ampliação dos serviços telefônicos, isto é, forneçam também o capital para que os trustes, depois de haverem obtido a concessão, sem empregar nenhum capital seu, auferam lucros às custas dos recursos da população. Contra essa monstruosidade coloca-se o projeto, situando-se, aliás, numa linha nitidamente nacionalista.

A aprovação do projeto Lycio Hauer, além de constituir um passo decisivo para a solução do problema dos telefones no Brasil, significará também um considerável avanço no sentido da emancipação do Brasil em relação aos trustes estrangeiros da eletricidade e das telecomunicações.

Observância dos contratos

Partindo da consideração de que os serviços telefônicos, telegráficos, radiotelefônicos e radiotelegráficos afetam diretamente a segurança nacional, o projeto do deputado Lycio Hauer contém uma série de dispositivos, perfeitamente acordes com as normas existentes em quase todos os demais países, colocando a exploração dos serviços telefônicos a um passo do controle pelas autoridades responsáveis, sempre que o exigir a situação externa e interna do Brasil.

Depois de conceituar a natureza dos diferentes serviços de telecomunicações, o projeto fixa medidas destinadas a frear a ação dos poderosos grupos estrangeiros que atuam no serviço telefônico, de modo a que se impeça a continuação de vários abusos, notadamente a falta de cumprimento de vários dispositivos dos contratos de concessão. Nesse particular, diz o projeto que, entre outras razões, o contrato de concessão será considerado caduco se, por exemplo, o concessionário do serviço telefó-



Telefones: solução total

É geral a falência das concessionárias estrangeiras dos serviços telefônicos: de uma ponta a outra do país, onde quer que os serviços telefônicos estejam em mãos dos trustes, milhares de pessoas aguardam anos na fila, sem obter um aparelho. O projeto do deputado Lycio Hauer (foto) é uma solução completa para o problema em todo o território nacional.

Nota Econômica

Garantia Brasileira Para Capital Estrangeiro

Deliberou a diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico conceder um aval de cerca de 20 milhões de dólares à Panair do Brasil para a aquisição de dois aviões a jato nos Estados Unidos. Trata-se de garantia dada pelo estabelecimento oficial de crédito a empréstimo obtido pela Panair junto ao «Export-Import Bank», de Washington para a compra de dois aparelhos DC-8 à fábrica de aviões «Douglas».

Inscrive-se, assim, esse aval entre os numerosos que foram e continuam sendo dados pelo BNDE a empresas estrangeiras ou controladas pelo capital estrangeiro. No caso em apreço, além desse aspecto, deve ser assinalado, ainda, que a garantia do Banco é dada para uma operação cujas vantagens, do ponto de vista puramente econômico, são inteiramente discutíveis. Existe quem afirme, por exemplo, que a entrada em operação dos dois custosos aviões (em cruzeiros representam um investimento de cerca de 4 bilhões de cruzeiros) significará um aumento considerável do déficit da Panair do Brasil que, como se sabe, é coberto pelas subvenções diretas e indiretas do governo brasileiro. Assim, tais subvenções seriam acrescidas de perto de 2 bilhões de cruzeiros por ano, segundo os mesmos cálculos.

A chamada nacionalização da Panair do Brasil é comprovadamente uma farsa da pior espécie, conforme ficou patente no debate público entre a empresa e o deputado trabalhista Eloy Dutra. Efetivamente, até maio último, as ações da Panair do Brasil eram distribuídas, aparentemente, nas seguintes proporções: 48 por cento pertenciam à «Pan American Airways» e os restantes 52 por cento a acionistas brasileiros. Na realidade, entre os detentores desses 52 por cento figuravam vários que não passavam de testa-de-ferro de trustes norte-americanos que, por esse meio, controlava toda a Panair do Brasil. Em princípios de junho, numa dessas farsas de nacionalização, a «Pan American» reduziu sua participação direta na empresa a 30 por cento do total das ações e, com os 18 por cento de que cabria mão, utilizando-se dos mesmos testa-de-ferro que já lhe vinham servindo e de outros novos, organizou a sociedade «Planejamento e Administração Guanabara». Onze são os componentes dessa sociedade, cujo gerente é o sr. Altherio Torres Filho.

Entre as cláusulas do contrato de constituição dessa Sociedade figuram algumas como esta: «7. Os sócios poderão transferir suas partes de uns para outros livremente; nenhum dos sócios poderá, porém, transferir a sua parte

de capital a terceiros sem o consentimento expresso dos demais, que terão sempre preferência, preço por preço, para aquisição de tais partes.» Ou esta: «§ 1. — Para o fim de evitar a simulação de preço na atribuição destinada ao exercício do direito de preferência referido nesta cláusula todos os sócios concordam em que será considerado simulado, como processo fraudulento, para fugir à obrigação aqui assumida, a apresentação de preço que exceda em vinte por cento (20%) o valor efetivo da parte de capital em causa.» Como se vê, é a mútua desconfiança, com firma reconhecida em cartório, sob a égide da «Pan American» e de tal modo que a empresa americana só poderia ser mal sucedida se os onze componentes da «Planejamento Guanabara», como se fossem um só homem, decidissem defender os interesses do Brasil... Se apenas um, dois, ou, mesmo, dez deles se arrependessem do negócio em que se meteram ainda assim a «Pan American» estaria com os seus interesses preservados, contra os interesses do Brasil. A respeito deste contrato, o jurista Pontes de Miranda afirmou, entre outras coisas: «Dificilmente se prova serem Brasileiros testa-de-ferro ou homens-de-palha de empresas estrangeiras, preexistindo, ainda, a anulação do contrato de concessão à Panair do Brasil».

Referimos aqui este fato apenas para mostrar a quantidade, em matéria de entreguismo, a decisão do BNDE de conceder tal elevado aval à «Panair do Brasil». Se a subsidiária da «Pan American» desejava adquirir aviões novos, porque não recorreu à sua matriz no estrangeiro, sem comprometer as possibilidades de garantia de um estabelecimento oficial brasileiro? Temos, então, este absurdo: uma empresa estrangeira obtém concessão para funcionar no Brasil, em seguida mobiliza capitais no Brasil e, por último, socorre-se do governo do Brasil para cobrir seus déficits... E por cima de tudo, ainda quer fazer o povo engolir o engodo de uma falsa nacionalização.

Enquanto isto, empresas de capitais exclusivamente nacionais, debatem-se em dificuldades para realizar compras no exterior, seja por falta de financiamento oficial, seja por falta de um aval. Diante de fatos como este é impossível negar que tal situação faz do Brasil um verdadeiro paraíso para o capital estrangeiro espoliador.

aguarde:

BRASIL SÉCULO XX

Josué Almeida

REVOLUÇÃO LIBERTOU MULHERES CHINESAS

Reportagem de ANA MONTENEGRO

Quando viajei para a China, levei dezenas de perguntas formuladas por donas-de-casa de todas as camadas sociais, por trabalhadoras e até por associadas da União Universitária Feminina sobre as condições de vida das mulheres, sua participação na sociedade e os seus direitos atuais. Não foi difícil encontrar respostas para todas as perguntas, porque, logo aos primeiros contatos com a República Popular da China, se constata a importância da participação do elemento feminino na construção daquela nova sociedade, pois em todas as profissões estão as mulheres. Desde a de pesquisadora de fósseis hieroglíficos até a de guarda de trânsito. Desde a de carteiro, guarda-freios, manobreiro, tratador até a de pescadora e a de barqueira.

A revolução libertou plenamente as mulheres

Mas, para compeendermos o que significou, para as mulheres chinesas, a revolução popular vitoriosa em 1950, é necessário lembrar como viviam anteriormente. Disse, certa vez, Mao Tsé-Tung que «as mulheres na China sofriam a opressão da sociedade, do regime e ainda a do marido». Como em toda parte, essa opressão era maior e mais cruel entre a população mais pobre, porque a ela se somavam a miséria e a ignorância, frutos da dominação estrangeira durante um século de vida do país. No processo revolucionário chinês, os seus líderes raciocinavam dialéticamente: se a classe operária quer libertar-se precisa de ajuda das mulheres e se as mulheres querem libertar-se dependem de que a classe operária se liberte. Foi assim que quase quarenta mulheres participaram da Grande Marcha. Foi assim que muitas mulheres pegaram em armas contra os soldados mercenários de Kuomintang e contra os japoneses. E, é assim, que 80 por cento da população feminina participam, hoje, das imensas e árduas tarefas da produção nacional.

Socialmente, antes de 1950, as mulheres viviam num verdadeiro regime de escravidão, do qual nem o casamento as libertava. Os pais as vendiam ainda meninas e o casamento significava, apenas, que tinham mudado de senhor. As viúvas era proibido casar. A deformação dos pés, costume que foi completamente abolido, era uma das formas de que se valiam os homens para escravizá-las, incapacitando-as para outros trabalhos que não fossem os domésticos: com os pés deformados, não poderiam caminhar muito.

Com a promulgação da Lei da Matrimônio, no mesmo ano da vitória da revolução, o novo governo deu um golpe de misericórdia nos casamentos feitos à base da compra. Essa lei, em todos os seus artigos, é um código de defesa da mulher e da criança. Além da defesa do bem-estar dos filhos, nos artigos que regulamentam o divórcio, nenhum homem pode obter-se se sua mulher estiver grávida. Todas as crianças são iguais, pois desapareceu o conceito jurídico de filho «natural».

Assegurados os seus direitos no casamento, assegurada a completa

igualdade com os homens na sociedade, as mulheres estavam ganhas para a produção. E ganhas tão completamente e tão valorizadas, que quase todas as dezenas de hospitais que visitamos, eram dirigidos por mulheres. Mesmo o grande Hospital Municipal de Pequim. O Ministério da Saúde é dirigido por uma mulher. O Departamento de Saúde Pública também. Elas estão diante dos altos fornos, manejando os lingotes de aço incandescente, na direção das escolas, na direção das comunas populares, operando nos hospitais, nos bancos das faculdades, ensinando cantigas e danças nos jardins de infância, nas brigadas que cuidam dos imensos campos da China, em toda parte, em todos os setores de atividade. Não foi preciso, pois, que fizéssemos muitas perguntas: as respostas estavam diante de nossos olhos, nos milhares de figuras de mulheres enfeitadas por longas tranças negras, durante 33 dias, visitando fábricas de todos os tipos, comunas populares, urbanas e de campo, hospitais, postos médicos, exposições industriais, por milhares de quilômetros através de dezenas de cidades.

Por que as mulheres chinesas podem dedicar-se à produção

Todas as mulheres que trabalham fora de casa, no Brasil e, de modo geral, nos países capitalistas, sabem como é duro conciliar as suas atividades com as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos. Nem as funcionárias do governo, aqui, com algumas exceções, dispõem de creches. Na China, porém, a creche, o jardim de infância, a escola primária, são a continuação de qualquer empreendimento. Onde há mães trabalhando, há creches e há jardins de infância. Onde moram famílias, existem creches e jardins de infância, para toda a imensa clientela miuda. São simples, são modestas, muitas delas são mesmo pobres, mas abrigam carinhosamente, todas as crianças, que podem ser levadas a esses estabelecimentos na segunda-feira e apanhadas no sábado. Todas as crianças são tratadas da mesma forma. Na cidade de Shen-Yang, por exemplo, encontramos no jardim de infância, anexo à Escola de Medicina, os filhos dos médicos, dos empregados e até do jardineiro da Escola. Uma beleza! Todas as crianças com o mesmo sorriso, o mesmo tratamento, a mesma confiança. Os visitantes são levados, sempre, em primeiro lugar ao jardim de infância. E é como se nos dissessem: «Nós cuidamos bem de nossas crianças».

Então, entendemos porque as mulheres ultrapassam as tarefas nas fábricas, conquistam os postos de direção administrativa, criam novos métodos de produção. E isso não acontece só na cidade. Andamos quilômetros no nordeste da China, quase até a fronteira da Coreia do Norte, e fomos encontrar a mesma rede de jardins de infância, de creches, de escolas, nas comunas populares de campo. Geralmente, o jardim é no Conjunto Residencial. Não há, pois, o problema de como ir deixar e ir buscar a criança. Tal como a Escola

Primária. Em todos os conjuntos residenciais, em todas as comunas existem escolas primárias. As crianças estudam, pode-se dizer, dentro de suas casas. As mães trabalham sem a angústia de que estaria acontecendo ao filho.

Não há, também, aquela angústia tão conhecida de nossas operárias ou de nossas comerciárias, de preparar a marmita, altas horas da noite ou de madrugada. Não há o problema da marmita. Em todos os locais de trabalho, em todos os conjuntos residenciais, em todos os bairros, em todos os distritos existem os «comedores». São refeitórios onde por uma pequena fração do «yen» (moeda chinesa) os trabalhadores comem com palitos as suas tijelas fumegantes de arroz.

Mas existem, ainda, outras realizações sociais que permitem a mulher o pleno desenvolvimento de sua capacidade, a possibilidade de se dedicarem, inteiramente, à tarefa de construir uma Nova China. Entre essas realizações destacamos duas: a assistência médica materna e as atividades culturais das crianças nas «Casas dos Pioneiros». Não há um bairro, não há uma escola, não há uma fábrica, não há um grupo social que não esteja servido por várias unidades de assistência médica, que, inclusive, visitam a casa da pessoa, para ensinar-lhe regras profiláticas ou para medicá-las, se for o caso. Pode ser uma sala simples, modesta, tal como os jardins de infância, mas estão lá os médicos, as enfermeiras e tudo o que for necessário para o atendimento do enfermo. A guerra aos animais nocivos, transmissores de doenças é uma espécie de mania (bendita mania!), que tomou conta do povo chinês, através de uma ampla campanha de educação profilática. A mãe tem ao seu alcance todos os meios, para o atendimento do filho enfermo. E quando a criança é internada, pode acompanhá-la, sem prejuízo de seu salário, e não paga nada por suas refeições no hospital. Se a criança está gravemente enferma, os pais podem permanecer no hospital, até durante a noite. É o sistema de hospitalização mais humano que se pode desejar. Quando comentávamos isso, respondiam os médicos chineses: «Mas é quando as crianças mais precisam de suas mães!» Ou: «É muito duro para as mães não poderem acompanhar o filho doente! As atividades culturais das Casas dos Pioneiros, que são encontradas em todos os locais de residência, ocupam a criança e o adolescente nas horas em que não estão na escola.

É verdade que ainda sobram, para as mulheres, outras tarefas domésticas, como a de cuidar da roupa, da casa, etc., mas mesmo essas tarefas deixam de existir, quando elas vivem na Comuna Popular, não só do campo, mas, a urbana, que é uma experiência nova de vida coletiva e que será assunto de nossa próxima reportagem. Ai, realmente, é que são cultivados os «jardins de coisas» de que falam os chineses com tanto amor. E esse «jardim de coisas» libertou a mulher trabalhadora daqueles afazeres domésticos que são, nos países capitalistas e, principalmente nos subdesenvolvidos, sua segunda e penosa jornada de trabalho.



Trabalham sossegadas

As mulheres chinesas podem ir cumprir suas tarefas nas grandes obras da economia nacional sem nenhuma preocupação com seus filhos, pois eles ficam entregues a educadoras, nas creches, jardins de infância e escolas primárias, onde têm todo o conforto de que necessitam, cercados de carinho por todos os responsáveis pelos estabelecimentos.

Solidariedade ao Líder Jôfre Correia Neto

Recebemos, com pedido de publicação, o seguinte comunicado:

COMISSÃO DE SOLIDARIEDADE AOS LAVRADORES DE SANTA FÉ DO SUL

COMUNICADO Nº 1

A Comissão de Solidariedade aos Lavradores de Santa Fé do Sul, comunica

Ata da Ipiranga e Vila Brasília Machado	Cr\$ 1.300,00
Ata Pública de Solidariedade a Jôfre Correia Neto e seus companheiros	Cr\$ 1.365,00
Contribuição do dia 30/10 dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo	Cr\$ 4.115,00
Contribuição do dia 30/10 dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem de São Paulo	Cr\$ 2.000,00
Contribuição dos Trabalhadores Marceneiros da Capital de São Paulo	Cr\$ 850,00
Contribuição dos populares do Rio de Janeiro	Cr\$ 730,00
Contribuição do dia 6/11 dos Mestres e Contramestres em Fiação e Tecelagem de São Paulo	Cr\$ 1.575,00
Contribuição de D. Benedito de S. Paulo do P.S.D. do dia 5/11	Cr\$ 2.255,00
TOTAL	Cr\$ 13.195,00

ao público em geral que nos seus primeiros dias de atividades recolheu a importância de Cr\$ 13.195,00 provenientes dos seguintes lugares:

A importância está muito aquém das necessidades, pois as famílias precisam mensalmente de Cr\$ 7.000,00 para a sua manutenção e neste momento são necessárias, além da importância mencionada às citadas famílias, Cr\$ 15.000,00 para o custeio dos serviços jurídicos em apelação que terá que ser feita ao Supremo Tribunal em favor das praias.

No sentido de que possamos cuidar com urgência das medidas jurídicas e outras para a libertação dos senhores Jôfre Correia Neto, Artindo Quozini e Olimpio Pereira Machado, diretores da Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul, encarcerados e condenados pela Lei de Segurança Nacional a 3 anos e quatro meses, o primeiro, e a 1 ano e quatro meses, os dois últimos, e garantirmos o «PÃO» para as suas famílias, APEIAMOS para todas as pessoas patrióticas e de bom

coração para que nos enviem contribuições (dinheiro ou alimentos) por menor que ela possa ser. Para este fim estamos à disposição de todos a avenida Rangel Pestana, 2.163, sala 11, no Brás, Capital do Estado de São Paulo.

Contribuições ainda podem ser enviadas aos cuidados do senhor José Flores Ferraz, à Praça Carlos Gomes, 67, 15º andar, sala D, também na Capital do Estado de São Paulo.

A Comissão agradece as contribuições já recebidas bem como antecipa seus agradecimentos a todos que vierem a colaborar neste empreendimento humano e de luta contra o latifúndio, contra a miséria, pelo direito ao trabalho, e pelas liberdades democráticas e sindicais.

São Paulo, 8 de novembro de 1960.
Lyndolpho Silva
Pela Comissão



O mundo é das crianças

É comum ver-se, na China, em toda parte, crianças brincando. Em todo lugar onde há mães trabalhando, há creches e jardins de infância, do mesmo modo que em todos os centros residenciais. Caso a mãe esteja muito ocupada durante a semana, tornando-se, assim, necessário, a criança fica todo o tempo aos cuidados do estabelecimento, a mãe poderá deixá-la na 2ª-Feira e buscá-la no sábado, sem a menor preocupação quanto ao tratamento que será dispensado ao seu filho. Esta é uma das razões por que as mulheres chinesas podem cumprir e superar suas tarefas na economia nacional.

EU VI OS MÁRTIRES ARGELINOS (II)

Com Oito Anos Apenas Ben Aid Foi Torturado

MADELEINE RIFFAUD
De L'HUMANITÉ exclusivo para NR

Don Quixote dos caminhos poeirentos, sem cavalo e sem Sancho, o velho doutor Schuler, um médico austríaco, alto e magro como um pernalta, corria frequentemente comigo, de uma casa de órfãos argelinos à outra, no subúrbio de Túnis.

Ele tinha vindo «para dar uma ajuda», e acabou ficando. Como ir embora, se cada dia ele devia lutar com medicamentos chineses, americanos, soviéticos, ou franceses, contra uma quantidade enorme de doenças engendradas pela guerra e pela fome, nas casas em que mil crianças se amontoam, sem fogo durante o inverno, sem frutas nem doces, por falta de dinheiro?

«Ele é bonito como o pequeno príncipe...»

«É isto ainda não é nada, dizia o doutor. Você verá a miséria dos refugiados nas fronteiras. Quanto ao que se passa na Argélia mesma, tudo isto não é mais do que um pálido reflexo...»

«Nestes pequenos, que a guerra arrancou dos lares, de seus pais, é preciso atuar em primeiro lugar o choque moral. Veja aqueles, que brincam com garrafas velhas, os outros o chamaram durante muito tempo de «Taira Safra». Em árabe, isto significa: «O Avião Amarelo». Aquí não estamos longe do aeroporto. A cada avião que passava, o menino corria a se esconder em baixo das mesas. Se alguém lhe dizia apenas: «O avião amarelo!», ele morria de medo. Além disso, você verá esse famoso avião amarelo sobre todos os seus desenhos. É o «Piper Cub», de reconhecimento que precede os bombardeios aéreos.

Certo dia, o monitor percebeu isso. Ele fabricou um «Taira Safra» com um cartão amarelo e rasgou-o diante do menino. «Veja o que eu faço com o avião! Os combatentes o expulsarão da Argélia. E além do mais, aqui na Tunísia, não há guerra. Ninguém tem medo. Deus sabe porque, este simples gesto teve efeito. O pequeno arretou, durante um dia inteiro, os pedregos do avião pelo pátio, com um ardor. Ele brinca, mas quase não consegue aprender a ler...»

Eu procurava aquele que tinha desenhado na véspera estas flores, que haviam provocado uma alegria tão grande no monitor! Ele não tinha mais de oito anos. Você pode vê-lo na foto. É bonito como o «Pequeno Príncipe» da história de Saint-Exupéry.

Tive de me esforçar muito, e em vão, para encontrar seus olhos, para ganhar sua confiança. Quando o doutor austríaco tirou sua atadura diante de mim, vi o pequeno braço queimado até o osso, a mão para sempre encurvada como a garra de um pássaro. Sob a camisa, sobre o ventre, uma grande cicatriz de queimadura de ferro...

Nós o chamamos Ben Aid. É um nome que ele próprio se deu. É um meninozinho que tudo perdeu, até seu nome. Os enfermeiros tunisinos, o recolheram na fronteira, das mãos dos argelinos, à altura do «Bec de Canard», no sentido de Gardimahou, no Norte.

«Você não quer acreditar que eu sou francesa?»

Chegando a este ponto de minha narrativa, paro e lhe pergunto. O que quer que pensemos dos felleiros, da luta do povo argelino, não se pode ser contra uma criança, não é verdade? Ou então, meu pai não será mais aquele que amamos, que está misturado com nossa carne, nosso coração, com seu céu e suas canções? Não se vai aprender este jornal porque ele diz o que os brutos, enlouquecidos por uma guerra inqualificável, fizeram a esta criança, que qualquer um de nós gostaria de acalentar em seus braços?

Ele nos olha. Seus olhos são como espelhos. Às vezes, refletem o céu, vazios. Outras vezes, sob o pequena testa enrugada, eles refletem. Em que?... Ben Aid, para onde olha você? Que vê você através de mim? Entretanto se o beijo, você me beija também. Você jamais compreendeu quem sou. Você não quer acreditar que sou francesa? É isso também que me dá vontade de chorar.

Eu lhe digo: «Como você se chama?»

— Não sei. Digo que é Mustapha Ben Aid. Mas não sei.

— Onde mora você? Em que povoado?

— Eu morava na Argélia. Não sei qual o povoado. Era pequeno demais para saber...

— Como você veio para aqui?

— Um dia, meu pai falava com os djounouns (combatentes). Depois, veio a França. Meu pai estava ajo-

lhado sobre o tapete, rezando. Eles atiraram, ele morreu. Todo mundo corria.

— E sua mãe?
— Não sei. Eu corria com meu irmão. Ele caiu porque havia balas ali. A mim, a França me pegou porque eu não corria tão depressa. Eles me levaram consigo: «Onde estão os felleiros? «Eu não sabia de nada, eu lhes disse. Naquela época eu era pequeno».

Foi depois daquele dia... Eu o vi com meus olhos, toquei a cicatriz do braço e do pequeno ventre.

Hoje Aid recuperou um pouco a memória. Em sua memória há este fogareiro a queimava eternamente aceso, do qual ele fala com terror quando olha seu braço mutilado. Um fogareiro a queimava que queimava, que queimava... «Onde estão os felleiros, diga então! Diga, de que lado partiram os felleiros? «Com sua mão esquerda, Aid me desenhava um barco. Ele é muito habilidoso com as marionetas. E apenas com uma das mãos...»

Vale a pena continuar? As vóxezinhas dizem ainda:

«A França prendeu meu vizinho. Mais tarde, nós o vimos cair, ao longe, do helicóptero... A França arrebatou minha casa, levou meu irmão». Eis o que se tornou a palavra «França», na boca de uma criança.

Aragon gritou de dor bem antes de mim. Você vê que não inventou nada. Pode-se inventar estas coisas? O escritor Jules Roy, também o ressaltou. Aragon leu estes testemunhos de outras crianças argelinas, interrogadas na Tunísia por um bispo. («A Frente» pelo bispo Dovezies). Também elas se acostumaram, como Aid, a dizer, em vez de «o pássaro francês» ou «os pássaros franceses»: «A França».

É tudo que eles conhecem de nosso país. E Aragon escrevia ao lêr isso: «E eis aí, meu país, a ideia que fizeram de ti! Eis esta manha sobre teu rosto. Eis esta lama sobre teu manto e aqueles que trazem a morte e o incêndio levam teu nome, é com teu nome que anunciam sua vinda. A França! Como podem estes infelizes distinguir entre ti e os crimes que são cometidos em teu nome?...»

É o grande escritor se pergunta: «O que fazes, miserável, para que o nome de tua mãe-pátria não seja uma vergonha diante das Nações?»

O sexto inverno está chegando...

Nas casas da UGTA e dos Serviços Sociais, ouvi os pequenos argelinos soletrarem o francês depois do árabe. Se, apesar de tudo, lhes ensinamos a fazer a distinção entre a França e os homens da guerra que os marcaram para sempre, não está então tudo perdido, mesmo depois de seis anos?

Eis uma razão a mais, para sermos dignos de nós mesmos. Depois do atroz história de Aid, é inútil fazer um discurso sobre a urgência de fazer tudo o possível para pôr um fim a esta guerra...

Voltemos à casa dos órfãos. Se eles vivem, é graças aos esforços dos governos e dos sindicatos argelinos, tunisinos, graças aos donativos da ONU, dos países do Este, da Suíça, da Itália... Há também 350 órfãos argelinos sendo cuidados na Líbia. No Marrocos, os sindicatos e os franceses de esquerda, conjugaram seus esforços para que, em Khemisset e em Rabat, meninas e meninos argelinos sejam recolhidos, arrancados da miséria inominável das fronteiras.

Mas dezenas de milhares de órfãos esperam ainda, expostos à fome, ao frio, às doenças, que a ajuda internacional seja o bastante poderosa, para que outras casas possam ser abertas para eles.

Muito foi feito. Em Túnis mesmo, não basta cuidar e amar. As crianças recebem instrução, e os maiores, um ofício, num centro de aprendizagem em que as máquinas tchecas, suíças, soviéticas, estão lado a lado.

O Socorro Popular Francês, já lançou muitos apelos para que os franceses ajudem, com envio de dinheiro, medicamentos, roupas quentes, cobertores, açúcar, leite, a pequenos como Aid. A manutenção de uma criança (alimentação, alojamento, educação, vestimenta), não custa mais do que 65 dinheiros, 600 por mês, ou seja, 77,58 novos francos (cerca de Cr\$ 3.000,00).

Está chegando o sexto inverno. Ainda este ano, mesmo, as casas de Túnis não poderão, por falta de dinheiro, serem aquecidas. A refeição, Aid tem apenas um pedaço de pão e legumes. Faltam os livros escolares. Ora, a sede de aprender é extraordinária entre estas crianças mais velhas do que sua idade. No início, elas escreveram com giz sobre os ladrilhos pretos

e brancos da casa «Yasmina», por falta de quadros negros. Depois, sobre as portas, com carvão...

Quando lhes perguntamos: «Que querem vocês fazer mais tarde? Elas ficam rubras como se fizessem uma confidência: «Eu quero aprender». Esta sede de instrução de um povo até então iletrado, eu só a tinha encontrado no Viet-Nam, depois da guerra.

Um novo contingente de crianças perdidas

Nós não poderíamos lhes enviar, o mais depressa possível, mercadorias? De início, aquilo de que elas mais precisam para se alimentar, se aquecer. Viver. E depois, cadernos, livros, lápis. Livros escolares, em francês, mesmo um pouco usados. Por que ainda existe esta ligação entre nossas duas pátrias. Por que elas aprendem árabe, mas em francês também!

Se você tivesse vindo comigo... talvez, ao apertar Aid em seus braços, você tivesse vontade de ficar, como o bom doutor Schuler. Por quê não confessar: eu também tive vontade de ficar.

Por ocasião de minha partida, um novo contingente de crianças perdidas, chegou das fronteiras. Elas foram amontoadas como foi possível. Mas não havia calçado para elas e muito pouca roupa. Era preciso queimar seus farrapos... Elas choraram por causa disso. Porque estes farrapos, alguns dos quais eram trapos de roupa da ALN, elas se apegavam a eles. Era tudo que possuíam... E todas estavam doentes. E todas tinham os olhos vazios como se seu olhar tivesse ficado do outro lado das fronteiras...

Se você fizer qualquer coisa por elas, será antes de tudo, um bem para nós. Assim, graças a você, um dia estes pequenos argelinos poderão talvez sentir, em sua cabeça cheia de chamas e de terror, alguma ternura ao ouvir a palavra «França».



O menino do avião amarelo

O pequeno Ben Aid perdeu a memória e teve seu braço completamente mutilado por paraquedistas franceses que o torturaram para que ele dissesse onde se encontravam os soldados da FLN. Até recentemente fugia à simples menção do «avião amarelo», aparelho de reconhecimento que precedeu a chegada dos paraquedistas.

Liberdade de Imprensa Nos Estados Unidos

(I)

CARLETON BEALS
Serviço Especial de PRENSA LATINA exclusivo para NK

NOVA IORQUE (PL) — Poucas publicações foram oficialmente suprimidas nos Estados Unidos, mesmo em tempo de guerra; há o caso da velha revista «Masses», virtualmente suprimida durante a primeira guerra mundial, seus responsáveis e colaboradores tendo sido julgados por sedição. Durante a administração de Roosevelt o semanário «Social Justice» publicado pelo padre Goughlin, uma curiosa mistura de fascismo e reforma, com enorme circulação, foi fechado. Este ato, a julgar por todos os critérios norte-americanos em vigor, foi uma supressão oficial estúpida, ilegal e desnecessária.

Ainda hoje, mesmo sendo o Partido Comunista uma organização praticamente à margem da lei, o jornal comunista «Daily Worker» continua publicando uma edição mensal, apesar dos obstáculos que são criados para ele, tais como seu fechamento temporário por causa de uma falsa reclamação de impostos.

Esta aparente liberdade de expressão naturalmente não quer dizer que o povo dos Estados Unidos possa ler todas as notícias, ou notícias honestas, ou que não esteja universalmente sujeito à propaganda oficial e coletiva dia após dia. Tampouco garante esse sistema a discussão ou a controvérsia livre e honesta nos principais jornais do país. Bem pelo contrário. A supressão histórica e a tergiversação das notícias procedentes de Cuba são bastante claras para o resto do mundo. Outros países, tais como a Inglaterra, a França, a Itália e mesmo a Espanha publicam mais notícias honestas sobre Cuba que as que se permitem ler ao povo norte-americano.

O bom é perseguido

Naturalmente, todo cidadão dos Estados Unidos, e inclusive qualquer estrangeiro, tem liberdade para lançar uma publicação. Mas esta só vai influir sobre uma pequeníssima parte da população. Assim é que uma pequena revista de quatro páginas intitulada «Survival», órgão dos grupos que se opõem às experiências nucleares e à guerra atômica, conta com menos de dois mil assinantes, enquanto que o «Reader's Digest» que periodicamente publica arti-

gos tais como «Operação Claridade Solar» (Operation Sunshine), proclamando que não existe perigo de precipitação radioativa, tem uma circulação de doze milhões nos Estados Unidos e outros países. Recentemente o «Reader's Digest», que até então havia mantido uma posição mais objetiva que a maioria das revistas de grande circulação com respeito a Cuba, publicou o ataque mais desonesto, falso e vicioso contra «Che» Guevara jamais publicado nos Estados Unidos.

Tampouco é fácil lançar uma publicação pequena, pois o seu custo torna-a praticamente proibitiva. Hoje, começar a publicação mesmo que seja de um jornal local, custa centenas de milhares de dólares. Um jornal metropolitano não poderia estabelecer-se com menos de um milhão de dólares, e muitos desses jornais representam interesses cujos capitais chegam a cem milhões de dólares. O «Huntsville Times», um pequeno jornal em uma cidade não muito grande do Estado de Alabama, foi vendido recentemente por 18 milhões e 700 mil dólares.

Milionários e republicanos

Assim, portanto, todos os jornais e revistas de certa circulação são em si grandes corporações. Claro, suas notícias, artigos e orientações são ditados por seus endinheirados proprietários republicanos em sua maioria, que pertencem aos melhores clubes, grandes comerciantes, banqueiros, eclesiásticos, chefes das grandes organizações publicitárias, líderes políticos e generais do Exército. Na realidade seria ingênuo supor que a imprensa norte-americana vá mostrar a menor tolerância para com um povo como o de Cuba, que luta por sua liberdade e independência.

Algumas dentre as grandes cadeias de jornais e revistas, constituem uma concentração de riqueza e poderio. A cadeia Hearst possui treze grandes diários e nove revistas importantes tais como «Cosmopolitan» e «Good Housekeeping», com tiragem de milhões. A cadeia Scripps-Howard, com um histórico funesto em suas relações de trabalho e exerce uma política brutal para com seus colonistas e redatores quando não se amoldam a sua política editorial, possui de-

zoito diários e é dona da UPI, a agência internacional de notícias. Há alguns anos o presidente da UPI, Karl Rieckel, me confessou que eles costumavam consultar o National City Bank de Nova Iorque sobre qualquer artigo que pudesse afetar as empresas comerciais norte-americanas na América Latina. Na época da revolução Sandnista na Nicarágua, o «Imparcial» correspondente da UPI era Clifford D. Ham, arrecadador alfandegário do governo dos Estados Unidos. Uma vista d'olhos na lista de seus correspondentes hoje em diferentes partes do mundo revelaria muitas ligações oficiais dessa natureza. Muitos de seus correspondentes, como acontece no Peru, trabalham para os jornais mais reacionários no estrangeiro.

Monopólios e reação

Há outras cadeias de jornais muito poderosas, tais como a cadeia Gannett, que se caracteriza pela atitude extremamente reacionária de seus jornais e pelo monopólio local das notícias. O último arquivista no campo do conteúdo da notícia é um tal Samuel E. Newhouse — dono de quatorze grandes diários e de uma inversão minoritária em pelo menos outros quatro. Newhouse é dono também das grandes revistas «Vogue», «Glamour», «House and Garden», com tiragem de milhões. É ainda dono da Editora Street and Smith Publications, que foi em certa época a editora mais forte no campo da publicação de revistas especializadas e que publica agora dez revistas da melhor classe, entre elas «Charm» e «Mademoiselle», revistas «snob» para a juventude feminina que vemos em todas as bancas de jornais, com suas capas ultra-elegantes porém insípidas.

O império «Time-Life», de Henry Luce, publica quatro revistas que incluem «Fortune» (a revista dos super-negócios) e «Sports Illustrated». Diz-se também que Luce tem grandes investimentos no rádio, jornais e televisão, e os noticiários «Time» são exibidos em milhares de cinemas. Foi Luce quem encheu o ataque à Guatemala, que culminou com a derrubada do governo desse país.

Numa ocasião, «Time» publicou

a tradução de um discurso do presidente Jacob Arbenz, apresentando-o como um comunista. Dessa tradução somente três palavras correspondiam ao discurso original. Agora tem procurado repetir sua façanha em relação a Cuba.

Censura indireta

Se nos Estados Unidos não é de praxe a supressão das publicações, não quer isto dizer que não haja supressão ou tergiversação das notícias. Pelo contrário. A tergiversação é mais usual que o relato honesto. Isto não significa tampouco que não se empregue a coerção oficial secreta contra os editores e as redações de periódicos. Muitas notícias são também estranguladas em sua fonte, de modo que mesmo quando os jornais se inclinam a procurar a verdade, tropeçariam frequentemente com grandes dificuldades para ter acesso a ela.

Ainda mais: a maior parte dos povoados norte-americanos tem somente um jornal, que exerce o monopólio das notícias e discrimina a espécie de informação que milhares de pessoas podem ou não ler. Assim, em New Haven, Estado de Connecticut, tanto o jornal da manhã como o da tarde pertencem à mesma família de ricos proprietários locais. Há pouco tempo, o «New Haven Register» pronunciou-se abertamente contra o Ensino Público, advogando a causa do Ensino Privado exclusivo. Este jornal lutou com unhas e dentes contra a introdução do rádio. Lutou contra o desenvolvimento urbano, contra as casas fabricadas pelo governo, contra a ajuda do Estado às escolas, contra o salário mínimo, contra a Lei de Segurança Social e, praticamente, contra toda ideia progressista surgida durante este século. Seus colonistas são escritores do tipo super-fascista e verdugos reacionários, tais como Walter Winchel, Sokolsky e Westbrook Pegler, todos amigos das táticas de calúnia e difamação que teve seu apogeu na época de MacCarthy. Desse modo, um milhão de pessoas nesta região não têm outra fonte de informação (a não ser os programas de rádio e televisão que a maior parte das vezes são tão funestos quanto os jornais locais).

PARA ONDE VAI O NOSSO MANGANÊS (II)

Esgotamento Das Jazidas de Minas Ameaça a Siderurgia Brasileira

Vimos na reportagem anterior como o manganês brasileiro está sendo exportado em larga escala e a preços baixos, enquanto nos Estados Unidos formam-se estoques dessa matéria-prima. Tais estoques contribuem inclusive para baixar os preços do minério, com a formação do chamado «mercado de comprador»: o país que tem estoques não tem urgência em comprar, pode esperar que o país fornecedor, por dificuldades cambiais, venda seu minério ao preço imposto pelo comprador.

O que é mais grave, a maior quantidade do manganês exportado saiu de Minas Gerais, sem qualquer preocupação por reservá-lo para a siderurgia nacional, quase toda ela localizada nos Estados de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro.

Importar dá no mesmo

É verdade que além das reservas de Minas, relativamente pequenas (7,7 milhões de toneladas), o Brasil tem reservas consideráveis em Mato Grosso (estimadas em torno de 45 milhões de toneladas) e no Amapá (cerca de 25 milhões). Mas a utilização dessas reservas de Mato Grosso e Amapá, pela siderurgia nacional, seria equivalente a uma importação, em virtude do elevado custo do transporte de tão longas distâncias.

Minas exporta manganês desde o século passado. Antes de 1900, por falta de estatísticas, não se sabe a quantidade que saiu. Mas o fato é que, segundo o testemunho do geólogo Iphigênio Soares Coelho, dezenas de seus depósitos na região de Lafaiete estão esgotados ou em vias de esgotamento.

Siderurgia ameaçada

De 1900 a 1959, o Brasil exportou ao todo 14,5 milhões de toneladas de manganês, dos quais 12.424.000 provenientes de Minas Gerais. O restante saiu do Amapá, onde a exportação começou em 1957, em larga escala, totalizando até 1959 pouco mais de 2 milhões de toneladas. A exportação das reservas de manganês de Mato Grosso começou em caráter efetivo somente no ano passado, com 35.560 toneladas.

Vimos, pois, que 85% de todo o manganês exportado pelo Brasil saiu de Minas. E se continuar a exportação neste ritmo, as suas reservas não duram nem mais vinte anos.

Fraço de esgotamento

Para cada tonelada de aço produzida, são necessários de 15 a 50 quilos de minério de manganês. Não há um cálculo do consumo médio de manganês na produção de aço no Brasil. Este consumo tem variado bastante de ano para ano e até de usina para usina, segundo as práticas

metalúrgicas empregadas. Por isso, para efeito de calcular as necessidades futuras da siderurgia nacional, os técnicos têm empregado a média mundial de consumo de manganês por tonelada de aço, que está entre 35 e 40 quilos.

Acredita-se que para o Brasil, onde ainda não há escassez do minério, a proporção de 40 quilos por tonelada esteja mais próxima da realidade. Tomada essa proporção, as reservas de Minas dão para produzir um total de 192,5 milhões de toneladas de aço, o que, segundo estimativa feita por técnicos da Companhia Siderúrgica Nacional, será aproximadamente a produção brasileira de aço acumulada de 1960 a 1987.

Isso quer dizer que, mesmo sem exportar mais um único quilo, o manganês de Minas Gerais só renderá mais 27 anos, e isso para uma previsão bastante pessimista da nossa produção siderúrgica futura.

Além disso, para um cálculo mais seguro, seria preciso contar as perdas no processo de utilização do manganês, que fazem com que acabe sendo aproveitado na siderurgia apenas 95% do minério de manganês extraído e 85% do minério medido.

Buracos para esconder a cara...

Se, além do consumo interno, continuar a exportação de manganês mineiro no atual ritmo de 150.000 toneladas anuais em média, as suas reservas estarão esgotadas a partir de 1978. Com uma exportação um pouco mais moderada, de 100.000 toneladas anuais médias, as jazidas mineiras se esgotariam em 1980. E mesmo que se determinasse uma exportação máxima de manganês de Minas de 50.000 toneladas anuais, essas jazidas estariam esgotadas em 1983.

Analisando estes prazos de esgotamento das jazidas mineiras, no estudo «Manganês» publicado como separata da Revista do Clube Militar, o Cel. Newton Lisboa Lemos, secretário do Conselho de Segurança Nacional, chegou a comentar: «Quando acordarmos, só nos resta esconder a cabeça de vergonha que, para isso, os buracos ao menos servirão.»

«United States Steel» é forte

Como esta, várias outras vezes de advertência se levantaram, pedindo a proibição ou, pelo menos, regulamentação das exportações do manganês oriundo de Minas, entre elas deputados da Frente Parlamentar Nacionalista como Fernando Santana, Euzébio Rocha, Milton Reis e o geólogo Iphigênio S. Coelho. Na Assembléia Legislativa mineira existe há muitos anos, sem aprovação, um projeto do dep. Mário Rolla suspendendo a exportação de manganês mineiro e desapropriando suas jazidas como «re-

serva nacional para o parque siderúrgico brasileiro».

Na Câmara Federal existe até mesmo um projeto aprovado, de autoria do dep. Dilermando Cruz, determinando a redução anual de 20% nas exportações de minério de manganês de Minas Gerais com base no volume de exportação de 1953. Mas este projeto simplesmente não foi aplicado. Os interesses da «United States Steel Corporation», até agora, prevaleceram.

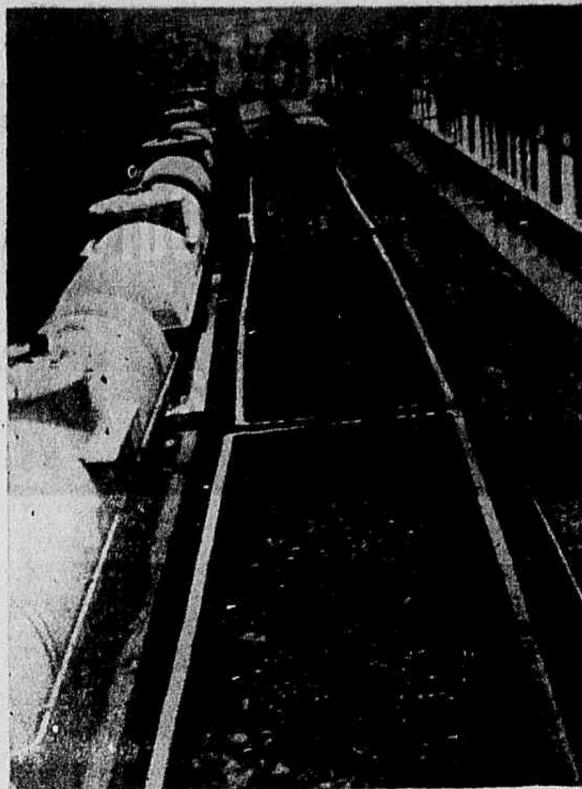
Boa vontade não adianta

Com efeito, esse truste siderúrgico, norte-americano comprou as jazidas mineiras de Morro da Mina em 1920 — antes da vigência do Código de Minas — por 4 milhões de dólares, para suprir suas usinas de aço nos Estados Unidos. Hoje a «United States Steel» explora esta jazida (a maior do Estado) através de sua subsidiária «Cia. Meridional de Mineração» (capital de 140 milhões de cruzelros).

Essa subsidiária tem igualmente um contrato para extrair e exportar manganês da jazida de Urucum, Mato Grosso, desde 1948. Em vista disso e a fim de preservar melhores condições

para a siderurgia nacional, o Departamento Nacional da Produção Mineral entrou em entendimentos com a «Meridional» para persuadi-la a cessar as exportações de manganês mineiro. Depois de 6 anos de «engalongamento» e resistência da Meridional, esta concordou em substituir paulatinamente as exportações de Morro da Mina pelas de Urucum, a partir de 1955, de modo a não ser mais exportado manganês mineiro depois de 31 de dezembro de 1959. Segundo o esquema acordado, a Meridional só poderia exportar 13.400 toneladas no ano de 1959.

Contudo, a subsidiária da U.S. Steel nesse mesmo ano solicitou ao Conselho Nacional de Minas e Metalurgia a concessão de uma cota extra de exportação. Não se sabe se o Conselho atendeu formalmente a esta solicitação. Mas o fato é que no ano passado foram exportadas 957.478 toneladas de minério de manganês, das quais 145.028 saíram de Minas Gerais. A United States Steel simplesmente não cumpriu seu compromisso. Para ela, as jazidas de Urucum (a 20 quilômetros de Corumbá) estão muito distantes do litoral. Prefere que tais gastos de transporte encareçam no futuro o aço brasileiro.



Sangradouro de riquezas

A crescente exportação do minério poderá levar o país a, em prazo de anos não muito longo, ter esgotadas completamente suas reservas de manganês. As empresas americanas são as grandes sanguessugas.

Solidariedade à Revolução Cubana na Ordem-do-Dia do Povo Paulista

Invariavelmente, nas assembléias sindicais que se estão realizando em São Paulo para a discussão da questão salarial, tem sido aprovadas calorosas moções de apoio à revolução cubana e aos líderes mais valorosos do país do Caribe. Milhares de trabalhadores — metalúrgicos, têxteis, gráficos, sapateiros, marceneiros, bancários, ferroviários, marítimos e outros — em meio às suas lutas por melhores condições de vida, manifestam-se vivamente contra o Departamento de Estado norte-americano, condenando os seus atos contra a soberania de Cuba.

Apoio da Assembléia

Por iniciativa do deputado Jethero de Faria Cardoso e o apoio dos parlamentares Luciano Lepera, Magalhães Prado, Bento Dias Gonzaga, Cardoso Alves, Henrique Peres, Pedro Pascoal, Sólano Borges dos Reis, Semi Jorge Resegue, Benedito Matarazzo, Anibal Hamam, Celso Fortes Amaral, Orlando Zancaner, Jacob Pedro Cayrol, Sealamandrê Sobrinho, Dante Perri, Farabulini Junior e Jacob Zveibel foi submetida à apreciação da Assembléia Legislativa e encaminhada pela Mesa às Comissões, uma moção nos seguintes termos:

Considerando que o princípio da autodeterminação dos povos é um princípio universalmente aceito pelos povos e governos de todo o mundo, sendo inclusive um dos pontos principais da Carta das Nações Unidas, da qual o Brasil é um dos signatários;

Considerando que o princípio da não intervenção nos assuntos internos de qualquer país é um dos princípios básicos nos quais devem se atar as relações entre os governos, entidades internacionais e grupos regionais de países;

Considerando que tanto o atual presidente da República como o Presidente recentemente eleito tiveram pronunciamentos favoráveis a esses princípios;

Considerando que na atual sessão

Deputados capixabas apóiam Cuba

O jornal «Folha Capixaba», de Vitória, fez uma «enquete» entre os deputados, na Assembléia Legislativa do Estado, procurando opiniões sobre a luta do povo cubano contra a intervenção imperialista norte-americana. Três parlamentares responderam ao jornalista, todos eles manifestando incondicional solidariedade a Cuba. O deputado Mário Gurgel afirmou que «Cuba representa, neste momento dramático da vida americana, o grito de reação contra o imperialismo norte-americano», e disse que nosso país deve inteira solidariedade à luta do povo cubano. O deputado Elson Cordeiro, por sua vez, declarou:

«Quem quer que represente qualquer parcela do povo, do povo livre, tem a obrigação de se colocar contra qualquer ameaça à liberdade. Em se tratando de invasão bélica com intuito imperialista, com a vontade patente de transformar um povo livre em colonos escravos, devemos até lutar com armas na mão em sua defesa».

Outro parlamentar capixaba, o deputado Gil Veloso, afirmou, por seu lado, que «é claro que devemos formar um bloco de nações sul-americanas prontas a dar todo apoio a nossa coirmã», referindo-se à ameaça de invasão imperialista em Cuba.

Estudantes paraenses organizam comitê em defesa de Cuba

BELEM — (Do correspondente) — Um grupo de estudantes universitários e secundários, apoiado por grande número de intelectuais, está organizando um comitê de defesa de Cuba, que se encarregará de promover atos de solidariedade à revolução cubana, ameaçada pelos Estados Unidos. Enquanto isso, o ex-deputado, poeta e professor Ruy Barata encabeça o movimento de coleta de assinaturas dos intelectuais paraenses em manifesto de solidariedade a Cuba.

da Organização das Nações Unidas foi denunciada oficialmente pelo ministro das Relações Exteriores de Cuba, sr. Raul Roa, a iminente invasão daquele país por tropas estrangeiras;

Considerando que tal fato encontra eco tanto na imprensa nacional como na mundial, assim como é confirmada por fontes fidedignas;

Considerando que a invasão da República cubana seria o rastilho para a deflagração de uma nova hecatombe universal de consequências imprevisíveis com o uso das armas atômicas;

Propomos seja oficiado ao presidente da República e à embaixada de Cuba no Brasil no sentido de ser reiterado o pensamento da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo favorável à inteira aplicação daqueles princípios e à obrigação de todas as nações os respeitarem, bem como a repulsa a qualquer tentativa de invasão de qualquer país por tropas de nações outras.

Comissão e Comício

Na sede da União Estadual dos Estudantes realizou-se na última semana concorrida reunião para a escolha da Comissão que coordenará uma série de iniciativas em defesa de Cuba. Depois de amplos debates, que contaram com a participação de líderes sindicais e estudantis, e parlamentares, ficou constituído aquele órgão sob a presidência do juiz Dacio de Arruda Campos. Um Conselho Diretor foi eleito por aclamação: Branquinho Maracajá (presidente da UEE), Antonio José Luciano (presidente eleito do C.A. XI de Agosto), Antonio Canton (atual presidente do XI de Agosto), João Lousada, Frota Moreira, Rogê Ferreira, deputados Luciano Lepera, Jethero Faria Cardoso, Roberto Cardoso Alves, Magalhães Prado, deputados federais Coutinho Cavalcanti,

Campanha carioca contra a invasão de Cuba

Com um concorrido comício realizado domingo último, no Largo do Machado, o Conselho Nacionalista 7 de setembro, que reúne partidários cariocas da revolução cubana, prosseguiu a sua «campanha popular contra a intervenção em Cuba». Foram exibidos filmes, sobre a atualidade cubana, e diversos oradores explicaram ao público os objetivos e as lutas da revolução liderada por Fidel Castro. Foi também iniciado, no local, a coleta de assinaturas para um manifesto popular de apoio a Cuba, que será entregue à Embaixada daquele país no Rio.

A Campanha prosseguirá nos próximos dias, com um intenso programa de conferências, exibições de filmes, comícios, etc. O Conselho está convidando todas as pessoas interessadas na Campanha para reunirem-se às quintas-feiras, em sua sede (rua Jardim Botânico, 680), às 20,30 hs, onde são elaborados os programas de realizações.

Nelson Omega, Ivete Vargas, Salvador Losacco e srs. Aldo Lins e Silva, Caio Frado Jr. e Elias Chaves Neto. A Comissão Paulista de Solidariedade recebeu várias sugestões para o desenvolvimento de seus trabalhos, destacando-se: a) impressão e b) distribuição em todo o Estado da «Declaração de Havana»; plebiscito nos campos de futebol, colégios e fábricas sobre a revolução cubana; c) edição de um jornal (periódico) em defesa de Cuba; d) comícios, palestras, passeatas; e) distintivos para distribuição, publicação de manifestos e criação de círculos de amigos de Cuba.

Comício na Sé

Patrocinado por personalidades destacadas dos meios políticos de São Paulo realizou-se na Praça da Sé expressivo comício contra a anunciada ameaça de intervenção militar norte-americana em Cuba. Foram condenados pelos oradores as medidas de caráter econômico e militar tomadas pelo governo norte-americano contra aquele país. Líderes estudantis, sindicais e parlamentares, durante mais de duas horas, explicaram ao povo o caráter imperialista da política norte-americana com relação aos países subdesenvolvidos, exaltando Fidel Castro e seus companheiros de luta. Essa reunião pública marca o início de uma intensa atividade nacionalista em São Paulo em prol do movimento revolucionário do povo cubano, «exemplo para a América Latina» como afirmaram diversos oradores.

Assembléia do Pará ao lado de Cuba

BELEM — Pa. — (Do correspondente José Danias) — O dep. Cléo Bernardo (socialista), da tribuna da Assembléia, pronunciou importante discurso em favor da luta que classifica de «legítima defesa» do povo cubano e argelino. Disse o deputado que «a Paz tem se constituído o maior problema do século e que a luta contra qualquer imperialismo é uma luta de progresso nacional, é uma luta de liberdade e que esta deve ter como princípio básica a solidariedade entre as nações subdesenvolvidas». O orador fez questão de afirmar que Cuba está ameaçada na sua soberania pelo governo dos Estados Unidos. E que neste momento tudo devia ser feito em defesa de Cuba e de sua revolução. Referindo-se à Argélia disse que esta tem o direito de ter sua independência, pois no mundo não mais se justificava que povos ainda vissem debaixo de sistemas colonialistas.

No final do seu pronunciamento o dep. Cléo Bernardo apresentou um requerimento no sentido de a Assembléia, reafirmando posições anteriores, encaminhar um apelo ao presidente da República, no sentido de que esse erga sua autoridade continental em favor de Cuba e da Argélia, determinando que a delegação brasileira na ONU coloque a voz do Brasil a serviço da humanidade.



Nacionalistas de Santos a Favor de Cuba

SANTOS — S. P. — (Do correspondente) — A Frente Nacionalista de Santos promoveu, em sua sede, um ato público de solidariedade a Cuba, com a presença de numerosa e entusiástica assistência. O deputado Luciano Lepera, prestigioso líder popular paulista, foi um dos oradores do ato, e recebeu calorosos aplausos

quando condenou veementemente a intervenção imperialista norte-americana em Cuba. Foi também repudiada pelo orador, com o apoio da assembléia popular, as tramas golpistas encabeçadas pelo ministro Falcão, que ameaça implantar no país um regime de terror policial e entreguista. Durante o ato, foi eleita uma Comis-

são de Solidariedade a Cuba, que passa a funcionar na sede da Frente Nacionalista (rua Iguatemi Martins, 141), e ficou composta pelos srs. Paulo Guilherme Martins, Manuel de Almeida, Manuel Simplicio Ferreira, Murilo Ferreira e Fernando Luis de Lima. Na foto, aspecto da assistência.

Direita de Aço do "Galo de Ouro": Título Mundial



O amor do campeão

Cidinha é o amor do campeão. Não perde uma luta do noivo Eder. É a que mais sofre quando o "Galo de Ouro" está no ringue. Cada golpe que ele sofre é um golpe para Cidinha. No fim, é a que mais vibra.



Um pugilista de marca

O rosto sem marcas de Eder Jofre, diferentemente do que acontece com a maioria dos pugilistas, é a marca de campeão que Eder mostra quando adentra os ringues. Sua capacidade técnica defensiva manteve-o, durante todos esses anos de lutas, indene aos golpes arrasadores dos punhos dos adversários que o enfrentaram.



Preparando o «finale»

A batalha pelo título foi cheia de alternativas. O mexicano entrou no ringue disposto a vender caro a derrota e, todas as vezes que lhe foi possível, procurou encaixar seus golpes poderosos para abalar a resistência do "Galo de Ouro". Seus esforços duraram menos de seis assaltos. Castigado duramente no quinto, quando foi à lona pela primeira vez, voltou disposto a liquidar o combate, pois percebeu que por pontos não venceria. Isso lhe foi fatal, abriu a guarda e possibilitou a direita de Eder que o fez dormir na lona.

A história se repetiu em Los Angeles. Quando maior era o assédio do adversário, a direita partiu, potente e decisiva, de surpresa. Elói Sánchez foi à lona, logo apareceu uma bandeira brasileira no ring, que foi tomado de assalto pela torcida cá de casa. Eder Jofre, o «Galo de Ouro», conquistou o primeiro título mundial de box para o Brasil. A história desse título é curta no seu capítulo final, 16 minutos e meio de combate, mas vem de anos atrás, quando o menino Eder, da família de pugilistas Jofre-Zumbano, estreava nos ringues e ganhava a admiração popular com as primeiras e espetaculares vitórias conquistadas no campeonato aberto, promovido por um jornal de São Paulo. Depois, a série de memoráveis triunfos, a direita a martelar constantemente o corpo dos adversários que se curvavam diante da potência e da habilidade do «Rei» que despontava, e a consagração final em terras distantes.



A «Bomba A» do box

A grande arma de Eder Jofre, o seu cruzado de direita, foi utilizada com resultados totais em 27 das 38 lutas que o campeoníssimo disputou. 27 vezes seus adversários dormiram na lona graças ao efeito anestésico da direita de Eder. A eficiência do "Galo de Ouro", seus méritos são demonstrados pelo balanço de suas lutas.

NOVOS RUMOS